

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.
Sede: Praça Marquês de Pombal, N° 2 - 1250 Lisboa
Capital Social: EUR 155.580.180
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n° 7536
Pessoa Colectiva n° 501 592 245

Relatório e Contas

Exercício de 2002

(ao abrigo do Reg.CMVM n° 13/2002)

INDICE

Págs.

1. BANCO SANTANDER PORTUGAL

| | |
|--------------------------------|---|
| • Principais Indicadores | 4 |
| • Órgãos Sociais | 5 |
| • Práticas de Governo do Banco | 7 |
| • Estrutura Accionista | 7 |

2. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

| | |
|----------------------------|----|
| • Economia Internacional | 8 |
| • Economia da UEM | 9 |
| • Economia Portuguesa | 10 |
| • Mercados Cambiais | 11 |
| • Mercados Monetários | 12 |
| • Mercados Obrigacionistas | 13 |
| • Mercados Accionistas | 14 |

3. ÁREAS DE NEGÓCIO

| | |
|---------------------------|----|
| • Actividade Comercial | 16 |
| • Banca Comercial | 16 |
| Particulares e Negócios | 16 |
| Banca Transaccional | 17 |
| Cartões | 18 |
| Canais Complementares | 18 |
| Empresas e Institucionais | 19 |
| Grandes Empresas | 19 |
| <i>Private Banking</i> | 20 |

4. DESEMPENHO ECONÓMICO - FINANCEIRO

| | |
|--------------------------|----|
| • Actividade Consolidada | 21 |
| • Actividade Individual | 27 |

5. GESTÃO DE RISCO 31

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 35

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 36

8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 46

9. RELATÓRIOS E PARECERES 93

10. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | |
|--|-----|
| • Prevenção de Branqueamento de Capitais | 103 |
| • Estrutura Orgânica por Pelouros | 104 |
| • Movimentos de acções e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização | 107 |
| • Participações Qualificadas | 115 |

1. O BANCO SANTANDER PORTUGAL

• Principais Indicadores

Valores Consolidados em Milhões de Euros

| | 2002 | 2001 | 2000 | Var. % 02 / 01 |
|---|--------|--------|--------|----------------|
| Balanço | | | | |
| Activo Líquido | 5.253 | 5.184 | 3.804 | 1,3 |
| Crédito Líquido | 4.188 | 3.664 | 2.938 | 14,3 |
| Recursos Totais de Clientes | 3.730 | 3.720 | 2.936 | 0,3 |
| Capitais Próprios + Interesses Minoritários | 284 | 250 | 239 | 13,3 |
| Demonstração de Resultados | | | | |
| Margem Financeira | 108,9 | 103,5 | 96,0 | 5,2 |
| Produto Bancário | 146,8 | 135,2 | 124,8 | 8,6 |
| Resultado de Exploração | 64,2 | 52,2 | 49,0 | 22,9 |
| Resultados Antes de Impostos | 41,1 | 32,2 | 37,0 | 27,6 |
| Resultado Líquido | 34,3 | 26,8 | 30,7 | 28,0 |
| Resultado Líquido por Acção (anualizado) | 1,1 | 0,9 | 1,0 | 28,0 |
| Rácios | | | | |
| ROE | 13,7% | 11,2% | 14,7% | 2,5 p.p. |
| ROA | 0,7% | 0,5% | 0,8% | 0,1 p.p. |
| Rácio de Eficiência | 51,2% | 55,6% | 54,0% | -4,4 p.p. |
| Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total | 0,5% | 0,6% | 0,6% | 0,0 p.p. |
| Cobertura de Crédito Vencido a + 90 dias | 277,1% | 262,0% | 234,7% | 15,1 p.p. |
| Colaboradores | 1.338 | 1.356 | 1.287 | -18,0 |
| Agências em Portugal | 123 | 121 | 118 | 2,0 |

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

| | |
|------------------|-------------------------------|
| Presidente: | Eurico Silva Teixeira de Melo |
| Vice-Presidente: | Jorge Maria Bleck |
| Secretário | Francisco Assis Magalhães |

Conselho de Administração

| | |
|------------------|--|
| Presidente: | António Mota de Sousa Horta Osório em representação do Santander Central Hispano |
| Vice-Presidente: | Miller Roy McLean em representação do The Royal Bank of Scotland |
| Vogais: | Eduardo José Stock da Cunha Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha José Benigno Perez Rico José Manuel Alves Elias da Costa José Rogelio Gestal em representação da Metropolitan Life Insurance Company Luis Alberto Ponciano Alexandre Miguel de Campos Pereira de Bragança Nuno Manuel da Silva Amado Walter Lindsay Stewart |

Conselho Fiscal

| | |
|-------------|--|
| Presidente: | António Mendo Castel-Branco Borges |
| Vogais: | Fernando M. Vieira em representação de António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão e Associados, SROC Luís Augusto Gonçalves Magalhães em representação de Magalhães, Neves e Associados, SROC |

Suplente: Carlos Manuel Pereira Freire
em representação de Freire, Loureiro e Associados, SROC

Comissão Executiva

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório

Vice-Presidentes: José Benigno Perez Rico
Nuno Manuel da Silva Amado

Vogais: Luís Alberto Ponciano Alexandre
Miguel de Campos Pereira de Bragança

Agregado: José Carlos Brito Sítima

Secretário da Sociedade

Secretário Efectivo: Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes

Secretário Suplente: António Miguel Leonetti Terra da Motta

- **Práticas do Governo do Banco**

A actuação do Conselho de Administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da eficácia, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rentabilidade do Banco e a otimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores.

Constitui preocupação constante do Banco a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes. De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Banco da Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento colocada no primeiro plano da hierarquia da Instituição, à qual compete, precisamente, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas.

As regras respeitantes ao governo do Banco têm tradução, não só nos próprios estatutos, como também nas normas e procedimentos internos, aprovados pelo Conselho ou pela Comissão Executiva, e contém um conjunto de medidas práticas relativas à actuação destes órgãos e de todos os outros integrantes da estrutura da sociedade.

Destaca-se o facto de o estatuto não conter qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Por outro lado, está em vigor um Código de Conduta aplicável aos membros do Conselho de Administração que, sem prejuízo dos deveres gerais, legalmente consagrados, que lhes incumbem, estabelece um conjunto acrescido de obrigações específicas destinadas a garantir a confidencialidade, o sigilo, a isenção e a transparência e a prevenir e acautelar eventuais conflitos de interesses.

O Banco está regulamentado no cumprimento integral das normas e recomendações sobre o bom governo das sociedades, de acordo com o previsto, em especial, no Regulamento nº7/2001.

- **Estrutura Accionista**

As posições dos accionistas detentores de participações superiores a 10% do capital social do Banco Santander Portugal, SA, são a 31 de Dezembro de 2002 as seguintes:

| Accionista | Nº de Acções | % |
|-------------------|---------------------|----------|
| FOGGIA, SGPS | 25.538.705 | 82,08% |
| R.B.S.G., Limited | 3.964.876 | 12,75% |

2. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

• Economia Internacional

O ano de 2002 iniciou-se com perspectivas de que as principais economias teriam sido relativamente pouco afectadas pelos acontecimentos trágicos de 11 de Setembro de 2001. Nos EUA, a melhoria dos indicadores económicos referentes ao quarto trimestre de 2001 reflectiu-se numa progressiva revisão em alta das previsões de crescimento para 2002. No entanto, a incerteza viria a manter-se elevada ao longo de todo o ano, fruto da conjugação de vários factores. Sucessivos escândalos financeiros conduziram os mercados accionistas para mais um ano de perdas, reduzindo a riqueza – e, consequentemente, a confiança – dos consumidores. Adicionalmente, a ameaça de uma intervenção militar no Iraque com a repercussão na subida do preço do petróleo, contribuíram para manter em baixa a confiança dos agentes económicos. A despesa das famílias americanas, todavia, manteve-se sustentada, fruto da forte descida das taxas de juro de longo prazo, que contribuiu para uma substancial redução dos seus custos de financiamento. As empresas, por seu lado, continuaram o ajustamento iniciado em 2000, reduzindo os níveis de existências e o emprego.

Crescimento económico mundial

| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 (*) | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | | | | | Abr-02 | Set-02 |
| Mundo | 2,6 | 3,6 | 4,7 | 2,2 | 2,8 | 2,8 |
| Países avançados | 2,7 | 3,4 | 3,8 | 0,8 | 1,7 | 1,7 |
| EUA | 4,3 | 4,1 | 3,8 | 0,3 | 2,3 | 2,2 |
| Japão | -1,2 | 0,8 | 2,4 | -0,3 | -1,0 | -0,5 |
| UEM | 2,9 | 2,8 | 3,5 | 1,5 | 1,4 | 0,9 |
| Reino Unido | 2,9 | 2,4 | 3,1 | 1,9 | 2,0 | 1,7 |
| Países em desenvolvimento | 3,5 | 4,0 | 5,7 | 3,9 | 4,3 | 4,2 |
| África | 3,4 | 2,8 | 3,0 | 3,5 | 3,4 | 3,1 |
| Ásia | 4,0 | 6,1 | 6,7 | 5,6 | 5,9 | 6,1 |
| Médio Oriente e Turquia | 3,6 | 1,2 | 6,1 | 1,5 | 3,3 | 3,6 |
| América Latina | 2,3 | 0,2 | 4,0 | 0,6 | 0,7 | -0,6 |
| Países em transição (ex comunistas) | -0,7 | 3,7 | 6,6 | 5,0 | 3,9 | 3,9 |

Fonte: FMI

(*) estimativa

O Japão tem-se mostrado incapaz de solucionar o problema da deflação e o crescimento mantém-se fraco, apesar de sucessivos planos governamentais de estímulo à economia. O elevado peso de crédito mal-parado no balanço dos bancos continua a impedir a concessão de crédito, sobretudo às pequenas e médias empresas, enquanto o aumento do desemprego e a deflação se reflectem num fraco crescimento do consumo privado. O governo apresentou no final de Outubro um novo plano destinado a acelerar o processo de saneamento das instituições financeiras e a estimular o sector empresarial, através de uma reforma fiscal e de apoios às pequenas empresas e à criação de emprego.

Nos mercados emergentes, logo no início de 2002 há a destacar o abandono da paridade com o dólar americano (currency-board) pela Argentina, e consequente desvalorização do peso. As medidas de conversão em pesos dos depósitos em dólares (a uma taxa de câmbio inferior à do mercado) e o congelamento das contas bancárias aumentaram a instabilidade económica e social.

A instabilidade transmitiu-se depois ao Brasil, em antecipação das eleições presidenciais de Outubro de 2002. A esperada vitória de Lula da Silva gerou receios de uma alteração radical

da política desenvolvida nos últimos anos, conduzindo o real para o valor mais baixo de sempre (muito próximo dos 4 reais por dólar). No entanto, o novo governo assegurou a manutenção de uma política de estabilidade macro-económica.

O preço do petróleo registou uma subida acentuada ao longo de 2002, ultrapassando mesmo o preço médio de 25 USD/b, definido pela OPEP. A subida, logo no início do ano, deveu-se à melhoria das perspectivas de crescimento económico para 2002. A partir de meados do ano o preço do petróleo foi influenciado pela discussão em torno da redução de quotas pela OPEP, mas sobretudo pelos receios de uma intervenção militar no Iraque.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril



Fonte: Bloomberg

Economia da UEM

Na UEM, e contrariamente aos EUA, as previsões de crescimento foram progressivamente revistas em baixa. A economia europeia revelou não ser tão imune aos acontecimentos registados nos EUA como inicialmente esperado, sobretudo por via das interligações financeiras. Embora as acções representem uma baixa proporção da riqueza dos consumidores, estes foram afectados pela queda dos mercados accionistas, num cenário de aumento da incerteza global, levando mesmo a uma retracção do consumo. Por outro lado, as eleições legislativas na Alemanha e a necessidade de redução do défice orçamental, com a discussão de novos aumentos dos impostos, afectaram a confiança dos empresários que adiaram decisões de investimento e de aumento do emprego. No entanto, apesar do menor crescimento económico, o desemprego aumentou de forma moderada.

A inflação manteve-se acima do limite dos 2% durante quase todo o ano, revelando uma grande resistência à descida, apesar do abrandamento da actividade, de aumentos salariais relativamente controlados e da apreciação do euro. No início do ano a inflação subiu devido ao arredondamento dos preços resultante da introdução do euro, que teve um impacto maior do que o esperado. Posteriormente, seria afectada pela subida dos preços do petróleo.

Economia da UEM

| | PIB | | Inflação | |
|------------|-------------|-------------|-----------------|-----------------|
| | 2001 | 2002 | 2001 | 2002 (*) |
| UEM | 1,5 | 0,8 | 2,5 | 2,4 |
| Alemanha | 0,6 | 0,4 | 2,4 | 1,6 |
| França | 1,8 | 1,0 | 1,8 | 1,9 |
| Itália | 1,8 | 0,3 | 2,5 | 2,5 |
| Espanha | 2,7 | 1,8 | 2,8 | 3,5 |

Fonte: OCDE

(*) Estimativa

Em 2002, a Comissão Europeia aplicou pela primeira vez o procedimento dos défices excessivos. Portugal foi o primeiro país alvo de uma recomendação explícita, pelo défice orçamental de 2001 (4,1% do PIB). A Alemanha foi o país seguinte visado devido ao défice de 2002, e a França está a ser analisada cuidadosamente, devido ao défice esperado para 2003. A partir de 2003 o défice orçamental começará a ser analisado em termos ajustados do ciclo económico para acomodar o impacto do menor crescimento sobre a despesa pública.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa iniciou a necessária correcção dos desequilíbrios macro-económicos, sobretudo do défice público. O ano de 2002 iniciou-se sob o signo de eleições legislativas, marcadas pela discussão em torno do valor final do défice orçamental de 2001, que ascendeu a 4,1% do PIB, o mais elevado da zona euro. O novo governo apresentou um orçamento rectificativo, propondo uma maior contenção da despesa e o aumento da taxa normal do IVA em 2 p.p., por forma a reduzir o défice orçamental para 2,8%.

A contenção da despesa pública cresceu, assim, ao abrandamento das economias externas e à moderação do consumo privado. Pelo terceiro ano consecutivo, as famílias privilegiaram a poupança, ajustando o forte aumento do endividamento ocorrido nos anos anteriores. Entretanto o investimento registou uma contracção significativa, na sequência do abrandamento da actividade de construção, obras públicas e sector residencial, que tinha registado um forte crescimento no passado recente.

Indicadores sobre Portugal

| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 (*) |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|
| PIB | 4,6 | 3,8 | 3,7 | 1,6 | 0,7 |
| Consumo privado | 5,0 | 5,1 | 2,6 | 1,2 | 0,5 |
| Consumo público | 4,1 | 5,6 | 4,0 | 2,8 | 1,4 |
| Investimento | 12,4 | 7,4 | 3,3 | 0,0 | -1,5 |
| Exportações | 9,1 | 2,9 | 8,0 | 1,4 | 2,0 |
| Importações | 14,2 | 8,5 | 5,4 | 0,3 | 0,3 |
| Inflação média | 2,8 | 2,3 | 2,9 | 4,4 | 3,6 |
| Desemprego | 5,0 | 4,4 | 4,0 | 4,2 | 5,2 |
| Défice público (% do PIB) | -2,6 | -2,4 | -2,9 | -4,1 | -2,8 |
| Dívida pública (% do PIB) | 55,0 | 54,4 | 53,3 | 55,5 | 58,8 |
| BTC (% do PIB) | -4,7 | -6,3 | -8,8 | -8,4 | -6,0 |

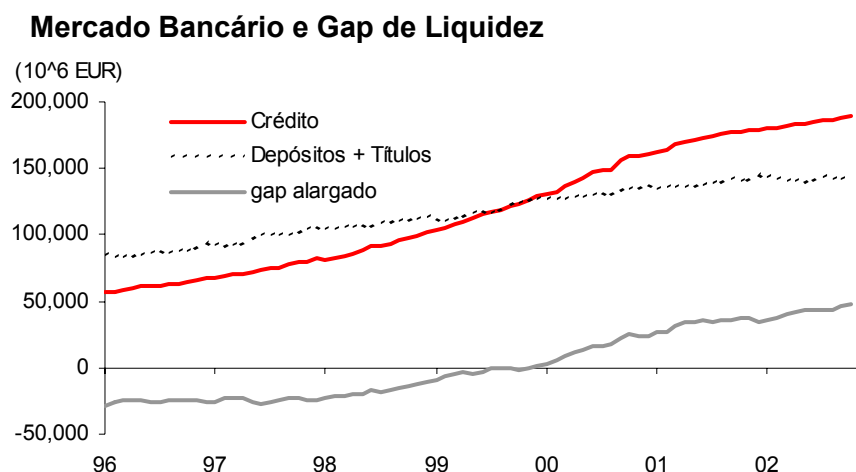
Fonte: INE, Ministério das Finanças, BSNP

(*) Estimativa

As exportações, apesar do abrandamento da procura nos principais parceiros comerciais, nomeadamente a Alemanha, e do maior crescimento dos salários em Portugal, aceleraram face ao ano transacto, confirmando as indicações de ganhos de quota de mercado pelas exportações portuguesas. As importações terão estagnado pelo segundo ano consecutivo,

reflectindo o forte abrandamento do consumo privado e do investimento, que têm um elevado conteúdo importado.

O défice externo manteve-se em níveis elevados, sendo o maior da OCDE, conduzindo a um novo aumento do endividamento ao exterior, assegurado quase exclusivamente pelo sector bancário. Entre Dezembro de 2001 e Outubro de 2002 o sector bancário aumentou a sua dívida externa em quase 10 biliões de euros, valor idêntico ao verificado no período homólogo do ano anterior. No final daquele período o financiamento do crédito pela dívida externa bancária aumentou para 24% do total do crédito concedido, para atingir cerca de 35% do PIB (um aumento superior a 5% face à situação de 2001).



Fonte: Banco de Portugal

A inflação desacelerou de forma moderada, caindo para 3,6% em 2002, face aos 4,4% de 2001. À semelhança do ocorrido nos restantes países da zona euro, os arredondamentos de preços resultantes da introdução das notas e moedas de euro tiveram um impacto sensível sobre a inflação. Grande parte da desaceleração da inflação deveu-se aos preços da alimentação, que tiveram uma evolução bastante favorável, e que anularam em grande medida o impacto do aumento da taxa normal de IVA sobre os preços. O diferencial da taxa de inflação com a zona euro reduziu-se, para 1,4 p.p., mas situa-se ainda a um nível elevado, colocando problemas de competitividade.

O mercado de trabalho continuou a ajustar-se à desaceleração da actividade económica, com a taxa de desemprego a aumentar para 5,1% no terceiro trimestre, o nível mais elevado desde o primeiro trimestre de 1998. No entanto, apesar de uma moderação face ao período homólogo, os aumentos salariais continuaram a exceder o aumento da produtividade.

• Mercados cambiais

Em 2002, o euro, esteve sobretudo sob a influência de factores como os diferenciais de crescimento e fluxos de fundos, que voltaram a marcar a tendência nos mercados de câmbios. No início do ano, a revisão em alta das previsões de crescimento nos EUA, reflectiu-se na depreciação do euro, que voltou a aproximar-se dos níveis mínimos verificados em 2001.

A partir do segundo trimestre de 2002 a queda dos mercados accionistas norte-americanos, afectados por vários escândalos financeiros, e a consequente redução dos fluxos de fundos destinados aos EUA, reflectiu-se numa recuperação do euro, que se aproximou da paridade com o dólar. Esta tendência viria a revelar-se pouco sustentada, na medida em que no

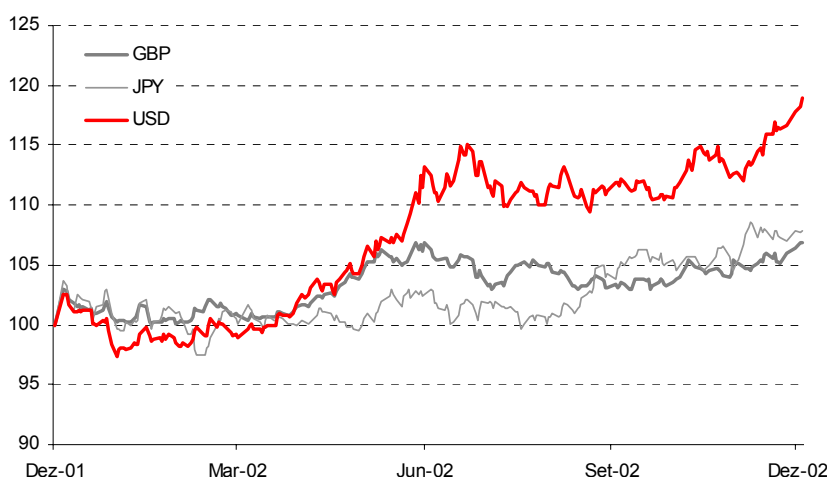
segundo semestre a economia europeia deu sinais de que não estava imune aos desenvolvimentos nos EUA, com uma revisão em baixa das previsões de crescimento para 2002, e sobretudo para 2003.

No entanto, e já no quarto trimestre, o euro ultrapassou significativamente a paridade com o dólar, beneficiando, por um lado da demissão da equipa económica da Administração norte-americana e sua substituição por uma nova equipa, menos estrita na defesa de um dólar forte e por outro, de novos receios de uma intervenção militar pelas forças norte-americanas no Iraque.

A libra esterlina acompanhou de perto a evolução do dólar, depreciando-se face ao euro mas em menor escala. Em 2002, embora sem desenvolvimentos concretos quanto à participação do Reino Unido na zona euro, foram conhecidos vários estudos que revelam estimativas para a taxa de conversão da libra, situadas em torno de 0,70 libras por euro.

O iene manteve-se, durante o primeiro semestre, em torno dos níveis alcançados em 2001 (os mais baixos dos últimos três anos), reflectindo as fracas perspectivas para a economia japonesa, conforme já referido. No entanto, no segundo semestre, viria a apreciar-se, devido a uma recuperação conjuntural da economia, e aos factores específicos que afectaram sobretudo o dólar americano.

Evolução das Principais Taxas de Câmbio (Dez 2001=100)



Fonte: BCE

• Mercados monetários

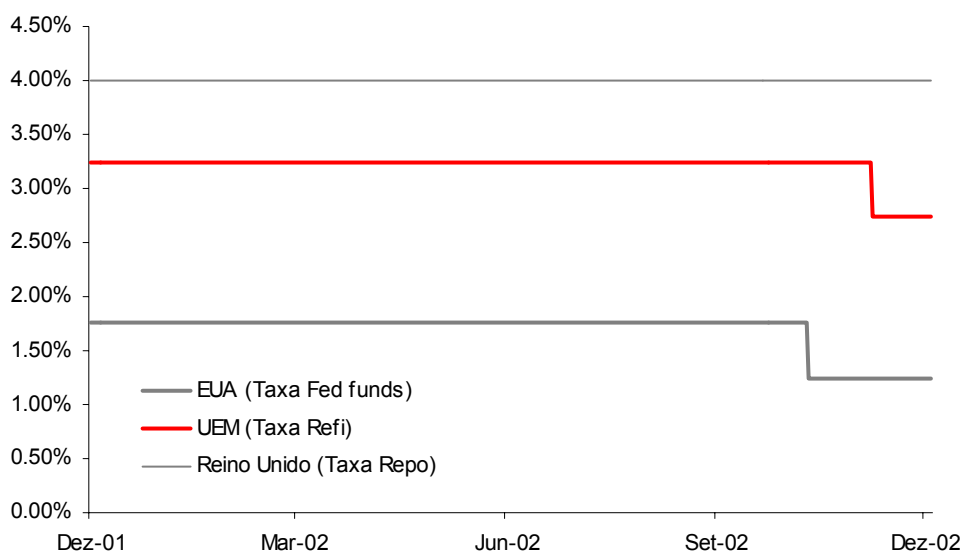
Na sequência das fortes descidas das taxas de referência ocorridas em 2001, o ano de 2002 iniciou-se com expectativas de inversão do ciclo monetário. No entanto, ao longo do exercício, as constantes revisões em baixa das taxas de crescimento da economia, conduziram a um pessimismo generalizado que se traduziu em expectativas de descida das taxas de referência.

Os bancos centrais dos EUA e da zona euro viriam efectivamente a baixar as taxas de referência, no quarto trimestre de 2002. Nos EUA, a Reserva Federal reduziu a taxa de referência para 1,25%, um mínimo de quatro décadas, devido à quebra da confiança dos consumidores motivada pela perspectiva de desenvolvimentos político-militares no Iraque. Na sequência desta decisão, a Reserva Federal dos EUA deu por concluída a sua tarefa, considerando que a política monetária era consistente com a recuperação da economia americana.

Por seu turno o Banco Central Europeu baixou também a taxa de referência, para 2,75%, reconhecendo que o abrandamento económico nos EUA e o aumento da incerteza global afectaram igualmente a economia europeia. Na sequência desta decisão, e de declarações de que os riscos para a actividade continuavam elevados, os mercados financeiros anteciparam um novo corte, até 0,5%, o que conduziu as taxas de juro a novos mínimos.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra discutiu por várias vezes uma eventual descida das taxas de referência, mas manteve-as inalteradas no mínimo de 4%. Embora preocupados com o abrandamento da economia global, o forte crescimento dos salários e o aumento dos preços do imobiliário reforçaram a dualidade da economia britânica, e levando o banco central a ter uma postura mais cautelosa, não alterando a política monetária.

Taxas de Referência dos Principais Bancos Centrais



Fonte: Reuters

No Japão, a manutenção do cenário de recessão económica e deflação levou o Banco Central a observar a política de taxas de juro zero, bem como a aumentar a taxa de expansão dos agregados monetários, para contrariar a tendência de descida dos preços.

• Mercados obrigacionistas

Em 2002 as taxas de juro de longo prazo voltaram a descer de forma significativa, aproximando-se dos níveis mínimos verificados em 1998 -1999.

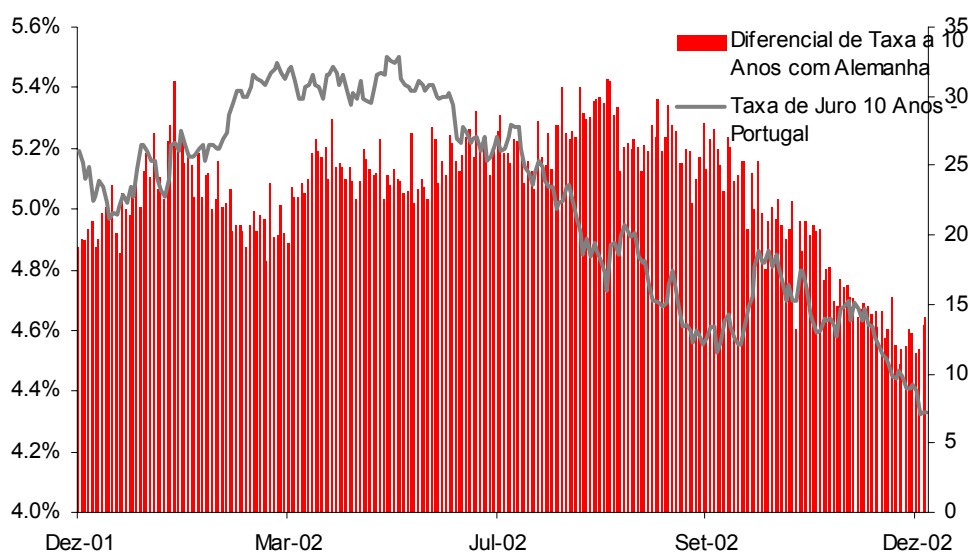
A descida das taxas de juro, que se acentuou a partir de meados do ano e que mais do que anulou a subida verificada no início do ano (a qual ocorreu na sequência das expectativas iniciais de recuperação da actividade económica), foi determinada pelo conjunto de factores já anteriormente referidos e que podem basicamente ser sintetizados num movimento de “fuga para a qualidade”.

De facto, os mercados obrigacionistas assumiram um importante papel de refúgio para os investidores. Inicialmente, foi a queda dos mercados accionistas a espoletar um movimento de reafecção de carteiras em favor de activos com menor risco. Em seguida, o agravamento da situação financeira no Brasil, em antecipação das eleições presidenciais, e num contexto de elevada incerteza sobre os restantes países da América Latina, gerou um

movimento de fuga dos mercados emergentes, sendo a dívida pública dos mercados desenvolvidos a aplicação preferida.

A descida das taxas de juro de longo prazo foi mais acentuada nos EUA, situando-se abaixo dos níveis de taxas na zona euro. As taxas de juro de longo prazo europeias terão sido afectadas negativamente pelo agravamento dos défices orçamentais, devido não só ao mais fraco crescimento económico, como também a políticas económicas menos adequadas. O facto de a Alemanha ter excedido o limite de 3% do PIB para o défice público e, desta forma, incorrer no procedimento dos défices excessivos pelo Conselho Europeu, é disso o principal exemplo. Dentro da zona euro, a evolução das taxas foi diferenciada, com uma redução dos diferenciais de taxas de juro entre os países centrais (sobretudo a Alemanha) e os países periféricos (incluindo Portugal).

Taxa de Juro 10 Anos e Diferencial com Alemanha



Fonte: BSN Portugal, Reuters

• Mercados accionistas

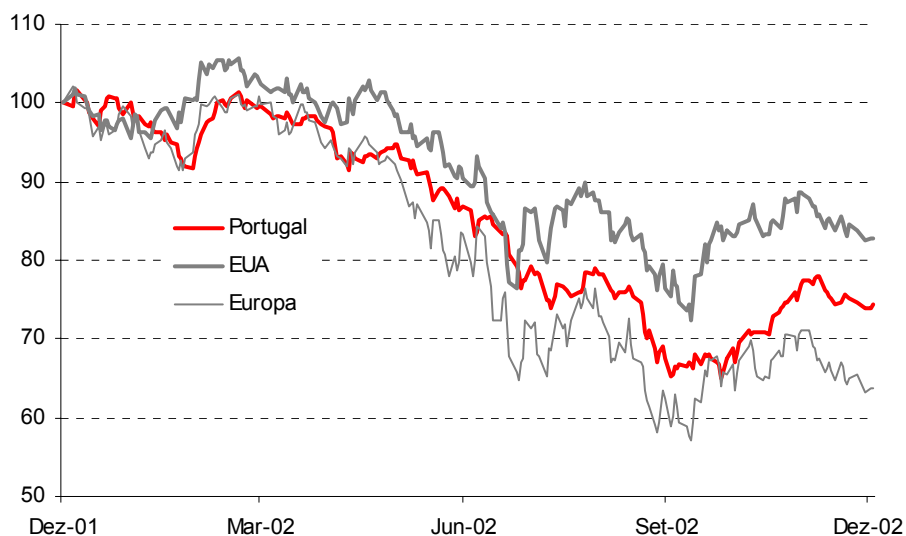
O optimismo que marcou o início de 2002, reflectindo-se numa rápida recuperação das cotações, foi manchado por vários escândalos financeiros, de que a falência da Enron, uma das principais empresas energéticas dos EUA, é o caso extremo. Efectivamente, foram muitos os casos de má informação prestada pelas empresas cotadas, que levou mesmo à alteração das normas das entidades reguladoras. Os mercados accionistas registaram, após o segundo trimestre de 2002, uma queda tão ou mais acentuada do que no decurso dos dois anos anteriores.

Como já mencionado a zona euro não ficou imune. O sector das telecomunicações foi particularmente afectado, na sequência da crise da Worldcom, uma empresa americana do sector, e que lançou receios quanto à situação das empresas europeias, que haviam aumentado muito o seu endividamento na preparação do lançamento do sistema de terceira geração de comunicações móveis, o UMTS.

Setembro foi o mês com o comportamento mais negativo, tendo as cotações caído nos primeiros dias de Outubro para os níveis mais baixos dos últimos cinco anos. Entre Março e Outubro de 2002, a generalidade dos mercados perdeu mais de 30%, que compara com cerca de 20% nos dois anos anteriores (cerca de 10% nos EUA). O final do quarto trimestre

ficou, contudo, marcado pela recuperação da confiança quanto a 2003, o que permitiu a subida generalizada dos mercados accionistas.

Mercados accionistas



Fonte: Reuters, BVL

Embora registasse uma performance menos negativa do que os principais mercados europeus, Portugal não escapou à tendência internacional, apesar da incerteza sobre a América Latina afectar também algumas das principais empresas cotadas. O facto de em 2001, a bolsa portuguesa ter caminhado de forma mais negativa, poderá ter contribuído para essa evolução. A nível nacional destaque-se o início da consolidação do sector de comunicações móveis, com a venda da OniWay aos três actuais operadores. Igualmente importante, foi a integração da BVL na Euronext, a bolsa Europeia que agrega também as bolsas de Paris, Amsterdão, Bruxelas e a bolsa de futuros Liffe.

3. ÁREAS DE NEGÓCIO

- **Actividade Comercial**

Banca Comercial - Particulares e Negócios

Seguindo uma estratégia comercial proactiva, o Banco tem expandido a sua actividade com base no lançamento de diversos produtos inovadores.

Durante o ano de 2002, e em termos de actividade comercial, o Banco Santander Portugal continuou a crescer de forma sustentada, alcançando no final do ano um Volume de Negócio de 5.463 milhões de euros, o que representa um crescimento de 14,7% relativamente ao ano anterior.

| Particulares & Negócios + Private Banking | | Milhões Euros | |
|---|--------------|---------------|--------------|
| | 2001 | 2002 | Var. (%) |
| Total de Crédito | 2.242 | 2.800 | 24,9% |
| Crédito em Balanço | 2.153 | 2.689 | 24,9% |
| Crédito Imobiliário | 1.709 | 2.219 | 29,8% |
| Total de Recursos | 2.522 | 2.664 | 5,6% |
| Produtos Estruturados | 436 | 391 | -10,3% |
| Fundos de Investimento | 617 | 731 | 18,6% |
| Volume de Negócio | 4.764 | 5.463 | 14,7% |

A Captação de Recursos (em balanço e fora de balanço) representou 20,3% do incremento do negócio, com uma variação positiva de 142 milhões de euros. Esta evolução esteve associada a uma estratégia de captação de recursos assente basicamente em 3 vectores:

- Continuação do lançamento de produtos estruturados, reforçando a imagem de inovação e a proposta de valor acrescentado para os clientes, que se traduziu numa colocação de cerca de 175 milhões de euros;
- Lançamento de seguros de capitalização bastante competitivos que totalizaram 125 milhões de euros onde se destacaram os produtos **Euro Rendimento Seguro**, **Rendimento Semestral**, **Santander Aforro Seguro**, **Santander Rendimento Crescente**;
- Lançamento de Fundos de Investimento, nomeadamente o Fundo Imobiliário **Novimovest 2002** (2ª e 3ª Tranche).

Por segmentos, os Particulares continuaram a ter o maior peso representando 93% dos Recursos Captados.

De destacar, o comportamento evidenciado pelos Fundos de Investimento, que tiveram um crescimento de 18,6%.

A nível do Crédito, o Santander procurou acompanhar o mercado mediante o lançamento de diversos produtos com distintos perfis de risco e maturidade, abrangendo os diferentes segmentos de negócio.

Em termos de crescimento creditício, o Banco registou um incremento de 24,9%, consequência da evolução observada no crédito à habitação (+29,8%), componente que

representa 79% do total do Crédito. Realce-se que no ano em análise, foram contratados 681 milhões de euros de novos créditos.

Para este desempenho contribuiu o lançamento de vários produtos, dos quais se destacam as campanhas **Super Oferta Lar** e **Factor 22**, que registaram um êxito assinalável na captação do negócio de habitação. Lançada no início do 2º trimestre de 2001, a campanha **Super Oferta Lar** oferecia ao cliente, no momento da contratação, um cheque para compra de artigos para o lar. A campanha **Factor 22**, foi lançada em Outubro de 2002, oferecendo 22 vantagens ao cliente, das quais se destacam, além de uma prestação competitiva, um seguro de garantia de pagamento de prestação em caso de doença ou desemprego. Com esta campanha foi lançado o **Simpac Habitação**, um novo conceito de venda de produto, que permitiu a simplificação e melhorou a qualidade de informação prestada ao cliente.

A Rede de Promotores Externos Santander completou em 2002 o seu quarto ano de pleno desenvolvimento e consolidação. Registou um excelente comportamento, tanto ao nível do encaminhamento de negócios concretizados pelo Banco, como ao nível das adesões de novos Promotores. Esta Rede, transformou-se num dos instrumentos importantes da Rede Comercial para a captação de negócio ajudando a prosseguir um dos objectivos estratégicos do Banco, na medida em que a sua estrutura de custos é essencialmente variável, em função do crescimento da carteira de negócios.

Em 2002 o BSP abriu dois balcões, Pombal e Ermesinde, perfazendo no final do ano um total de 123 balcões.

Banca Transaccional

Cash Management - 2002 foi um ano de consolidação na área de *Cash Management* das empresas. Ampliou-se a oferta de produtos e serviços que permitem otimizar os pagamentos e cobranças das empresas, introduziram-se melhoramentos nos produtos existentes, assim como se iniciou um controlo rigoroso da evolução das comissões ao nível do cliente. Destaca-se o desenvolvimento e promoção do Sistema de Débitos Directos e o lançamento de um novo produto na vertente de pagamentos: emissão automática de carta cheque para pagamento a fornecedores internacionais.

Terminal de Pagamento Automático (POS) e Pagamento de Serviços - Em 2002 entrou em funcionamento uma nova aplicação informática de gestão dos POS que permite, por um lado, um maior controlo e análise da rentabilidade de cada cliente, e por outro, uma maior rapidez na instalação dos terminais bem como uma redução da carga administrativa dos balcões.

Procedeu-se a uma promoção de oferta activa dos POS MÓVEIS, que possibilitou a obtenção, no final do ano, de uma melhoria de quota; bem como ao lançamento de uma Campanha de Instalação de POS, no último trimestre do ano, baseada no estabelecimento de objectivos quantitativos para cada balcão.

Negócio Internacional - A reestruturação organizativa operada, no decurso de 2002, na Área de Empresas permitiu efectuar um acompanhamento mais direccionado dos clientes, oferecendo produtos e serviços internacionais desenvolvidos de acordo com as necessidades das empresas.

A criação de uma Direcção Comercial vocacionada para o segmento de empresas ibéricas, proporcionou uma especial atenção, no apoio a empresas espanholas instaladas em Portugal e na criação de soluções para as empresas portuguesas que operam no mercado espanhol.

Cartões

Pela necessidade de dotar a Rede Comercial de produtos inovadores e competitivos no sentido de completar a carteira do Banco, proporcionando uma oferta total e homogénea, foram lançados vários tipos de cartões.

Numa experiência piloto, a nível mundial, o Banco lançou o cartão **Visa SuperSatisfação**, com a possibilidade de ser personalizado com imagens entregues pelos Clientes, tornando-o num cartão único no mundo.

Foram também disponibilizados, na rede de balcões, e pela primeira vez em Portugal, os **Cartões Recarregáveis**, permitindo a Clientes e não Clientes, um cartão passível de ser oferecido e reutilizado através de carregamentos por transferência interbancária ou depósitos em numerário. Ao Cliente é permitida a escolha de imagens alusivas à oferta que pretende fazer, ou optar pelo cartão mesada, transferindo periodicamente e de forma automática as verbas que deseja para os cartões dos seus filhos e/ou familiares.

Proporcionando rapidez e comodidade foram criados os cartões afectos a pacotes, destacando-se o **Super Oferta Lar** e **Conta de Depósitos à Ordem**, entregando-se de imediato um cartão não titulado e um *pin*, podendo o Cliente, 24 horas depois, estar a fazer a utilização da sua conta por esta via. Este cartão é de utilização nacional e renova automaticamente por um internacional e titulado.

Repetindo as acções anteriores da época natalícia, o Banco lançou, pelo terceiro ano consecutivo, o cartão alusivo ao Natal, com imagem apropriada estendendo a acção aos cartões recarregáveis. Os cartões de crédito possuem uma limitação temporal associada à época e renovam automaticamente por cartões da mesma gama.

Os produtos lançados e as campanhas que tiveram lugar durante o ano, proporcionaram um crescimento de cerca de 100% no que respeita a cartões de crédito activos do Banco.

O ano de 2002 caracterizou-se ainda pelo desenvolvimento de uma plataforma informática de cartões, para a qual todos migraram, o que potencia uma melhor e mais abrangente prestação de serviço ao Cliente.

Banca Comercial - Canais Complementares

NetB@nco – 2002 foi, claramente, o ano de expansão da área do Canal *Web*, tendo-se verificado um importante incremento no nível de serviço e funcionalidades disponibilizadas.

O *Site* foi melhorado em termos de navegação, de apresentação gráfica e de estrutura de informação, tendo sido criados e implementados sub-sites de conteúdos dedicados a organismos e empresas com acordos com o Banco, sendo estes de acesso restrito e controlado.

Iniciou-se o projecto que irá permitir usufruir da última tecnologia em termos de plataforma de *Homebanking*.

Foram desenvolvidas diversas acções de promoção dos serviços de *Homebanking* de onde se destaca a implementação de objectivos trimestrais à Rede de Balcões, bem como acções de Marketing Directo e de promoção à adesão ao serviço.

O processo de adesão ao serviço foi melhorado, permitindo a sua subscrição ao balcão através de códigos pré-atribuídos.

Call Center - O ano em análise caracterizou-se por um forte crescimento do nível de utilizadores do serviço. De facto, o Banco registou um incremento, em número de subscritores, bastante considerável (40%).

Para este forte crescimento terá contribuído um maior envolvimento e articulação com a rede comercial, bem como uma maior facilidade proporcionada pelo novo processo de adesão.

Durante o ano foi dado apoio às campanhas publicitárias do Banco, tendo sido realizadas 31 campanhas, incrementando significativamente o número de contactos em relação a 2001.

SelfBanking - O Banco Santander Portugal atingiu no final de 2002 um parque global de 197 ATMs, o que representa uma taxa de crescimento, face a 2001, de 18%. Melhorou-se significativamente o nível de serviço dos ATMs através de uma monitorização cuidada de todo o parque.

Banca Comercial - Empresas e Institucionais

Na área de empresas foi criado o Departamento de Protocolos e Crédito Protocolado que pretende, por um lado aumentar o *cross selling* entre as empresas e os particulares, tentando vincular ao Banco os colaboradores das empresas clientes, e por outro centralizar todas as relações com os organismos oficiais.

Assente no desenvolvimento de um conjunto de produtos específicos para clientes empresa o Banco apostou, a partir do 2º trimestre do ano, na colocação de produtos estruturados, com rendibilidades indexadas à taxa euribor, constituindo alternativas de investimento muito interessantes para clientes com disponibilidades financeiras.

Foram lançados novos produtos de crédito ao investimento para empresas, na sequência do acordo estabelecido com o BEI (Banco Europeu de Investimento) e no âmbito do novo programa SIME (Sistema de Incentivos para a Modernização Empresarial). Perto do final do ano, foi disponibilizado um produto de gestão de frotas muito competitivo, designado **Auto Renting**, que alia uma componente de financiamento operacional a um conjunto completo de serviços associados, que se espera venha a ter uma forte adesão durante o ano de 2003, pela sua adequação às necessidades das empresas e às actuais condições do mercado automóvel.

Foi colocada em prática uma estratégia de micro-marketing, através do patrocínio e organização de diversos eventos e inserções publicitárias destinadas a atingir segmentos específicos de mercado, reforçando assim o marketing relacional que se pretende aprofundar nesta área.

Banca Comercial - Grandes Empresas

O ano de 2002 consolidou a estratégia de crescimento delineada para o segmento de Grandes Empresas. O Banco obteve crescimentos importantes, tanto em crédito como em recursos, mantendo uma elevada qualidade de risco da carteira. Apostou-se fortemente no aumento do *cross selling* entre as áreas de banca corporativa, a tesouraria e *cash management*.

Ao longo do exercício, concretizaram-se diversas operações importantes de financiamento (tanto empréstimos bilaterais como sindicados) e de coberturas de tesouraria.

Banca Comercial - Private Banking

A actividade de *Private Banking* registou um impulso, reflectido num aumento significativo do número de clientes e do volume de recursos deste segmento, não obstante o difícil enquadramento económico e a conjuntura desfavorável dos mercados financeiros, conforme já referido.

A consolidação da equipa e a estreita relação com a rede comercial permitiram um serviço mais personalizado e uma oferta de valor acrescentado, quer a actuais clientes do Banco, quer a novos clientes.

A proximidade com a área de *Asset Management* foi particularmente positiva para o *Private Banking*, permitindo estender a oferta para produtos inovadores e que visam colmatar a volatilidade e riscos dos mercados accionistas.

Produtos estruturados, de capital garantido, cabazes de obrigações, fundos imobiliários, fundos alternativos e seguros de capitalização foram algumas das modalidades oferecidas aos clientes com vista a potenciar alternativas ao mercado accionista e às aplicações tradicionais em depósitos a prazo.

Esta área de negócio, privilegiando um serviço de qualidade, distintivo e diferenciador, continuará em 2003 a ser um veículo importante para a satisfação e fidelização dos clientes de elevado rendimento.

4. DESEMPENHO ECONÓMICO- FINANCEIRO DO BANCO SANTANDER PORTUGAL

• Actividade Consolidada

Após a constituição e organização do Grupo Totta em 2001, verificou-se em 2002 uma racionalização das Estruturas existentes ao nível das diferentes empresas do Grupo sendo de destacar, no caso do Banco Santander, a incorporação por fusão da Santander Rent na SCH Rent, o mesmo acontecendo à Santander Leasing que foi incorporada na SCH Leasing. Com estas fusões o Banco Santander ficou com uma participação na SCH Leasing e SCH Rent de 17,61% e 45,64%, respectivamente, contra os 100% detidos nas empresas incorporadas.

A conjuntura económica registada ao longo de 2002, particularmente no segundo semestre de ano, condicionou o comportamento dos volumes de negócio, com performances distintas para o Crédito e os Recursos de Clientes. Assim, relativamente à actividade consolidada destaca-se:

- Crescimento sustentado do Volume de Negócio de 7,8%. O Crédito Líquido a Clientes em Balanço cresce 14,3%, enquanto que os Recursos em Balanço registam um decréscimo de 8,9%. Este decréscimo deveu-se essencialmente à canalização de recursos para Seguros de Capitalização e Fundos de Investimento (Recursos fora de Balanço), cujo crescimento ascendeu a 71% e 20% respectivamente;

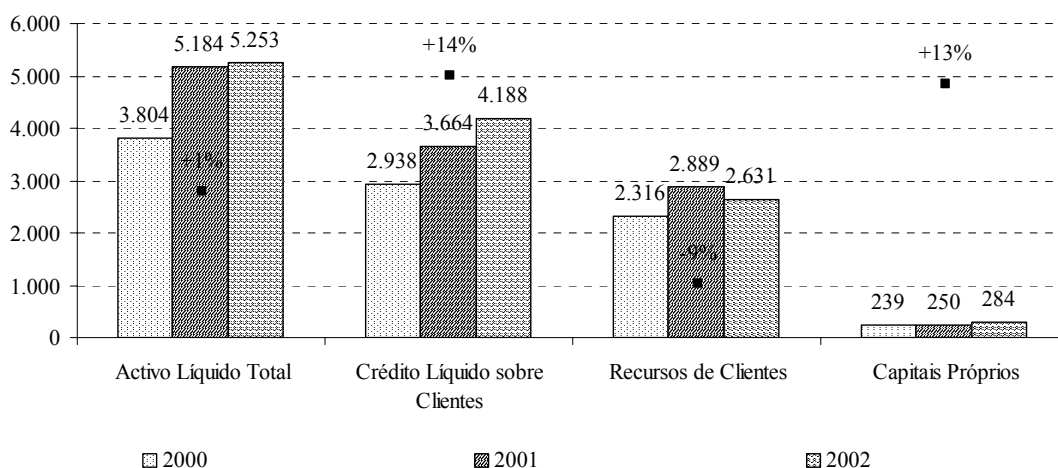
| <i>Variações 2002-2001</i> | <i>Millhões de Euros</i> | <i>%</i> |
|---|--------------------------|----------|
| Operações com Clientes | | |
| Crédito Líquido sobre Clientes | +524 | +14,3 |
| Débitos para com Clientes + Déb. Rep. por Títulos | -258 | -8,9 |
| Recursos Fora de Balanço | +268 | +32,3 |
| Recursos Totais | +10 | +0,3 |
| Operações Activas Com Títulos | | |
| Carteira de Títulos / Participações | -19 | -8,4 |
| Operações com Instituições de Crédito | | |
| Créd. S/ Inst. de Crédito | -347 | -39,2 |
| Débitos para com Inst. de Crédito | +283 | +17,8 |
| Capitais Próprios | +33 | +13,3 |

- Aumento do recurso ao mercado interbancário por um crescimento do Crédito não acompanhado pelo crescimento dos Recursos em Balanço;
- Crescimento muito positivo do Produto Bancário, o qual termina 2002 com um crescimento de 8,6% face ao ano anterior, motivado por um crescimento importante quer da Margem Financeira (incluindo Rendimento de Títulos), quer da Margem de Serviços;

| | 02/01 Var. % |
|---|-------------------------------|
| Margem Financeira (inclui rendimento de títulos) | +5,2 |
| Margem de Serviços | +22,6 |
| Margem de Trading | -14,3 |
| Produto Bancário | +8,6 |
| Custos de Transformação | +0,0 |
| Margem Operacional | +22,9 |
| Res. Antes de Interesses Min. e Impostos | +27,6 |
| Resultado Líquido | +28,0 |

- Custos de Transformação em linha com o verificado em 2001, apesar do aumento de 2 postos de atendimento;
- Adequados níveis de provisionamento tendo em consideração a conjuntura vigente e o esforço de organização e desenvolvimento assumidos nos últimos anos. O Crédito Vencido Total representa 0,7% da Carteira de Crédito estando coberto por Provisões a 223,1%, enquanto que a Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias ascende a 277,1% (o que representa um aumento das coberturas face a 2001 de 37 p.p e de 15 p.p. respectivamente).

Evolução das Principais Rubricas do Balanço **(2000 - 2002)**



Balanço

O Activo Líquido consolidado atingiu em Dezembro de 2002 5,3 mil milhões de euros, crescendo cerca de 1,5% face ao ano anterior.

O Crédito em Balanço tem um crescimento superior aos Recursos de Clientes em Balanço o que conduziu a uma necessidade de recurso ao mercado monetário, o que originou um aumento do grau de transformação de Depósitos em Crédito (159,2%) de 32 p.p. face ao ano anterior.

| <i>milhões de euros</i> | Dez '02 | Dez '01 | Var. € | Var. % |
|---|----------------|----------------|---------------|---------------|
| Disp. e Dep. em B. Centrais e Créd. S/ Inst. de Crédito | 598 | 1.015 | -417 | -41,1 |
| Crédito Líquido | 4.188 | 3.664 | +524 | +14,3 |
| Títulos | 199 | 226 | -27 | -12,1 |
| Participações | 11 | 2 | +8 | >200,0 |
| Imobilizado | 59 | 61 | -2 | -3,4 |
| Outros Activos | 199 | 215 | -17 | -7,8 |
| Total de Activos | 5.253 | 5.184 | +69 | +1,3 |
| Bancos Centrais e Instituições de Crédito | 1.873 | 1.590 | +283 | +17,8 |
| Recursos de Clientes | 2.631 | 2.889 | -258 | -8,9 |
| Provisões Diversas e Outros Passivos | 204 | 193 | +11 | +5,6 |
| Passivos Subordinados | 262 | 262 | +0 | +0,0 |
| Capitais Próprios | 284 | 250 | +33 | +13,3 |
| Transf. Dep. em Créd. | 159,2% | 126,8% | +32,4 p.p. | |

O crescimento modesto do Activo Líquido (1,5% em relação a 2001), é motivado essencialmente pela redução das aplicações no Mercado Monetário e da Carteira de Títulos, cujos decréscimos quase compensaram a forte subida registada no Crédito concedido.

O Crédito Líquido a Clientes atingiu 4,2 mil milhões de euros no final de 2002, evidenciando um crescimento de 14% face ao ano anterior (+524 milhões de euros). O Crédito à Habitação é o principal responsável por este crescimento. Ao crescer acima do Activo Líquido este agregado ganhou peso no Total do Activo Líquido, passando a representar 80% , contra 71% em Dezembro de 2001.

O Total de Recursos de Clientes em Balanço (Débito para com Clientes e Títulos Emitidos), observou um decréscimo de 8,9% em relação ao ano anterior, motivado pela canalização dos novos recursos captados para Seguros de Capitalização e Fundos de Investimento (Recursos fora de Balanço), que cresceram 71% e 20%, respectivamente, perdendo igualmente peso no total dos Activos Líquidos, o qual decresceu 5,6 p.p..

| | Dez '02 | Dez '01 | Var |
|---|----------------|----------------|------------------|
| | peso % | peso % | peso p.p. |
| Disp. e Dep. em B. Centrais e Créd. S/ Inst. de Crédito | 11,4 | 19,6 | -8,2 p.p. |
| Crédito a clientes | 79,7 | 70,7 | +9,0 p.p. |
| Títulos / Participações | 4,0 | 4,4 | -0,4 p.p. |
| Imobilizado e outros Activos | 4,9 | 5,3 | -0,4 p.p. |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | |
| Bancos Centrais e Instituições de Crédito | 35,7 | 30,7 | +5,0 p.p. |
| Recursos de Clientes | 50,1 | 55,7 | -5,6 p.p. |
| Provisões Diversas e Outros Passivos | 3,9 | 3,7 | +0,2 p.p. |
| Passivos Subordinados | 5,0 | 5,1 | -0,1 p.p. |
| Capitais Próprios | 5,4 | 4,8 | +0,6 p.p. |

Complementarmente a constituição de Provisões continuou a situar-se a níveis adequados, mantendo a cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões, em níveis bastante prudentes. O rácio do crédito vencido no total do crédito registou valor semelhante a 2001.

| | <u>Dez '02</u> | <u>Dez '01</u> | <u>Var. %</u> |
|---|----------------|----------------|---------------|
| | Real | Real | |
| Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total | 0,5% | 0,6% | -0,02 p.p. |
| Cobertura de Crédito Vencido a + 90 dias | 277,1% | 262,0% | +15,13 p.p. |

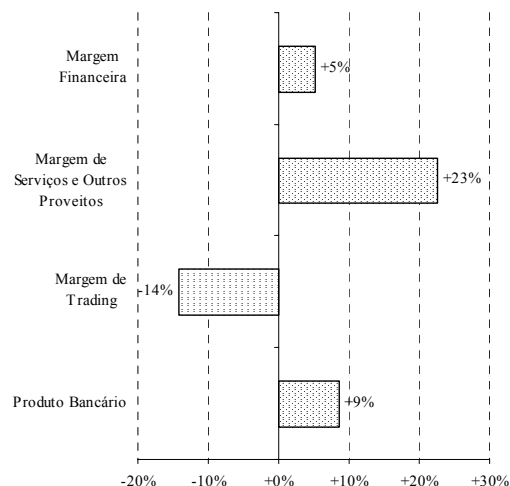
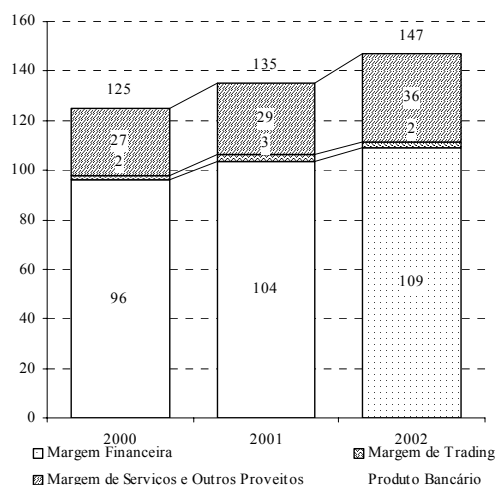
Demonstração de Resultados

O ano de 2002 foi marcado por uma conjuntura económica desfavorável que se foi acentuando no final do ano em virtude da degradação das condições sócio/económicas e que se repercutiu na contracção do mercado empresarial, na redução da capacidade de endividamento das famílias e no aumento das incertezas para o futuro com impacto directo no Investimento, subsistindo, à semelhança dos anos anteriores, uma forte concorrência no Sector. Ainda assim, os Resultados Líquidos do Santander Portugal apresentaram uma evolução bastante favorável em relação ao ano anterior, evidenciando um crescimento de 28%.

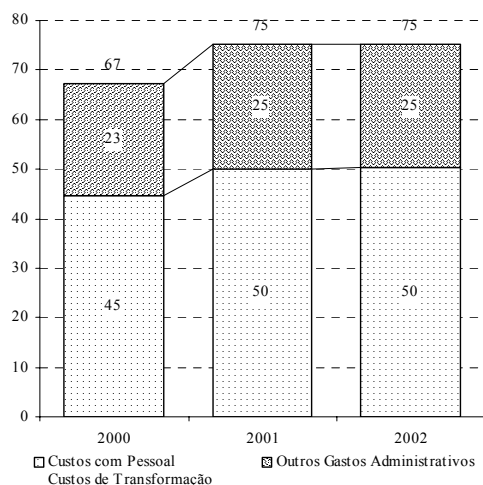
O Produto Bancário ascendeu em 2002 a 146,8 milhões de Euros, apresentando um crescimento de 8,6% face a 2001. Num ano marcado por uma forte concorrência, a Margem Financeira sem Rendimento de Títulos apresentou um decréscimo de 2,7%, atingindo os 100,2 milhões de euros, reflectindo o crescimento dos volumes de negócio face a 2001. O Rendimento de Títulos apresenta um aumento significativo, resultado dos dividendos recebidos dos investimentos realizados durante o ano em títulos do exterior. A Margem de Serviços e Outros Proveitos terminou 2002 com 35,7 milhões de euros, um crescimento de 22,6%, justificado, essencialmente pelo crescimento registado em Comissões.

Evolução da Demonstração de Resultados

| | <u>Dez '02</u> | <u>Dez '01</u> | <u>Var. %</u> |
|---|----------------|----------------|---------------|
| <i>(Milhares de Euros)</i> | | | |
| Margem Financeira | 100.199 | 103.032 | -2,7 |
| Rendimento de Títulos | 8.730 | 488 | >200,0 |
| Margem Financeira (inclui rendimento de títulos) | 108.929 | 103.520 | +5,2 |
| Comissões Recebidas e Outros Proveitos | 46.563 | 38.735 | +20,2 |
| Comissões Pagas + Outros Impostos | (10.848) | (9.601) | +13,0 |
| Margem de Serviços e Outros Proveitos | 35.715 | 29.134 | +22,6 |
| Margem de Trading | 2.187 | 2.552 | -14,3 |
| Produto Bancário | 146.831 | 135.206 | +8,6 |
| Custos de Transformação | (75.163) | (75.160) | +0,0 |
| Custos com Pessoal | (50.285) | (50.033) | +0,5 |
| Outros Gastos Administrativos | (24.878) | (25.127) | -1,0 |
| Amortizações | (7.511) | (7.824) | -4,0 |
| Margem Operacional | 64.157 | 52.222 | +22,9 |
| Provisões e Outros Resultados | (23.021) | (19.982) | +15,2 |
| Res. Antes de Interesses Min. e Impostos | 41.136 | 32.240 | +27,6 |
| Impostos | (6.791) | (5.409) | +25,6 |
| Resultado Líquido | 34.345 | 26.831 | +28,0 |



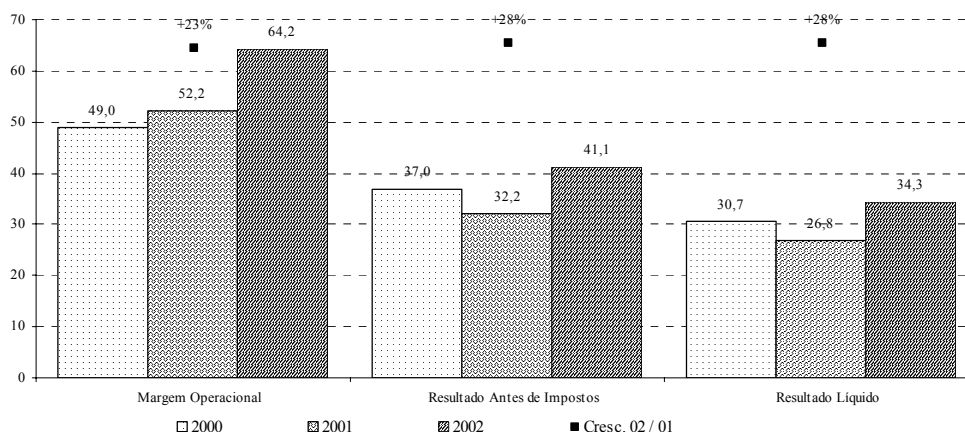
Os Custos de Transformação estão ao nível de 2001, com os Custos com Pessoal a crescerem 0,5% e os Gastos Gerais a registarem uma evolução favorável de -1%.



Embora apresentando um aumento de 0,5%, a evolução dos Custos com Pessoal traduz uma contenção de custos, uma vez que o seu crescimento ficou claramente abaixo da taxa de inflação registada. A alteração do critério de contabilização dos Fundos de Pensões, de harmonia com o novo regulamento do Banco de Portugal, também teve um efeito atenuador destes encargos.

Os Gastos Gerais Administrativos, por seu lado, decresceram ligeiramente, apesar da abertura de 2 novas agências, sendo resultante de uma política posta em prática, há alguns anos, de racionalização de custos e aproveitamento de sinergias entre os demais Bancos do Grupo Totta (Totta e Crédito Predial) e fruto da adopção de novos processos e recursos tecnológicos.

As Provisões e Resultados não Operacionais cresceram 15,2%, ou seja +3 milhões de euros do que no ano anterior, alavancando o crescimento da Margem Operacional em 4 p.p..



Os Resultados Líquidos do Santander Portugal atingiram 34,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 28% face ao ano anterior.

Rendibilidade e Eficiência

A rendibilidade dos Capitais Próprios apresenta um crescimento de 2,5 p.p., com o ROE a atingir os 13,7%.

O Rácio de Eficiência evidencia uma melhoria de 4,4 p.p. relativamente ao ano anterior, por um crescimento do Produto Bancário conjugado com a manutenção dos Custos de Transformação, cifrando-se em 51,2%.

| <i>mil euros</i> | 2002 | 2001 | Var. % |
|---------------------------------|--------|--------|-----------|
| ROE | 13,7% | 11,2% | +2,5 p.p. |
| ROA | 0,7% | 0,5% | +0,1 p.p. |
| Rácio de eficiência | 51,2% | 55,6% | -4,4 p.p. |
| Empregados por Agência | 10,9 | 11,2 | -0,3 |
| Créditos por Agência | 35.635 | 31.483 | +13% |
| Captação por Agência | 30.322 | 30.741 | -1% |
| Resultado Líquido por Empregado | 25,7 | 19,8 | +30% |
| Resultado Líquido por Agência | 279,2 | 221,7 | +26% |

Em termos de produtividade verifica-se uma melhoria substancial dos rácios “crédito por empregado” e “crédito por balcão”, como consequência do aumento do volume de crédito concedido, mantendo-se praticamente inalterados os rácios “recursos por empregado” e “recursos por balcão”. O Resultado Líquido gerado por empregado e balcão cresce igualmente em relação ao ano anterior, apesar do aumento do quadro de pessoal e do número de balcões.

Actividade Individual

Balanço

O Activo Líquido do Banco Santander Portugal atingiu, em Dezembro de 2002, 5,3 mil milhões de euros, crescendo cerca de 1,5% face ao ano anterior.

| <i>milhões de euros</i> | <u>Dez '02</u> | <u>Dez '01</u> | <u>Var.-€</u> | <u>Var. %</u> |
|---|----------------|----------------|---------------|---------------|
| Disp. e Dep. em B. Centrais e Créd. S/ Inst. de Crédito | 598 | 1.140 | -542 | -47,5 |
| Crédito Líquidos | 4.188 | 3.524 | +664 | +18,8 |
| Títulos | 142 | 169 | -27 | -16,2 |
| Participações | 9 | 11 | -2 | -11,2 |
| Imobilizações | 59 | 61 | -2 | -3,3 |
| Outros Activos | 254 | 270 | -16 | -6,1 |
| Total de Activos | 5.250 | 5.175 | +75 | +1,5 |
| Bancos Centrais e Instituições de Crédito | 1.873 | 1.591 | +282 | +17,7 |
| Recursos de Clientes | 2.631 | 2.889 | -258 | -8,9 |
| Provisões Diversas e Outros Passivos | 203 | 185 | +18 | +9,8 |
| Subordinados | 262 | 262 | +0 | +0,0 |
| Capital | 281 | 248 | +33 | +13,4 |
| Transf. Dep. em Créd. | 159,2% | 122,0% | +37,2 p.p. | |

O crescimento modesto do Activo Líquido do Santander Portugal (1,5% em relação ao ano anterior), é motivado essencialmente pela redução das aplicações no Mercado Monetário e da Carteira de Títulos do Banco, cujos decréscimos quase compensaram a forte subida registada no Crédito concedido.

O Crédito Líquido a Clientes atingiu 4,2 mil milhões de euros no final de 2002, evidenciando um crescimento de 19% face ao ano anterior (+664 milhões de euros), sendo o Crédito à Habitação o principal responsável por este crescimento. Ao crescer acima do Activo Líquido este agregado ganhou peso no Total do Activo Líquido, passando a representar 80%, contra 68% em Dezembro de 2001.

O Total de Recursos de Clientes em Balanço (Débito para com Clientes e Títulos Emitidos), sofreu um decréscimo de 8,9% em relação ao ano anterior, motivado pela canalização de recursos captados para Seguros de Capitalização e Fundos de Investimento (Recursos fora de Balanço), os quais cresceram 71% e 20% respectivamente.

Conforme já referido, continuou a ter-se em atenção a adequada constituição de provisões, mantendo a níveis bastante prudentes a cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões, que foi incrementada durante o ano de 2002 em 18,9 pontos percentuais, e o peso do crédito vencido no total do crédito.

| | <u>Dez '02</u> | <u>Dez '01</u> | <u>Var.</u> |
|---|----------------|----------------|-------------|
| | Real | Real | |
| Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total | 0,5% | 0,6% | -0,03 p.p. |
| Cobertura de Crédito Vencido a + 90 dias | 277,1% | 258,3% | +18,85 p.p. |

Rácio de Solvabilidade

A forte solidez financeira do Banco é confirmada pelo Rácio de Solvabilidade de 11,9%, valor claramente acima dos 8%, mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

Rácio de Solvabilidade Individual

| <i>Milhões de Euros</i> | 2002 | 2001 |
|---|--------------|--------------|
| Fundos Próprios Base | 267,7 | 214,8 |
| Fundos Próprios Complementares e deduções | 136,7 | 130,1 |
| Total dos Fundos Próprios | 404,4 | 344,9 |
| Activo Ponderado | 3 265,4 | 2 978,0 |
| Elementos Extrapatrimoniais | 145,3 | 47,4 |
| Rácio de Solvabilidade | 11,9% | 11,4% |

Resultado da não distribuição de dividendos, o aumento dos fundos próprios por incorporação dos Resultados Líquidos, permite mais que compensar o aumento dos Activos ponderados pelo Risco, produzindo uma melhoria de 0,5 p.p. no Rácio de Solvabilidade.

Demonstração de Resultados

Os Resultados Líquidos do Santander Portugal apresentaram uma evolução bastante favorável em relação ao ano anterior, evidenciando um crescimento de 28,3%.

Evolução da Demonstração de Resultados

| <i>(Milhões de Euros)</i> | Dez '02 | Dez '01 | Var. % |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Margem Financeira | 97,3 | 99,0 | -1,7 |
| Rendimento de Títulos | 11,4 | 1,7 | >200,0 |
| Margem Financeira (inclui rendimento de títulos) | 108,7 | 100,7 | +7,8 |
| Comissões Recebidas e Outros Proveitos | 46,6 | 38,3 | +22,0 |
| Comissões Pagas + Outros Impostos | (10,9) | (9,0) | +21,0 |
| Margem de Serviços e Outros Proveitos | 35,7 | 29,3 | +22,3 |
| Margem de Trading | 2,2 | 2,5 | -14,2 |
| Produto Bancário | 146,6 | 132,5 | +10,6 |
| Custos de Transformação | (75,2) | (74,1) | +1,4 |
| Custos com Pessoal | (50,3) | (49,5) | +1,7 |
| Outros Gastos Administrativos | (24,9) | (24,6) | +0,8 |
| Amortizações | (7,5) | (7,8) | -3,4 |
| Margem Operacional | 63,9 | 50,6 | +26,3 |
| Provisões e Outros Resultados | (24,3) | (19,8) | +22,7 |
| Res. Antes de Interesses Min. e Impostos | 39,6 | 30,8 | +28,7 |
| Impostos | (6,5) | (5,0) | +30,3 |
| Resultado Líquido | 33,1 | 25,8 | +28,3 |
| Resultados por Acção (Eur) | 1,06 | 0,83 | +28,3 |

O Produto Bancário do Santander Portugal ascendeu em 2002 a 146,5 milhões de Euros, apresentando um crescimento de 10,6% face a 2001. Num ano marcado por uma forte concorrência, a Margem Financeira sem Rendimento de Títulos apresentou um decréscimo de 1,7%, atingindo 97,3 milhões de euros, reflectindo o crescimento dos volumes comerciais face a 2001. O Rendimento de Títulos apresenta um aumento significativo, resultado dos dividendos recebidos dos investimentos realizados durante o ano em títulos do exterior. A Margem de Serviços e Outros Proveitos terminaram 2002 com 35,7 milhões de euros, um crescimento de 22,3%, justificado, essencialmente pelo crescimento registado em Comissões.

A Margem de *Trading* sofreu um ligeiro decréscimo de 0,3 milhões de euros devido a perdas registadas com a carteira de negociação, fruto da instabilidade bolsista vivida, e a menores resultados cambiais face ao ano anterior.

Os Custos de Transformação aumentaram 1,4%, com os Custos com Pessoal a crescerem 1,7% e os Gastos Gerais Administrativos a manterem-se praticamente aos níveis de 2001.

O aumento dos Custos com Pessoal em 1,7%, traduz uma contenção de custos uma vez que este crescimento ficou claramente abaixo da taxa de inflação registada. Paralelamente, a alteração do critério de contabilização dos Fundos de Pensões, de harmonia com o regulamento do Banco de Portugal, também teve um efeito atenuador destes encargos.

Os Gastos Gerais Administrativos, por seu lado, mantiveram-se ao nível de 2001, apesar da abertura de 2 novas agências, sendo resultante de uma política posta em prática, há alguns anos, de racionalização de custos e aproveitamento de sinergias entre os demais Bancos do Grupo Totta (Totta e Crédito Predial) e fruto da adopção de novos processos e recursos tecnológicos.

As Provisões e Resultados não Operacionais cresceram 22,7%, ou seja +4,5 milhões de euros do que no ano anterior, contribuindo com -24,3 milhões de euros para os Resultados Totais.

Os Resultados Líquidos do Santander Portugal atingiram 33,1 milhões de euros, o que representa um crescimento bastante assinalável de 28,3% face ao ano anterior.

Rendibilidade e Eficiência

A rendibilidade dos Capitais Próprios apresenta um crescimento de 2,5 p.p., com o ROE a atingir os 13,4%.

O Rácio de Eficiência melhora 4,7 p.p. relativamente ao ano anterior por um crescimento dos Custos de Transformação inferior ao do Produto Bancário, cifrando-se em 51,3%.

| <i>mil euros</i> | 2002 | 2001 | Var. |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| ROE | 13,4% | 10,9% | +2,5 p.p. |
| ROA | 0,6% | 0,5% | +0,1 p.p. |
| Rácio de eficiência | 51,3% | 56,0% | -4,7 p.p. |
| Empregados por Agência | 10,9 | 11,0 | -0,2 |
| Créditos por Agência | 35.680 | 30.316 | +18% |
| Captação por Agência | 30.322 | 30.741 | -1% |
| Resultado Líquido por Empregado | 24,7 | 19,3 | +28% |
| Resultado Líquido por Agência | 269,2 | 213,2 | +26% |

A produtividade do crédito por empregado e por balcão melhora substancialmente, como consequência do aumento do volume de crédito concedido enquanto que a produtividade dos recursos se mantém praticamente inalterada. O Resultado Líquido gerado por empregado e balcão cresce igualmente em relação ao ano anterior, apesar do aumento do quadro de pessoal e do número de balcões.

5. GESTÃO DE RISCO

• Risco de Crédito

A gestão dos riscos de crédito no Banco refere-se à identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e à sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

O processo de gestão dos riscos de crédito adapta-se ao segmento do cliente ao longo das sucessivas fases do ciclo do crédito: admissão, gestão e seguimento e recuperação.

O modelo baseia-se na aplicação do princípio de tratamento único a cada cliente.

Este princípio de igual tratamento a cada cliente é todavia diferenciado em função das características do cliente e do produto. Basicamente, o modelo de risco da Banca de Retalho faz uma distinção entre: tratamento dos riscos personalizado e de gestão global (médias e grandes empresas); e tratamento dos riscos *standardizados* (pequenas empresas, negócios e particulares).

Os riscos *standardizados* são geridos, ao longo do ciclo de admissão, seguimento e recuperação, com o forte apoio de sistemas de tomada de decisão e ferramentas informatizadas com emissão atempada de sinais de alerta.

A gestão e o seguimento do crédito a empresas é suportado por um sistema de vigilância especial, que determina a política a ser seguida com os clientes ou grupos. Este sistema, baseado na detecção de sinais de alerta, na revisão de *ratings* ou nos relatórios de auditoria interna, identifica diferentes graus de vigilância especial. Estes, por seu turno, estabelecem as medidas a adoptar para cada cliente, e reduzem os poderes delegados nos casos de maior preocupação.

Durante o último exercício, continuou a implantação de processos computarizados de selecção e admissão de riscos *standardizados* em clientes particulares e em produtos tipificados. Esta actuação foi conseguida através da introdução e do desenvolvimento de diversos sistemas de *scoring* aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito.

• Risco Contraparte e Risco País

Existem duas áreas principais no controlo de risco: risco contraparte e risco país.

Risco contraparte é aquele incorrido com instituições de crédito, outras sociedades financeiras e seguradoras, quer nas actividades de Tesouraria quer na gestão de correspondentes. Este risco é controlado por duas áreas especializadas (Operações de Tesouraria e *Trade Finance*), sendo o controlo levado a cabo, em tempo real, através de um sistema integrado que providencia a informação necessária de disponibilidade de limites e exposição agregada, para diferentes produtos e maturidades, consolidando os dados de todo o Grupo.

Os níveis desejados de risco (conforme o tipo de operações a realizar) são desde logo tidos em conta na aprovação de linhas de crédito, havendo a possibilidade de autorizações de excessos ou de operações pontuais caso seja considerado pelos responsáveis máximos de risco de crédito que o respectivo acréscimo de risco se enquadra em níveis aceitáveis e respeita igualmente os limites prudenciais estabelecidos.

O sistema interno de controlo de risco utiliza factores de risco individualizados por prazos, tipos de instrumentos, activos subjacentes e moedas.

O risco país está relacionado com a possibilidade de um devedor enfrentar obstáculos no cumprimento das suas responsabilidades, sejam pela dificuldade em obter divisas estrangeiras por contrapartida da sua divisa nacional, pela incapacidade de transferir fundos para fora do seu país, ou devido à ineficácia de medidas legais para a recuperação de crédito conforme os enquadramentos jurídicos de cada país.

• **Risco de Mercado**

O Risco de Mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas dos níveis das taxas de juro, taxas de câmbio, níveis de preços do mercado accionista, metais ou outras “*commodities*”.

O Banco está exposto ao Risco de Mercado fundamentalmente como resultado directo do desenvolvimento das seguintes actividades:

- Negociação de instrumentos financeiros, o que envolve a sujeição aos riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e preços de acções;
- Envolvimento na actividade de banca de retalho, o que implica a sujeição a risco de taxa de juro, uma vez que uma alteração nos níveis de taxa de juro afecta a margem financeira e o comportamento dos nossos clientes;

Princípios Orientadores na Gestão e Controlo do Risco de Mercado

A gestão e controlo do Risco de Mercado no Banco assenta nos seguintes princípios fundamentais:

- Do ponto de vista organizacional a separação clara entre a gestão e o controlo e reporte dos riscos de mercado, constitui uma política fundamental do Banco. Consequentemente, a gestão dos riscos de mercado é entregue aos tomadores de risco que se podem encontrar em distintas áreas de negócio, sendo a análise, a medição, o controlo e o reporte dos mesmos entregues ao departamento de controlo de riscos de mercado – entidade independente e que reporta à administração;
- Segregação da gestão dos Riscos de Mercado em duas grandes áreas: uma relativa às operações nos Mercados Financeiros (actividades de *trading*/negociação) e outra relativa às actividades de Gestão de Balanço/ALM.

Em consonância com os princípios orientadores da Gestão e Controlo do Risco de Mercado, existe uma estrutura dual composta pelo Comité de Riscos e Comité ALCO, que potencia o envolvimento activo da gestão de topo nos processos de análise, gestão e controlo dos níveis e tipos de risco de mercado implícitos na actividade/posições do Banco.

• **Risco de Balanço**

O Banco dá particular importância à gestão e controlo dos riscos globais e integrados do Balanço.

A função ALM está cometida a um órgão de 1º nível da estrutura organizacional, sendo as decisões tomadas pelo Comité de Activos e Passivos, presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores das áreas financeira, tesouraria, comercial, marketing e internacional. O Comité reúne mensalmente, sendo analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

A missão do ALM é, para além da mensuração e controlo dos riscos, a optimização da rentabilidade do balanço, em cumprimento à estratégia superiormente delineada e dos limites aprovados.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e sensibilidade do valor patrimonial (MVE).
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido pelo modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. Em linhas gerais, o modelo consiste no agrupamento de activos e passivos sensíveis por datas de repreciação (datas de alteração da taxa de juro) em intervalos fixos de tempo, a partir dos quais se pode estimar a sensibilidade do balanço às variações das taxas de juro. Para cada intervalo calcula-se o total dos fluxos activos e passivos e, por diferença dos mesmos, o *Gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo. O modelo integra as operações de balanço e fora de balanço, sendo calculado o *Gap* de risco de taxa de juro para cada uma das moedas consideradas relevantes para a actividade.

Face às perspectivas de descida da taxa de juro para o ano de 2002, foi reduzida substancialmente a sensibilidade da margem financeira, encontrando-se, em termos gerais a Dezembro de 2002 o balanço imunizado ao risco de taxa de juro (variações paralelas não esperadas da *yield curve*).

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Banco como estratégia a cobertura total.

Risco de Liquidez

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida em ALCO. A política de financiamento do Banco toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

As decisões sobre política de liquidez são tomadas em ALCO e executadas pela Tesouraria, em coordenação com o ALM.

- **Risco Operacional**

O Banco desenvolveu um modelo de gestão e controlo de Risco Operacional, mediante:

- A definição de normas e procedimentos de suporte à gestão e controlo do risco e das competências de todos os intervenientes;
O seguimento das fontes geradoras de risco;
A análise e reporte da informação agregada sobre incidências de risco;
A proposta de implementação de medidas preventivas e de acções correctoras assim como de controlos que permitam reduzir o nível de risco do Banco.

Com base no modelo implementado, que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidades pelas diversas unidades orgânicas, estas assumem a gestão do risco de forma directa e na totalidade das fases do ciclo operacional.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2002, foi de 33 107 194 euros, e o Resultado Líquido do Exercício Consolidado, em 2002 e atribuível ao BSP, foi de 34 345 174 euros.

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Banco,

O Conselho de Administração vem, nos termos do artº 20º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de Resultados:

1. 3 310 719 euros para Reserva Legal;
2. O remanescente para Resultados Transitados, deduzido do montante que a Assembleia Geral deliberar atribuir aos Administradores a título de participação nos Resultados.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7.DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| ACTIVO | Notas | 2002 | | 2001 | | PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA | Notas | 2002 | 2001 |
|---|-------|------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------|--|-------|------------------|------------------|
| | | Activo bruto | Amortizações e provisões | Activo líquido | Activo líquido | | | | |
| 1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 52 | 60.383 | - | 60.383 | 130.634 | 1. Débitos para com instituições de crédito | | 1.873.194 | 1.590.156 |
| 2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 53 | 48.173 | - | 48.173 | 430.203 | a) - À vista | 18 | 30.526 | 358.285 |
| 3. Outros créditos sobre instituições de crédito | 14 | 489.726 | 1 | 489.725 | 454.389 | b) - A prazo ou com pré-aviso | 18 | 1.842.668 | 1.231.871 |
| 4. Créditos sobre clientes | 14 | 4.205.531 | 17.713 | 4.187.818 | 3.663.783 | 2. Débitos para com clientes | | 2.140.287 | 2.472.837 |
| 5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | | 155.987 | 1.407 | 154.580 | 204.828 | a) - Depósitos de poupança | 18 | 73.862 | 71.808 |
| a) - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de emissores públicos | 10 | 25.679 | - | 25.679 | 33.487 | b) - Outros débitos | | 2.066.425 | 2.401.029 |
| b) - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de outros emissores | 10 | 130.308 | 1.407 | 128.901 | 171.341 | ba) - À vista | | 1.017.349 | 1.510.475 |
| 6. Acções e outros títulos de rendimento variável | 10 | 51.246 | 6.932 | 44.314 | 21.531 | bb) - A prazo | 18 | 1.049.076 | 890.554 |
| 8. Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação | 6 | 9.910 | - | 9.910 | 1.547 | 3. Débitos representados por títulos | | 490.650 | 416.198 |
| 9. Outras participações financeiras | 6 | 1.305 | 588 | 717 | 919 | a) - Obrigações em circulação | 19 | 490.650 | 411.198 |
| 10. Imobilizações incorpóreas | 11 | 15.680 | 11.006 | 4.674 | 4.373 | b) - Outros | 19 | - | 5.000 |
| 11. Imobilizações corpóreas | 11 | 141.178 | 86.945 | 54.233 | 56.630 | 4. Outros passivos | 31 | 76.952 | 82.809 |
| (Das quais: Imóveis) | 11 | (45.321) | (8.562) | (36.759) | (37.708) | 5. Contas de regularização | 27 | 59.105 | 54.180 |
| 15. Acções próprias ou partes de capital próprias | 29 | 510 | - | 510 | 510 | 8. Provisões para riscos e encargos | | 67.530 | 48.057 |
| 16. Outros activos | 31 | 78.826 | 1.833 | 76.993 | 122.877 | a) - Provisões para pensões e encargos similares | 25 | 1.111 | 1.111 |
| 17. Contas de regularização | 27 | 121.188 | - | 121.188 | 92.091 | b) - Outras provisões | 25 | 66.419 | 46.946 |
| | | | | | | 9. Fundo para riscos bancários gerais | 25 | - | 7.790 |
| | | | | | | 10. Passivos subordinados | 22 | 261.869 | 261.869 |
| | | | | | | 11. Capital | 29 | 155.580 | 155.580 |
| | | | | | | 12. Prémios de emissão | 29 | 26.197 | 26.197 |
| | | | | | | 13. Reservas | 51 | 65.127 | 39.429 |
| | | | | | | 14. Reservas de reavaliação | 51 | 2.382 | 2.382 |
| | | | | | | 17. Lucro do exercício | 51 | 34.345 | 26.831 |
| Total do Activo | | <u>5.379.643</u> | <u>126.425</u> | <u>5.253.218</u> | <u>5.184.315</u> | Total do Passivo e da Situação Líquida | | <u>5.253.218</u> | <u>5.184.315</u> |
| RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS | | | | | | | | | |
| 1. Passivos eventuais | 23 | | | 253.397 | 197.408 | | | | |
| Dos quais: | | | | | | | | | |
| - Garantias e avals | | | | (195.297) | (138.697) | | | | |
| 2. Compromissos | 23 | | | 575.452 | 1.081.867 | | | | |

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| CUSTOS | Notas | 2002 | 2001 | PROVEITOS | Notas | 2002 | 2001 |
|---|-------|----------------|----------------|---|---------|----------------|----------------|
| 1. Juros e custos equiparados | | 134.793 | 142.803 | 1. Juros e proveitos equiparados | 38 | 234.992 | 245.834 |
| 2. Comissões | | 8.206 | 7.442 | 2. Rendimento de títulos | 38 e 54 | 8.730 | 488 |
| 3. Prejuízos em operações financeiras | | 59.295 | 80.160 | 3. Comissões | 38 | 41.248 | 29.309 |
| 4. Gastos gerais administrativos | | 75.164 | 75.160 | 4. Lucros em operações financeiras | 38 | 61.482 | 82.712 |
| a) - Custos com pessoal | 55 | 50.285 | 50.033 | 5. Reposições e anulações de provisões | 25 | 12.670 | 14.836 |
| b) - Outros gastos administrativos | | 24.879 | 25.127 | 6. Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação | | 1.303 | 190 |
| 5. Amortizações do exercício | 11 | 7.511 | 7.824 | 7. Outros proveitos de exploração | 38 e 39 | 5.315 | 9.426 |
| 6. Outros custos de exploração | 39 | 2.256 | 1.934 | 8. Ganhos extraordinários | 39 | 5.712 | 141 |
| 7. Provisões para crédito vencido e outros riscos | 25 | 38.484 | 32.848 | | | | |
| 8. Provisões para imobilizações financeiras | 25 | 244 | - | | | | |
| 9. Perdas extraordinárias | 39 | 3.979 | 2.301 | | | | |
| 10. Impostos sobre lucros | 41 | 6.790 | 5.409 | | | | |
| 11. Outros impostos | | 385 | 224 | | | | |
| 13. Lucro do exercício | 51 | 34.345 | 26.831 | | | | |
| | | <u>371.452</u> | <u>382.936</u> | | | <u>371.452</u> | <u>382.936</u> |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.
BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| ACTIVO | Notas | 2002 | | | 2001 | PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA | Notas | 2002 | 2001 |
|---|-------|------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------|--|-------|------------------|------------------|
| | | Activo bruto | Amortizações e provisões | Activo líquido | Activo líquido | | | | |
| 1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 52 | 60.383 | - | 60.383 | 130.631 | 1. Débitos para com instituições de crédito | | 1.873.211 | 1.591.143 |
| 2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 53 | 48.124 | - | 48.124 | 430.628 | a) - À vista | 18 | 30.544 | 358.285 |
| 3. Outros créditos sobre instituições de crédito | 14 | 489.253 | 1 | 489.252 | 578.322 | b) - A prazo ou com pré-aviso | 18 | 1.842.667 | 1.232.858 |
| 4. Créditos sobre clientes | 14 | 4.205.531 | 17.713 | 4.187.818 | 3.523.663 | 2. Débitos para com clientes | | 2.140.299 | 2.472.841 |
| 5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | | 98.773 | 1.407 | 97.366 | 147.464 | a) - Depósitos de poupança | 18 | 73.862 | 71.808 |
| a) - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de emissores públicos | 10 | 25.679 | - | 25.679 | 26.207 | b) - Outros débitos | | 2.066.437 | 2.401.033 |
| b) - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de outros emissores | 10 | 73.094 | 1.407 | 71.687 | 121.257 | ba) - À vista | | 1.017.361 | 1.510.479 |
| 6. Acções e outros títulos de rendimento variável | 10 | 51.246 | 6.932 | 44.314 | 21.531 | bb) - A prazo | 18 | 1.049.076 | 890.554 |
| 7. Participações | 6 | 8.787 | 588 | 8.199 | 919 | 3. Débitos representados por títulos | | 490.650 | 416.198 |
| 8. Partes de capital em empresas coligadas | 6 | 1.247 | - | 1.247 | 9.717 | a) - Obrigações em circulação | 19 | 490.650 | 411.198 |
| 9. Imobilizações incorpóreas | 11 | 15.680 | 11.006 | 4.674 | 4.366 | b) - Outros | 19 | - | 5.000 |
| 10. Imobilizações corpóreas | 11 | 141.178 | 86.945 | 54.233 | 56.577 | 4. Outros passivos | 31 | 76.707 | 76.936 |
| (Das quais: Imóveis) | 11 | (68.208) | (24.790) | (43.418) | (44.675) | 5. Contas de regularização | 27 | 59.173 | 53.897 |
| 12. Acções próprias ou partes de capital próprias | 29 | 510 | - | 510 | 510 | 6. Provisões para riscos e encargos | | 67.530 | 46.686 |
| 13. Outros activos | 31 | 134.918 | 1.833 | 133.085 | 178.115 | a) - Provisões para pensões e encargos similares | 25 | 1.111 | 1.111 |
| 15. Contas de regularização | 27 | 121.209 | - | 121.209 | 92.785 | b) - Outras provisões | 25 | 66.419 | 45.575 |
| | | | | | | 6A. Fundo para riscos bancários gerais | 25 | - | 7.790 |
| | | | | | | 8. Passivos subordinados | 22 | 261.869 | 261.869 |
| | | | | | | 9. Capital | 29 | 155.580 | 155.580 |
| | | | | | | 10. Prémios de emissão | 29 | 26.197 | 26.197 |
| | | | | | | 11. Reservas | 51 | 63.709 | 37.910 |
| | | | | | | 12. Reservas de reavaliação | 51 | 2.382 | 2.382 |
| | | | | | | 14. Lucro do exercício | 51 | 33.107 | 25.799 |
| Total do Activo | | <u>5.376.839</u> | <u>126.425</u> | <u>5.250.414</u> | <u>5.175.228</u> | Total do Passivo e da Situação Líquida | | <u>5.250.414</u> | <u>5.175.228</u> |
| <u>RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS</u> | | | | | | | | | |
| 1. Passivos eventuais | 23 | | | 253.397 | 197.408 | | | | |
| Dos quais: | | | | | | | | | |
| - Cauções e activos dados em garantia | | | | (52.595) | (52.880) | | | | |
| 2. Compromissos | 23 | | | 575.452 | 1.074.767 | | | | |

O anexo faz parte integrante destes balanços.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| CUSTOS | Notas | 2002 | 2001 | PROVEITOS | Notas | 2002 | 2001 |
|---|-------|----------------|----------------|---|---------|----------------|----------------|
| A. CUSTOS | | | | B. PROVEITOS | | | |
| 1. Juros e custos equiparados | | 135.067 | 142.802 | 1. Juros e proveitos equiparados | 38 | 232.355 | 241.802 |
| 2. Comissões | | 8.206 | 6.886 | Dos quais: | | | |
| 3. Prejuízos em operações financeiras | | 59.295 | 80.139 | (- De títulos de rendimento fixo) | | (6.220) | (4.065) |
| 4. Gastos gerais administrativos | | 75.148 | 74.135 | 2. Rendimento de títulos | 38 e 54 | 11.353 | 1.740 |
| a) - Custos com pessoal | 55 | 50.285 | 49.463 | a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável | | 8.710 | - |
| Dos quais: | | | | b) Rendimento de participações | | 19 | 274 |
| (- Salários e vencimentos) | 55 | (40.097) | (39.009) | c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas | | 2.624 | 1.466 |
| (- Encargos sociais) | 55 | (9.452) | (9.875) | 3. Comissões | 38 | 41.248 | 29.309 |
| Dos quais: | | | | 4. Lucros em operações financeiras | 38 | 61.478 | 82.683 |
| (- Com pensões) | 55 | (3.226) | (4.033) | 5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos | 25 | 12.638 | 14.786 |
| b) - Outros gastos administrativos | | 24.863 | 24.672 | 6. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de immobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas | 25 | 40 | 25 |
| 5. Amortizações do exercício | 11 | 7.511 | 7.774 | 7. Outros proveitos de exploração | 38 e 39 | 5.315 | 8.853 |
| 6. Outros custos de exploração | 39 | 2.256 | 1.882 | 8. Resultado da actividade corrente | | - | - |
| 7. Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos | 25 | 38.484 | 32.348 | 9. Ganhos extraordinários | 39 | 5.750 | 51 |
| 8. Provisões para immobilizações financeiras | 25 | 244 | - | | | | |
| 10. Resultado da actividade corrente | | (38.216) | (33.232) | | | | |
| 11. Perdas extraordinárias | 39 | 3.974 | 2.296 | | | | |
| 12. Impostos sobre lucros | 41 | 6.500 | 4.988 | | | | |
| 14. Outros impostos | | 385 | 200 | | | | |
| 15. Lucro do exercício | 51 | 33.107 | 25.799 | | | | |
| | | <u>370.177</u> | <u>379.249</u> | | | <u>370.177</u> | <u>379.249</u> |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | 2002 | 2001 |
|---|----------|----------|
| Margem financeira | 100.199 | 103.031 |
| Provisões para riscos de crédito | (15.862) | (14.951) |
| Recuperações de crédito | 1.480 | 1.070 |
| Margem de intermediação | 85.817 | 89.150 |
| Comissões líquidas | 33.042 | 21.867 |
| Outros resultados de exploração | 1.639 | 6.488 |
| Margem de serviços | 34.681 | 28.355 |
| Rendimento de títulos | 8.730 | 488 |
| Resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial | 1.303 | 190 |
| Resultados em operações financeiras | 2.187 | 2.552 |
| Provisões para depreciação de títulos | (2.921) | 6 |
| Margem da função de investimento | 9.299 | 3.236 |
| Outros custos | (445) | (290) |
| Resultados antes dos custos de transformação | 129.352 | 120.451 |
| Custos com o pessoal | (50.285) | (50.033) |
| Outros custos administrativos | (24.879) | (25.127) |
| Amortizações | (7.511) | (7.824) |
| Custos de transformação | (82.675) | (82.984) |
| Resultado operacional | 46.677 | 37.467 |
| Outras provisões | (7.275) | (3.067) |
| Resultados na alienação de participações financeiras | (1) | (9) |
| Outros resultados extraordinários | 1.734 | (2.151) |
| Resultados antes de impostos | 41.135 | 32.240 |
| Impostos | (6.790) | (5.409) |
| Resultado líquido | 34.345 | 26.831 |
| Resultado por acção (Em Euros) | 1,10 | 0,86 |
| Produto bancário | 148.580 | 135.686 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|--|----------------|----------------|
| Margem financeira | 97.288 | 99.000 |
| Provisões para riscos de crédito | (15.862) | (14.433) |
| Recuperações de crédito | 1.480 | 1.070 |
| Margem de intermediação | <u>82.906</u> | <u>85.637</u> |
| Comissões líquidas | 33.042 | 22.423 |
| Outros resultados de exploração | 1.639 | 5.962 |
| Margem de serviços | <u>34.681</u> | <u>28.385</u> |
| Rendimento de títulos | 11.353 | 1.740 |
| Resultados em operações financeiras | 2.183 | 2.544 |
| Provisões para depreciação de títulos | (2.923) | (34) |
| Margem da função de investimento | <u>10.613</u> | <u>4.250</u> |
| Outros custos | <u>(445)</u> | <u>(261)</u> |
| Resultados antes dos custos de transformação | <u>127.755</u> | <u>118.011</u> |
| Custos com o pessoal | (50.285) | (49.463) |
| Outros custos administrativos | (24.863) | (24.672) |
| Amortizações | (7.511) | (7.774) |
| Custos de transformação | (82.659) | (81.909) |
| Resultado Operacional | <u>45.096</u> | <u>36.102</u> |
| Outras provisões | (7.265) | (3.070) |
| Resultados na alienação de participações financeiras | - | (9) |
| Outros resultados extraordinários | 1.776 | (2.236) |
| Resultados antes de impostos | <u>39.607</u> | <u>30.787</u> |
| Impostos | <u>(6.500)</u> | <u>(4.988)</u> |
| Resultado líquido | <u>33.107</u> | <u>25.799</u> |
| Resultado por acção (Em Euros) | 1,06 | 0,83 |
| Produto bancário | 146.985 | 132.739 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | 2002 | 2001 |
|--|------------------|------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS: | | |
| Juros e comissões recebidas | 276.159 | 268.090 |
| Pagamento de juros e comissões | (120.987) | (131.940) |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (72.685) | (67.752) |
| Contribuições para o fundo de pensões | (15.719) | (20.126) |
| Resultados cambiais e outros resultados operacionais | 16.447 | 19.551 |
| Recuperação de créditos incobráveis | 1.480 | 1.071 |
| Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais | 84.695 | 68.894 |
| (Aumentos) diminuições de activos operacionais: | | |
| Outros créditos sobre instituições de crédito | 89.222 | 42.139 |
| Créditos sobre clientes | (672.234) | (733.389) |
| Títulos de negociação | 1.770 | (15.086) |
| Alienação de imóveis recebidos em dação | - | (87) |
| Outros activos e contas de regularização | 29.371 | (129.388) |
| | (551.871) | (835.811) |
| Aumentos (diminuições) de passivos operacionais: | | |
| Débitos para com instituições de crédito | 283.038 | 554.224 |
| Débitos para com clientes | (332.550) | 548.399 |
| Débitos representados por títulos | 74.452 | 25.062 |
| Outros passivos e contas de regularização | (8.343) | 45.964 |
| | 16.597 | 1.173.649 |
| Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento | (450.579) | 406.732 |
| Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos | 2.334 | (14.208) |
| Caixa líquida das actividades operacionais | (448.245) | 392.524 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | |
| Dividendos recebidos | 8.730 | 488 |
| Juros recebidos | 4.595 | - |
| Aquisição de imobilizações | (7.948) | (11.221) |
| Alienação de imobilizações | 2.495 | 731 |
| Aquisições de títulos de investimento | (104.581) | (295.923) |
| Vendas de títulos de investimento | 117.635 | 146.504 |
| Compra de participações | (135) | (240) |
| Venda de participações | 82 | - |
| Caixa líquida das actividades de investimento | 20.873 | (159.661) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | |
| Remuneração de obrigações emitidas e passivos subordinados | (24.909) | (10.012) |
| Emissão de passivos subordinados | - | 174.579 |
| Caixa líquida das actividades de financiamento | (24.909) | 164.567 |
| Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes | (452.281) | 397.430 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 560.837 | 163.407 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 108.556 | 560.837 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|--|------------------|------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS: | | |
| Juros e comissões recebidas | 278.998 | 263.385 |
| Pagamento de juros e comissões | (123.400) | (131.876) |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (72.666) | (71.377) |
| Contribuições para o fundo de pensões | (15.719) | (20.126) |
| Resultados cambiais e outros resultados operacionais | 16.435 | 18.904 |
| Recuperação de créditos incobráveis | 1.480 | 1.071 |
| Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais | <u>85.128</u> | <u>59.981</u> |
| (Aumentos) diminuições de activos operacionais: | | |
| Outros créditos sobre instituições de crédito | 88.975 | 9.334 |
| Créditos sobre clientes | (672.234) | (695.852) |
| Títulos de negociação | 1.767 | (15.114) |
| Alienação de imóveis recebidos em dação | - | (87) |
| Outros activos e contas de regularização | 27.856 | (185.261) |
| | <u>(553.636)</u> | <u>(886.980)</u> |
| Aumentos (diminuições) de passivos operacionais: | | |
| Débitos para com instituições de crédito | 282.068 | 554.224 |
| Débitos para com clientes | (332.538) | 548.399 |
| Débitos representados por títulos | 74.452 | 25.062 |
| Outros passivos e contas de regularização | (7.931) | 49.061 |
| | <u>16.051</u> | <u>1.176.746</u> |
| Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento | (452.457) | 349.747 |
| Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos | 2.625 | (14.264) |
| Caixa líquida das actividades operacionais | <u>(449.832)</u> | <u>335.483</u> |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | |
| Dividendos recebidos | 11.353 | 1.740 |
| Juros recebidos | 1.854 | - |
| Aquisição de imobilizações | (7.948) | (11.219) |
| Alienação de imobilizações | 2.523 | 767 |
| Aquisições de títulos de investimento | (96.858) | (159.606) |
| Vendas de títulos de investimento | 110.354 | 67.557 |
| Compra de participações | (135) | (1.432) |
| Venda de participações | 1.120 | - |
| Caixa líquida das actividades de investimento | <u>22.263</u> | <u>(102.193)</u> |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | |
| Remuneração de obrigações emitidas e passivos subordinados | (25.183) | (10.012) |
| Emissão de passivos subordinados | - | 174.579 |
| Caixa líquida das actividades de financiamento | <u>(25.183)</u> | <u>164.567</u> |
| Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes | <u>(452.752)</u> | <u>397.857</u> |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 561.259 | 163.402 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 108.507 | 561.259 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de Dezembro de 2002
(em euros)

| Natureza e espécie dos títulos | Quantid. | Valor Nominal | Valor médio de Aquisição | Valor de Cotação | Valor do Balanço |
|---|-------------|------------------|--------------------------------|------------------------|------------------------|
| A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO | | | | | 18.092.814,30 |
| Valores de rendimento variável | | | | | 18.092.814,30 |
| Emitidos por residentes | | | | | 18.092.814,30 |
| - Acções | | | | | 18.092.814,30 |
| Portugal Telecom | 2.554.282 | 1,00 | 6,47 | 6,55 | 16.730.547,10 |
| Sonae SGPS | 3.405.668 | 1,00 | 0,90 | 0,40 | 1.362.267,20 |
| B. TÍTULOS - INVESTIMENTO | | | | | 106.539.933,39 |
| De rendimento fixo - de outros emissores | | | | | 72.876.778,74 |
| Emitidos por residentes | | | | | 70.989.948,33 |
| - De outros Residentes | | | | | |
| Obrigações de Caixa | | | | | 62.500.000,00 |
| Ob.CPP-2002 Tx.Fixa | 1.250.000 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 62.500.000,00 |
| Outras obrigações | | | | | 8.489.948,33 |
| Revilla Internacional | 700.000 | 4,99 | 4,99 | 5,00 | 3.491.585,28 |
| Polimaia 89 | 5.000 | 2,49 | 2,49 | 2,46 | 12.470,49 |
| Vista Alegre 98 / 5 | 1.000.000 | 4,99 | 4,98 | 4,79 | 4.984.296,69 |
| Modelo Continente 99 | 324 | 5,00 | 4,92 | 4,78 | 1.595,87 |
| Emitidos por não residentes | | | | | 1.886.830,40 |
| - Por organismos financeiros internacionais | | | | | 1.886.830,40 |
| Eurofima 94/04 | 380.000 | 4,99 | 4,96 | 4,99 | 1.886.830,40 |
| Valores de rendimento variável | | | | | 33.152.702,37 |
| Emitidos por residentes | | | | | 33.115.782,24 |
| - Acções | | | | | 196.925,41 |
| Amadeu Gaudencio | 39.480 | 4,99 | 4,99 | 0,00 | 196.925,41 |
| - Unidades de Participação | | | | | 17.978.398,31 |
| Multiglobal | 3.596.327 | 5,00 | 5,00 | 5,06 | 17.978.398,31 |
| - Títulos de Participação | | | | | 14.940.458,52 |
| CPP 88 | 638.452.908 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 6.384.529,08 |
| CPP 89 | 855.592.944 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 8.555.929,44 |
| Emitidos por não residentes | | | | | 36.920,13 |
| - Acções | | | | | 36.920,13 |
| Ausant Merchant | 1 | 36.920,13 | 36.920,13 | 36.920,13 | 36.920,13 |
| Títulos Próprios | | | | | 510.452,28 |
| De rendimento variável | | | | | 510.452,28 |
| - Acções | | | | | 510.452,28 |
| Banco Santander Portugal-Nom.Port.Reg. | 88.444 | 5,00 | 5,77 | 5,77 | 510.452,28 |
| SUB-TOTAL | | | | | 124.632.747,69 |

A transportar.....

124.632.747,69

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de Dezembro de 2002

(em euros)

| Natureza e espécie dos títulos | Quantid. | Valor Nominal | Valor médio de Aquisição | Valor de Cotação | Valor do Balanço |
|---|------------------|------------------|--------------------------------|------------------------|------------------------|
| <i>Transporte</i> | | | | | 124.632.747,69 |
| C. TITULOS - A VENCIMENTO | | | | | 25.678.505,47 |
| De emissores públicos portugueses | | | | | 25.678.505,47 |
| De dívida pública portuguesa | | | | | 25.678.505,47 |
| - A médio e longo prazos | | | | | 25.678.505,47 |
| O.T Fevereiro 96/06 | 2.289.482.348 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 24.413.038,40 |
| O.T Junho 93.2003 | 124.699.474 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 1.265.467,06 |
| D.IMOBILIZACOES FINANCEIRAS | | | | | 76.875.525,11 |
| Participações | | | | | 8.787.301,05 |
| - Em outras empresas no país | | | | | 8.529.724,48 |
| COSEC | 11.250 | 4,99 | 11,22 | 11,22 | 126.258,22 |
| SIBS-Soc. Interbancaria de Serviços | 68.957 | 5,00 | 4,62 | 4,62 | 318.916,00 |
| FINANGESTE,SA | 8.700 | 5,00 | 19,95 | 7,76 | 173.581,67 |
| UNICRE-Cartão Intern. de Credito,SA | 8.250 | 5,00 | 29,63 | 13,00 | 244.484,32 |
| SCH Leasing | 964.335 | 5,00 | 7,76 | 7,76 | 7.481.968,46 |
| Portal Unversia Portugal - Prestação de Serviços de I | 5.000 | 10,00 | 10,00 | 6,46 | 50.000,00 |
| Porticentro | 1 | 134.515,82 | 134.515,82 | 63.973,82 | 134.515,82 |
| - Em outras empresas no estrangeiro | | | | | 257.576,57 |
| SWIFT SC | 11 5 000 BEF | | 123,95 | 123,95 | 1.363,41 |
| IBOS LIMITED | 365.100 1.00 GBP | | 0,70 | 0,00 | 256.213,16 |
| Partes de capital em empresas coligadas | | | | | 1.246.994,74 |
| - Em outras empresas no estrangeiro | | | | | 1.246.994,74 |
| TAFIL - Totta Açores Finance Ireland, Limited | 2.500.000 | 0,50 | 0,50 | 0,50 | 1.246.994,74 |
| Outras Imobilizações Financeiras | | | | | 66.841.229,32 |
| CITEVE | 20 | 498,80 | 498,80 | 498,80 | 9.975,96 |
| TREM - Aluguer de Material Circulante ACE | 1 | 9.899.010,00 | 9.899.010,00 | 9.899.010,00 | 9.899.010,00 |
| AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, ACE | 1 | 774.922,50 | 774.922,50 | 774.922,50 | 774.922,50 |
| TAFIL - Totta Açores Finance Ireland, Limited | 1 | 56.114.763,42 | 56.114.763,42 | 56.114.763,42 | 56.114.763,42 |
| Porticentro | 1 | 42.557,44 | 42.557,44 | 42.557,44 | 42.557,44 |
| TOTAL | | | | | 227.186.778,26 |

8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Portugal, S.A. (Banco ou BSP) foi constituído em 1985, estando autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

Conforme indicado na Nota 29, o Banco é maioritariamente detido pela Foggia, SGPS, S.A. (Grupo Banco Totta & Açores, S.A. ou Grupo totta). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo durante os exercícios de 2002 e 2001 encontram-se detalhados nas Notas 9 e 21.

O Banco tem uma rede nacional de 123 balcões (121 em 31 de Dezembro de 2001). Mantém também duas sucursais financeiras exteriores, em Nassau (Bahamas) e na Região Autónoma da Madeira.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao BSP ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras das Sucursais são agregadas com as da Sede, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Os saldos dos respectivos balanços e demonstrações de resultados, incluindo activos fixos, situação líquida e resultados, são convertidos para Euros com base no câmbio médio indicativo do Banco de Portugal à data do balanço. Todos os saldos e transacções importantes entre a Sede e Sucursais foram eliminados no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do BSP relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2. Princípios de consolidação

A classificação das participações do BSP, bem como a sua identificação, encontra-se na Nota 6. As partes de capital em empresas coligadas correspondem a empresas subsidiárias, ou seja, aquelas cuja percentagem de participação exceda 50% do seu capital social e que sejam controladas pelo BSP, podendo desta forma ser consideradas, em conjunto, uma unidade de decisão. As partes de capital em empresas filiais excluídas de consolidação correspondem a participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo SCH em Portugal. No exercício de 2001 incluíam as subsidiárias cuja actividade não se enquadrava no âmbito do sector financeiro.

A consolidação das empresas subsidiárias efectuou-se pelo método da integração global. Os saldos e as transacções significativas entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação.

As participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo SCH em Portugal foram valorizadas pelo método da equivalência patrimonial ("equity method"). De acordo com este método, o valor destas participações financeiras é ajustado com base na percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação efectiva do BSP no capital dessas empresas.

As diferenças de consolidação, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas na data da compra ou da primeira consolidação, são registadas por contrapartida de reservas.

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou da equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na Nota 3.3 f).

3.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Porém, quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea h) abaixo.

b) Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de "fixing" do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como "Proveitos e custos em suspenso", por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas e de taxa de juro (“swaps”)

As operações “swap” de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Os contratos de “swap” de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos aos “swaps” de cobertura são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida das rubricas de juros da demonstração de resultados.

Os contratos de “swap” de negociação são reavaliados mensalmente com base no diferencial actualizado dos fluxos futuros de pagamentos e recebimentos. O montante apurado na reavaliação é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Equity swaps

Tratam-se de estruturas contratadas para a cobertura da componente de “equity” (remuneração associada ao comportamento de um ou mais activos subjacentes) de obrigações emitidas pelo Banco.

O valor nominal do contrato de swap é registado em rubricas extrapatrimoniais e a componente de taxa de juro do swap é mensualizada. As componentes de “equity” a pagar aos subscritores das obrigações e a receber das instituições com as quais foram realizadas as operações de cobertura são igualmente mensualizadas.

c) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento, e da existência ou não de garantias.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o Aviso nº 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão está classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos - outras provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco.

Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem genérica de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales prestados. No que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada, é aplicada uma percentagem de 1,5%.

A partir de 1 de Janeiro de 2001 as provisões constituídas para riscos gerais de crédito deixaram de ser fiscalmente aceites como custo. No entanto, face ao regime transitório definido, durante 2001 e 2002 são ainda aceites como custo fiscal 50% dos reforços desta provisão.

Esta rubrica inclui ainda provisões específicas para fazer face ao risco de realização da carteira de crédito e de outros activos.

d) Provisões para outros riscos

i) Provisão para outros riscos e encargos

Destina-se a suportar os potenciais encargos decorrentes de processos judiciais em curso, contingências fiscais, impostos diferidos passivos relativos a derivados, incentivos a longo prazo a conceder a colaboradores, responsabilidades com pensões de reforma e perdas potenciais em participações em Agrupamentos Complementares de Empresas. Parte desta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

ii) Fundo para riscos bancários gerais

Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica incluía provisões para fazer face a eventuais perdas resultantes dos riscos e responsabilidades decorrentes da actividade do Banco. Em 2002 procedeu-se à sua transferência para Outros riscos e encargos.

Esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

e) Aplicações em títulos

Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de "Prejuízos e lucros em operações financeiras" e os juros são reflectidos em "Juros e proveitos equiparados" da demonstração de resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em "Contas de regularização" do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As diferenças de valorização relativas a acções que integrem a composição dos índices da Euronext Lisboa ou que apresentem liquidez adequada são registadas como proveito ou custo.

As menos-valias potenciais decorrentes da valorização das restantes acções e outros títulos de rendimento variável são provisionadas.

Títulos de investimento

Consideram-se títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

O papel comercial emitido a valor descontado é registado ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica “Receitas com proveito diferido”.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica “Contas de regularização” do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

Títulos a vencimento

São considerados títulos a vencimento aqueles que têm um rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, com data de reembolso determinada e emitidos por entidades enumeradas pelo Banco de Portugal, sendo do interesse do BSP mantê-los até ao reembolso.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição. A diferença, positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Acções próprias

As acções próprias detidas pelo BSP são classificadas na carteira de investimento, sendo registadas no activo ao custo de aquisição, conforme disposto pelo Banco de Portugal.

- f) Participações, Partes de Capital em Empresas Coligadas, Partes de Capital em Empresas Associadas e em Filias Excluídas da Consolidação e Outras Participações Financeiras

Demonstrações financeiras individuais

Participações

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Partes de capital em empresas coligadas

Esta rubrica corresponde às participações em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Demonstrações financeiras consolidadas

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

Esta rubrica inclui as participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo SCH, as quais são registadas pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor à percentagem de participação efectiva do BSP no capital, reservas e resultados dessas empresas.

Outras participações financeiras

Esta rubrica inclui as participações em empresas não pertencentes ao Grupo SCH, cuja percentagem do capital detido seja inferior a 20%, sendo registadas ao custo de aquisição.

Provisões

Quando se estimam perdas permanentes no valor de realização das participações são constituídas as respectivas provisões. Por outro lado, é dado cumprimento ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, o qual determina que a constituição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontre numa das seguintes situações:

- Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;
- Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;
- Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;
- Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu Aviso nº 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido pelo anterior Aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos valia que exceder os referidos 15%.

O BSP não tem em carteira participações financeiras com menos valias não provisionadas, enquadráveis no regime do Aviso nº 4/2002.

g) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação". Parte destas reservas foram incorporadas no capital do Banco.

A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos. O Banco utiliza as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

| | Anos de <u>vida útil</u> |
|----------------------------------|-----------------------------|
| Imóveis de serviço próprio | 50 |
| Despesas em edifícios arrendados | 10 |
| Equipamento informático | 4 |
| Mobiliário e material | 4 - 8 |
| Máquinas e ferramentas | 5 - 8 |
| Instalações interiores | 8 - 10 |
| Equipamento de segurança | 4 - 10 |
| Material de transporte | 4 |

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo BSP não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente para o sector bancário em Portugal, o BSP não regista os impostos diferidos passivos que resultam desta situação.

As imobilizações incorpóreas incluem, principalmente, software, encargos com a mudança da plataforma informática comum para o Grupo e gastos incorridos com projectos destinados à melhoria de processos e implementação de novos sistemas de informação. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica "Outros activos" pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos.

h) Pensões de reforma e sobrevivência

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) que vigora para o sector bancário, o BSP é responsável pelo pagamento das pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores, da tabela do ACTV e do nível à data da reforma.

Para cobertura destas responsabilidades, o BSP dispõe de um Fundo de pensões.

De acordo com o Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, e o Aviso nº 7/2002, de 31 de Dezembro do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

- i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício;
- ii) O acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas pode ser registado em custos diferidos e amortizado num período de 10 anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria.

Em 2001, o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para amortizar por contrapartida de reservas as responsabilidades adicionais decorrentes das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro. Por este motivo não procedeu a qualquer amortização por resultados dos custos com as reformas antecipadas ocorridas em 2001 até esta data.

No exercício de 2002, o BSP passou a amortizar os acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas a partir da data efectiva da passagem à reforma.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, estão registadas em Contas de regularização do activo (Nota 27).

- iii) A não inclusão de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades com pensões dos empregados no activo.

Em 2001 o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para registar contra reservas o acréscimo de responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2001 decorrente desta alteração actuarial.

- iv) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado;
- v) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:
 - . 10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para o cálculo dos desvios;
 - . 10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima indicados, podem ser registados como custos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que são apurados.

Em 31 de Dezembro de 2001, o BSP reconheceu uma parte do custo correspondente às perdas actuariais e financeiras existentes nessa data em custos com o pessoal e o remanescente, registado em flutuação de valores, foi provisionado a nível da provisão para outros riscos e encargos.

Em 2002, o BSP optou por reconhecer como custo do exercício o valor mínimo requerido pelo Aviso nº 12/2001, ou seja, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado. Os desvios actuariais e financeiros ocorridos durante o exercício foram registados em flutuação de valores, dado não excederem o limite definido pelo Banco de Portugal no seu Aviso nº 7/2002.

Na Nota 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

i) Impostos sobre lucros

O Banco e as suas participadas com sede em Portugal são tributados individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respectivos países.

O Banco não regista impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em sede de IRC, excepto no que se refere aos impostos diferidos passivos relativos a tributação de produtos derivados.

j) Operações de factoring

As operações de factoring são relevadas na rubrica “Créditos sobre clientes” pelos valores dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos que tiverem sido celebrados com recurso. No caso dos contratos celebrados sem recurso, os créditos tomados são relevados na rubrica “Créditos sobre clientes” por contrapartida da rubrica “Outros passivos – Credores por operações de factoring”, sendo as entregas efectuadas aos aderentes por conta dos contratos deduzidas a esta rubrica.

k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor de mercado.

l) Fundo de Garantia de Depósitos

O Fundo de Garantia de Depósitos tem por objectivo garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito.

Ao abrigo do Aviso nº 4/96, de 20 de Setembro, a partir de 1996 o Banco de Portugal passou a fixar anualmente o limite (entre 0% e 75%) da contribuição anual a entregar ao Fundo de Garantia de Depósitos, até ao qual as instituições de crédito podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuar em qualquer momento que o Fundo o solicite, no todo ou em parte. Para os exercícios de 2002 e 2001, o BSP assumiu o referido compromisso irrevogável relativamente a 75% da contribuição anual. O valor total deste compromisso encontra-se reflectido nas rubricas extrapatrimoniais (Nota 23).

6. PARTICIPAÇÕES, PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS COLIGADAS, PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Demonstrações financeiras individuais

Participações

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2002 | | | | 2001 | | | |
|--|--------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------------------|--------------|--------------|---------------|
| | Participação directa (%) | Valor bruto | Provisão | Valor líquido | Participação directa (%) | Valor bruto | Provisão | Valor líquido |
| SCH - Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | 17,61 | 7.482 | - | 7.482 | - | - | - | - |
| SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | 1,41 | 319 | - | 319 | 1,41 | 319 | - | 319 |
| IBOS, Limited | 12,50 | 256 | (256) | - | 12,50 | 274 | (274) | - |
| Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A. | 0,49 | 244 | (137) | 107 | 0,49 | 244 | - | 244 |
| Finangest, S.A. | 0,16 | 174 | (106) | 68 | 0,16 | 174 | (117) | 57 |
| COSEC - Companhia de Seguros de Crédito, S.A. | 0,75 | 126 | - | 126 | 0,75 | 126 | - | 126 |
| Porticentro, Lda. | 2,37 | 135 | (71) | 64 | - | - | - | - |
| Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços Informáticos, S.A. | 3,69 | 50 | (18) | 32 | 100,00 | 50 | - | 50 |
| Bolsa de Valores de Lisboa e Porto | - | - | - | - | - | 122 | - | 122 |
| Outras | - | 1 | - | 1 | - | 1 | - | 1 |
| | | <u>8.787</u> | <u>(588)</u> | <u>8.199</u> | | <u>1.310</u> | <u>(391)</u> | <u>919</u> |

A participação do BSP na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto foi trocada por acções da Euronext Lisboa – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A., a qual foi classificada na carteira de negociação e alienada no primeiro semestre de 2002. O ganho nesta operação, no montante de mEuros 2.371, foi registado em lucros em operações financeiras.

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 na provisão para participações é apresentado na Nota 25.

Os dados financeiros mais significativos retirados de demonstrações financeiras das empresas do Grupo em que o BSP detém participações inferiores a 20% ou participações indirectas podem ser resumidos da seguinte forma:

| Empresa | Participação directa (%) | Participação efectiva (%) | | Activo Líquido | | Situação Líquida | | Resultado Líquido | | Actividade | Sede | Método de consolidação em 2002 |
|--|-----------------------------|---------------------------|--------|----------------|--------|------------------|-------|-------------------|------|--------------------------|--------|--------------------------------------|
| | 2002 | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | | | |
| SCH - Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | 17,61 | 17,61 | - | 943.694 | - | 54.745 | - | 7.051 | - | Leasing mobiliário | Lisboa | Equity |
| SCH - Rent, Aluguer de Longa Duração, S.A. | - | 8,04 | - | 86.399 | - | 4.157 | - | 767 | - | Aluguer de longa duração | Lisboa | Equity |
| Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços Informáticos, S.A. | 3,69 | 3,69 | - | 874 | 336 | 1.553 | (21) | (838) | (71) | Prestação de Serviços | Lisboa | - |
| Santander Rent, Comércio e Aluguer de Bens, S.A. | - | - | 100,00 | - | 48.854 | - | 1.547 | - | 190 | Aluguer de veículos | Lisboa | - |

Partes de capital em empresas coligadas

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 as participações do BSP em empresas do Grupo (coligadas) e os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras da actividade individual dessas empresas, podem ser resumidos da seguinte forma:

| Empresa | Participação | | | | Custo de aquisição | | Activo líquido | | Situação líquida | | Resultado líquido | | Actividade | Sede | Método de consolidação em 2002 |
|--|--------------|------|--------------|------|--------------------|-------|----------------|---------|------------------|-------|-------------------|-------|-------------------------|---------|--------------------------------|
| | Directa (%) | | Efectiva (%) | | | | | | | | | | | | |
| | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 | | | |
| TAFIL - Totta & Açores Finance Ireland, Ltd. | 100 | 100 | 100 | 100 | 1.247 | 1.247 | 60.469 | 59.832 | 4.099 | 3.458 | 2.610 | 2.075 | Gestão de investimentos | Irlanda | Integral |
| Santander - Factoring, S.A. | - | 100 | - | 100 | - | 998 | - | 987 | - | 987 | - | - | Factoring | Lisboa | - |
| Santander Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | - | 100 | - | 100 | - | 7.482 | - | 142.034 | - | 8.398 | - | 393 | Leasing mobiliário | Lisboa | - |
| Provisões | | | | | 1.247 | 9.727 | | | | | | | | | |
| | | | | | - | (10) | | | | | | | | | |
| | | | | | 1.247 | 9.717 | | | | | | | | | |

A situação líquida da TAFIL exclui as prestações suplementares de capital concedidas pelo BSP.

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 nas provisões para Partes de capital em empresas coligadas é apresentado na Nota 25.

Demonstrações financeiras consolidadas

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2002 | | 2001 | |
|--|---------------------------|-------|---------------------------|-------|
| | Participação efectiva (%) | Valor | Participação efectiva (%) | Valor |
| SCH – Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | 17,61 | 9.640 | - | - |
| SCH – Rent, Aluguer de Longa Duração, S.A. | 8,04 | 270 | - | - |
| Santander Rent, Comércio e Aluguer de Bens, S.A. | - | - | 100,00 | 1.547 |
| | | ----- | | ----- |
| | | 9.910 | | 1.547 |
| | | ===== | | ===== |

Outras participações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2002 | | | | 2001 | | | |
|--|--------------------------|-------------|----------|---------------|--------------------------|-------------|----------|---------------|
| | Participação directa (%) | Valor bruto | Provisão | Valor líquido | Participação directa (%) | Valor bruto | Provisão | Valor líquido |
| SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | 1,41 | 319 | - | 319 | 1,41 | 319 | - | 319 |
| IBOS, Limited | 12,50 | 256 | (256) | - | 12,50 | 274 | (274) | - |
| Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A. | 0,49 | 244 | (137) | 107 | 0,49 | 244 | - | 244 |
| Finangest, S.A. | 0,16 | 174 | (106) | 68 | 0,16 | 174 | (117) | 57 |
| COSEC - Companhia de Seguros de Crédito, S.A. | 0,75 | 126 | - | 126 | 0,75 | 126 | - | 126 |
| Porticentro, Lda. | 2,37 | 135 | (71) | 64 | - | - | - | - |
| Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços Informáticos, S.A. | 3,69 | 50 | (18) | 32 | 100,00 | 50 | - | 50 |
| Bolsa de Valores de Lisboa e Porto | - | - | - | - | - | 122 | - | 122 |
| Outras | | 1 | - | 1 | | 1 | - | 1 |
| | | 1.305 | (588) | 717 | | 1.310 | (391) | 919 |

As alterações verificadas durante o exercício de 2002 ao nível da estrutura do Grupo encontram-se descritas abaixo:

- Por escritura pública de 1 de Abril de 2002, realizou-se a fusão por incorporação da Santander Rent, Comércio e Aluguer de Bens, S.A. (Santander Rent) na Santander Central Hispano – Rent, Aluguer de Longa Duração, S.A., tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. Esta fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2002. No âmbito desta fusão foram atribuídas à Santander Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A., accionista única da Santander Rent, 100.754 acções com um valor nominal de 5 Euros cada, representativas de 45,64% do seu capital.
- Por escritura pública de 27 de Junho de 2002, realizou-se a fusão por incorporação da Santander Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. e Santander Central Hispano – LOC, Sociedade de Locação Financeira, S.A., na Santander Central Hispano – Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A., tendo sido extintas as sociedades incorporadas e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. Esta fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2002. O pedido de registo na Conservatória do Registo Comercial deu entrada a 4 de Julho de 2002, data a partir da qual se consideram extintas as sociedades incorporadas. No âmbito desta operação foi atribuído ao BSP 964.335 acções, representativas de 17,61% do capital da Sociedade incorporante.

Durante o exercício de 2001, a única alteração na estrutura do Grupo foi a aquisição ao totta em Abril da participação no Totta Açores Finance Ireland, Ltd. (TAFIL).

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 nas provisões para Outras participações financeiras é apresentado na Nota 25.

7. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO REEMBOLSÁVEIS NO ANO SEGUINTE

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes das Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no prazo de um ano são apresentados abaixo:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Títulos da dívida pública | 1.265 | - |
| Obrigações de outros emissores | - | 115.887 |
| | ----- | ----- |
| | 1.265 | 115.887 |
| | ===== | ===== |

Tendo em consideração que o reembolso de algumas obrigações e outros títulos de rendimento fixo se processa através de sorteio, não é possível determinar com antecedência a sua data de reembolso. Consequentemente, o quadro acima inclui apenas os títulos sobre os quais se tem conhecimento efectivo da respectiva data de vencimento.

8. CRÉDITOS SOBRE PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais créditos sobre empresas participadas, eram os seguintes:

| | <u>Créditos sobre clientes</u> | |
|--|--------------------------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A. | 1.793 | 6.911 |

9. CRÉDITOS SOBRE EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais créditos mantidos com empresas do Grupo tota e respectivos proveitos gerados durante esses exercícios eram os seguintes:

| | <u>2002</u> | | | | <u>2001</u> | | | |
|--|--|---|-------------------|-------------------------------|--|---|-------------------|-------------------------------|
| | Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | Outros créditos sobre instituições de crédito | Crédito concedido | Juros e proveitos equiparados | Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | Outros créditos sobre instituições de crédito | Crédito concedido | Juros e proveitos equiparados |
| Banco Totta & Açores, S.A. | 88 | 115.945 | - | 1.834 | 24.249 | 18.303 | - | 4.394 |
| Crédito Predial Português, S.A. | 47 | - | - | 178 | 10.443 | 19.757 | - | 3.936 |
| Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. | 104 | 29.889 | - | 919 | 394 | 101.371 | - | 131 |
| SCH - Factor, Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S.A. | - | 29.927 | - | 287 | - | 399 | - | 5 |
| SCH - Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | - | 161.362 | - | 5.407 | 4.972 | - | - | 31 |
| SCH - Rent, Aluguer de Longa Duração, S.A. | - | - | 246 | 791 | - | - | 512 | - |
| SCH - Sfac, Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S.A. | - | - | 119 | - | 610 | - | - | - |
| SCH - LOC, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | - | - | - | - | 2.919 | - | - | 21 |
| Santander Imovest, SGFII, S.A. | - | 22 | - | - | - | 8 | - | - |
| Santander SGFIM, S.A. | - | - | - | 1 | - | 2 | - | - |
| Santander Leasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A. | - | - | - | - | - | 124.652 | - | 5.018 |
| Santander - Rent, Comércio e Aluguer de Bens, S.A. | - | - | - | - | - | - | 29.960 | 1.502 |
| BSN Dealer, Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. | - | - | - | - | 36 | - | - | - |

10. APLICAÇÕES EM TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| <u>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:</u> | | | | |
| De emissores públicos nacionais: | | | | |
| · Títulos da dívida pública | 25.679 | 26.207 | 25.679 | 33.488 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 25.679 | 26.207 | 25.679 | 33.488 |
| Provisões acumuladas | - | - | - | (1) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 25.679 | 26.207 | 25.679 | 33.487 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| De outros emissores | | | | |
| - Outras obrigações emitidas por: | | | | |
| · Residentes | 70.990 | 104.888 | 128.204 | 154.972 |
| · Organismos financeiros internacionais | 1.887 | 1.881 | 1.887 | 1.881 |
| · Não residentes | - | 19.491 | - | 19.491 |
| - Títulos vencidos | 217 | 217 | 217 | 217 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 73.094 | 126.477 | 130.308 | 176.561 |
| Provisões acumuladas | (1.407) | (221) | (1.407) | (221) |
| Provisões acumuladas para risco país | - | (4.999) | - | (4.999) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 71.687 | 121.257 | 128.901 | 171.341 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| <u>Ações e outros títulos de rendimento variável:</u> | | | | |
| Ações | 18.327 | 21.728 | 18.327 | 21.728 |
| Unidades de participação | 17.978 | - | 17.978 | - |
| Títulos de participação | 14.941 | - | 14.941 | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 51.246 | 21.728 | 51.246 | 21.728 |
| Provisões acumuladas | (6.932) | (197) | (6.932) | (197) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 44.314 | 21.531 | 44.314 | 21.531 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os títulos de dívida pública a nível individual referem-se a títulos classificados na carteira a vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2002 os prémios por amortizar relativos à carteira de títulos a vencimento ascendiam a mEuros 1.537 (mEuros 2.065 em 31 de Dezembro de 2001). Nesta data, o valor de mercado destes títulos era superior ao respectivo valor de balanço num montante de mEuros 2.744 (mEuros 2.295 em 31 de Dezembro de 2001).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as Outras obrigações a nível individual apresentam o seguinte detalhe:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|-----------------|-------------|-------------|
| Taxa fixa | 62.500 | - |
| Taxa variável | 10.377 | 31.260 |
| Papel comercial | - | 95.000 |
| | ----- | ----- |
| | 72.877 | 126.260 |
| | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as obrigações emitidas por residentes incluem os seguintes títulos emitidos pelo Grupo totta:

| | <u>BSP</u> <u>2002</u> | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------------|--------------------|-------------|
| | | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Crédito Predial Português taxa fixa 2002 | 62.500 | 62.500 | - |
| Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000 (totta) | - | 57.214 | 50.084 |
| | ----- | ----- | ----- |
| | 62.500 | 119.714 | 50.084 |
| | ===== | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a divisão entre acções cotadas e não cotadas apresenta a seguinte composição:

| | <u>2002</u> | | | <u>2001</u> | | |
|-------------|-------------------|---------------------|--------------|-------------------|---------------------|--------------|
| | <u>Títulos de</u> | | | <u>Títulos de</u> | | |
| | <u>Negociação</u> | <u>Investimento</u> | <u>Total</u> | <u>Negociação</u> | <u>Investimento</u> | <u>Total</u> |
| Cotadas | 18.093 | - | 18.093 | 21.494 | - | 21.494 |
| Não cotadas | - | 234 | 234 | - | 234 | 234 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 18.093 | 234 | 18.327 | 21.494 | 234 | 21.728 |
| Provisões | - | (197) | (197) | - | (197) | (197) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 18.093 | 37 | 18.130 | 21.494 | 37 | 21.531 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 o BSP tinha em carteira unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal, no montante de mEuros 17.978, o qual é gerido pela Santander - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. Estas unidades de participação foram adquiridas no âmbito da emissão em Junho de 2002 das obrigações de caixa denominadas Multisatisfação, no montante de mEuros 17.978. A remuneração destas obrigações está indexada ao comportamento do Fundo de Investimento Multiglobal e ao comportamento dos índices Dow Jones, Eurostoxx 50 e PSI-20. Para a cobertura das obrigações emitidas, o BSP subscreveu unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal, pelo mesmo montante, e contratou com o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) um equity swap que cobre a parte da remuneração indexada a índices.

Em 31 de Dezembro de 2002, os títulos de participação em carteira foram emitidos pelo Crédito Predial Português, S.A. (CPP). Nesta data, o seu valor de mercado era inferior ao custo de aquisição em mEuros 6.735.

A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado (cotação em bolsa de valores) dos títulos de investimento, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, pode ser resumida como segue:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| <u>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:</u> | | | | |
| Títulos da dívida pública – | | | | |
| - Custo de aquisição | - | - | - | 7.281 |
| - Provisões | - | - | - | (1) |
| | ---- | ---- | ---- | ---- |
| - Valor de balanço | - | - | - | 7.280 |
| | === | === | === | ===== |
| De outros emissores - | | | | |
| - Custo de aquisição | 73.094 | 126.477 | 130.308 | 176.561 |
| - Provisões para menos-valias | (1.407) | (221) | (1.407) | (221) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| - Valor de balanço | 71.687 | 126.256 | 128.901 | 176.340 |
| - Mais-valias potenciais | 20 | - | 20 | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| - Valor de mercado | 71.707 | 126.256 | 128.921 | 176.340 |
| - Provisões para risco país | - | (4.999) | - | (4.999) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 71.707 | 121.257 | 128.921 | 171.341 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| <u>Ações e outros títulos de rendimento variável:</u> | | | | |
| - Custo de aquisição | 33.153 | 264 | 33.153 | 264 |
| - Provisões constituídas | (6.932) | (197) | (6.932) | (197) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| - Valor de balanço | 26.221 | 67 | 26.221 | 67 |
| - Mais-valias potenciais | 213 | - | 213 | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| - Valor de mercado | 26.434 | 67 | 26.434 | 67 |
| | ===== | == | ===== | == |

As mais-valias potenciais em ações e outros títulos de rendimento variável são provenientes do Fundo de Investimento Multiglobal, estando afectas à remuneração das obrigações Multisatisfação.

Em 31 de Dezembro de 2001, a provisão para risco país destinava-se à cobertura de uma exposição de mEuro 19.996 de títulos de rendimento fixo de outros emissores Brasileiros.

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 nas provisões para risco país e menos - valias em títulos de rendimento fixo e variável é apresentado na Nota 25.

11. IMOBILIZADO INCORPÓREO E CORPÓREO

O movimento no imobilizado durante os exercícios de 2002 e 2001 foi o seguinte:

Individual

| | 2002 | | | | | | |
|--|------------------------|-------------------------|--------------|----------------|---------------------------|----------------|---------------|
| | 31 de Dezembro de 2001 | | | | | | |
| DESCRIÇÃO | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Aquisições | Transferências | Amortizações do exercício | Abates | Valor líquido |
| <u>Imobilizado incorpóreo</u> | | | | | | | |
| . Despesas de estabelecimento | 535 | (535) | - | - | - | - | - |
| . Custos plurianuais | 1.396 | (1.396) | - | - | - | - | - |
| . Software | 10.032 | (6.985) | 2.882 | - | (2.086) | (26) | 3.817 |
| . Despesas de investigação e desenvolvimento | 483 | (483) | - | - | - | - | - |
| . Imobilizado em curso | 1.319 | - | 655 | - | - | (1.117) | 857 |
| | <u>13.765</u> | <u>(9.399)</u> | <u>3.537</u> | <u>-</u> | <u>(2.086)</u> | <u>(1.143)</u> | <u>4.674</u> |
| <u>Imobilizado corpóreo</u> | | | | | | | |
| <u>Imóveis -</u> | | | | | | | |
| . De serviço próprio | 45.260 | (7.762) | 61 | - | (800) | - | 36.759 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 21.535 | (15.256) | 750 | 528 | (1.046) | (91) | 6.420 |
| . Outros imóveis | 76 | - | - | - | - | - | 76 |
| . Imobilizado em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| . De serviço próprio | 209 | - | - | (35) | - | (174) | - |
| . Despesas em edifícios arrendados | 613 | - | - | (450) | - | - | 163 |
| | <u>67.693</u> | <u>(23.018)</u> | <u>811</u> | <u>43</u> | <u>(1.846)</u> | <u>(265)</u> | <u>43.418</u> |
| <u>Equipamento -</u> | | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 9.043 | (8.430) | 107 | 19 | (163) | - | 576 |
| . Máquinas e ferramentas | 3.485 | (3.193) | 58 | 3 | (108) | - | 245 |
| . Equipamento informático | 39.645 | (35.420) | 1.773 | 24 | (1.779) | (15) | 4.228 |
| . Instalações interiores | 7.648 | (4.689) | 747 | 25 | (533) | (6) | 3.192 |
| . Material de transporte | 3.174 | (1.490) | 579 | - | (755) | (77) | 1.431 |
| . Equipamento de segurança | 5.743 | (5.523) | 31 | 4 | (99) | - | 156 |
| . Outro equipamento | 1.204 | (541) | 18 | 21 | (142) | (2) | 558 |
| . Imobilizado em curso | 1.201 | - | 287 | (139) | - | (965) | 384 |
| | <u>71.143</u> | <u>(59.286)</u> | <u>3.600</u> | <u>(43)</u> | <u>(3.579)</u> | <u>(1.065)</u> | <u>10.770</u> |
| <u>Outras imobilizações -</u> | | | | | | | |
| . Património artístico | 45 | - | - | - | - | - | 45 |
| Total do imobilizado corpóreo | <u>138.881</u> | <u>(82.304)</u> | <u>4.411</u> | <u>-</u> | <u>(5.425)</u> | <u>(1.330)</u> | <u>54.233</u> |
| | <u>152.646</u> | <u>(91.703)</u> | <u>7.948</u> | <u>-</u> | <u>(7.511)</u> | <u>(2.473)</u> | <u>58.907</u> |

| 2001 | | | | | | | |
|--|------------------------|----------------------------|---------------|----------------|------------------------------|--------------|------------------|
| DESCRIÇÃO | 31 de Dezembro de 2000 | | | | | | |
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Aquisições | Transferências | Amortizações do exercício | Abates | Valor líquido |
| Imobilizado incorpóreo | | | | | | | |
| . Despesas de estabelecimento | 535 | (480) | - | - | (55) | - | - |
| . Custos plurianuais | 1.396 | (1.365) | - | - | (31) | - | - |
| . Software | 7.654 | (5.062) | 1.733 | 663 | (1.932) | (9) | 3.047 |
| . Despesas de investigação e desenvolvimento | 483 | (483) | - | - | - | - | - |
| . Imobilizado em curso | 1.044 | - | 1.320 | (704) | - | (341) | 1.319 |
| | <u>11.112</u> | <u>(7.390)</u> | <u>3.053</u> | <u>(41)</u> | <u>(2.018)</u> | <u>(350)</u> | <u>4.366</u> |
| Imobilizado corpóreo | | | | | | | |
| Imóveis - | | | | | | | |
| . De serviço próprio | 45.189 | (6.963) | 72 | - | (798) | (2) | 37.498 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 20.303 | (14.278) | 1.041 | 191 | (978) | - | 6.279 |
| . Outros imóveis | - | - | 76 | - | - | - | 76 |
| . Imobilizado em curso | | | | | | | |
| . . De serviço próprio | 275 | - | 354 | (275) | - | (145) | 209 |
| . . Despesas em edifícios arrendados | 208 | - | 449 | (15) | - | (29) | 613 |
| | <u>65.975</u> | <u>(21.241)</u> | <u>1.992</u> | <u>(99)</u> | <u>(1.776)</u> | <u>(176)</u> | <u>44.675</u> |
| Equipamento - | | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 8.958 | (8.180) | 85 | - | (250) | - | 613 |
| . Máquinas e ferramentas | 3.396 | (3.089) | 90 | 1 | (106) | - | 292 |
| . Equipamento informático | 36.364 | (33.534) | 3.207 | 73 | (1.885) | - | 4.225 |
| . Instalações interiores | 6.770 | (4.126) | 786 | 95 | (566) | - | 2.959 |
| . Material de transporte | 3.147 | (1.439) | 793 | 52 | (767) | (102) | 1.684 |
| . Equipamento de segurança | 5.701 | (5.256) | 42 | - | (267) | - | 220 |
| . Outro equipamento | 1.173 | (401) | 12 | 18 | (139) | - | 663 |
| . Imobilizado em curso | 208 | - | 1.158 | (99) | - | (66) | 1.201 |
| | <u>65.717</u> | <u>(56.025)</u> | <u>6.173</u> | <u>140</u> | <u>(3.980)</u> | <u>(168)</u> | <u>11.857</u> |
| Outras imobilizações - | | | | | | | |
| . Património artístico | 44 | - | 1 | - | - | - | 45 |
| Total do imobilizado corpóreo | <u>131.736</u> | <u>(77.266)</u> | <u>8.166</u> | <u>41</u> | <u>(5.756)</u> | <u>(344)</u> | <u>56.577</u> |
| | <u>142.848</u> | <u>(84.656)</u> | <u>11.219</u> | <u>-</u> | <u>(7.774)</u> | <u>(694)</u> | <u>60.943</u> |

Consolidado

| 2002 | | | | | | | | |
|--|------------------------|----------------------------|--------------|----------------|--|------------------------------|----------------|------------------|
| DESCRIÇÃO | 31 de Dezembro de 2001 | | Aquisições | Transferências | Saída do perímetro de consolidação | Amortizações do exercício | Abates | Valor líquido |
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | | | | | | |
| <u>Imobilizado incorpóreo</u> | | | | | | | | |
| . Despesas de estabelecimento | 584 | (584) | - | - | - | - | - | - |
| . Custos plurianuais | 1.396 | (1.396) | - | - | - | - | - | - |
| . Software | 10.105 | (7.051) | 2.882 | - | (7) | (2.086) | (26) | 3.817 |
| . Despesas de investigação e desenvolvimento | 483 | (483) | - | - | - | - | - | - |
| . Imobilizado em curso | 1.319 | - | 655 | - | - | - | (1.117) | 857 |
| | <u>13.887</u> | <u>(9.514)</u> | <u>3.537</u> | <u>-</u> | <u>(7)</u> | <u>(2.086)</u> | <u>(1.143)</u> | <u>4.674</u> |
| <u>Imobilizado corpóreo</u> | | | | | | | | |
| Imóveis - | | | | | | | | |
| . De serviço próprio | 45.260 | (7.762) | 61 | - | - | (800) | - | 36.759 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 21.535 | (15.256) | 750 | 528 | - | (1.046) | (91) | 6.420 |
| . Outros imóveis | 76 | - | - | - | - | - | - | 76 |
| . Imobilizado em curso | | | | | | | | |
| . De serviço próprio | 209 | - | - | (35) | - | - | (174) | - |
| . Despesas em edifícios arrendados | 613 | - | - | (450) | - | - | - | 163 |
| | <u>67.693</u> | <u>(23.018)</u> | <u>811</u> | <u>43</u> | <u>-</u> | <u>(1.846)</u> | <u>(265)</u> | <u>43.418</u> |
| Equipamento - | | | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 9.056 | (8.480) | 107 | 56 | - | (163) | - | 576 |
| . Máquinas e ferramentas | 3.510 | (3.214) | 58 | - | (1) | (108) | - | 245 |
| . Equipamento informático | 39.871 | (35.627) | 1.773 | 5 | (14) | (1.779) | (1) | 4.228 |
| . Instalações interiores | 7.686 | (4.722) | 747 | 24 | (3) | (533) | (7) | 3.192 |
| . Material de transporte | 3.268 | (1.520) | 579 | (14) | (50) | (755) | (77) | 1.431 |
| . Equipamento de segurança | 5.743 | (5.523) | 31 | 4 | - | (99) | - | 156 |
| . Outro equipamento | 1.203 | (541) | 18 | 20 | - | (142) | - | 558 |
| . Imobilizado em curso | 1.200 | - | 287 | (138) | - | - | (965) | 384 |
| | <u>71.537</u> | <u>(59.627)</u> | <u>3.600</u> | <u>(43)</u> | <u>(68)</u> | <u>(3.579)</u> | <u>(1.050)</u> | <u>10.770</u> |
| Outras imobilizações - | | | | | | | | |
| . Património artístico | 45 | - | - | - | - | - | - | 45 |
| Total do imobilizado corpóreo | <u>139.275</u> | <u>(82.645)</u> | <u>4.411</u> | <u>-</u> | <u>(68)</u> | <u>(5.425)</u> | <u>(1.315)</u> | <u>54.233</u> |
| | <u>153.162</u> | <u>(92.159)</u> | <u>7.948</u> | <u>-</u> | <u>(75)</u> | <u>(7.511)</u> | <u>(2.458)</u> | <u>58.907</u> |

| DESCRIÇÃO | 2001 | | | | | | |
|--|------------------------|----------------------------|---------------|----------------|------------------------------|--------------|------------------|
| | 31 de Dezembro de 2000 | | | | | | |
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Aquisições | Transferências | Amortizações do exercício | Abates | Valor líquido |
| <u>Imobilizado incorpóreo</u> | | | | | | | |
| . Despesas de estabelecimento | 580 | (517) | - | - | (63) | - | - |
| . Custos plurianuais | 1.396 | (1.365) | - | - | (31) | - | - |
| . Software | 7.727 | (5.116) | 1.733 | 663 | (1.943) | (10) | 3.054 |
| . Despesas de investigação e desenvolvimento | 483 | (483) | - | - | - | - | - |
| . Imobilizado em curso | 1.043 | - | 1.319 | (704) | - | (339) | 1.319 |
| | <u>11.229</u> | <u>(7.481)</u> | <u>3.052</u> | <u>(41)</u> | <u>(2.037)</u> | <u>(349)</u> | <u>4.373</u> |
| <u>Imobilizado corpóreo</u> | | | | | | | |
| Imóveis - | | | | | | | |
| . De serviço próprio | 45.189 | (6.963) | 72 | - | (799) | - | 37.499 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 20.303 | (14.278) | 1.041 | 191 | (978) | - | 6.279 |
| . Outros imóveis | - | - | 75 | - | - | - | 75 |
| . Imobilizado em curso | | | | | | | |
| . De serviço próprio | 275 | - | 354 | (275) | - | (145) | 209 |
| . Despesas em edifícios arrendados | 208 | - | 449 | (15) | - | (29) | 613 |
| | <u>65.975</u> | <u>(21.241)</u> | <u>1.991</u> | <u>(99)</u> | <u>(1.777)</u> | <u>(174)</u> | <u>44.675</u> |
| Equipamento - | | | | | | | |
| . Mobiliário e material | 9.008 | (8.499) | 87 | - | (20) | - | 576 |
| . Máquinas e ferramentas | 3.419 | (3.089) | 90 | 1 | (125) | - | 296 |
| . Equipamento informático | 36.589 | (33.534) | 3.207 | 75 | (2.093) | - | 4.244 |
| . Instalações interiores | 6.803 | (4.126) | 788 | 95 | (596) | - | 2.964 |
| . Material de transporte | 3.212 | (1.439) | 793 | 52 | (769) | (101) | 1.748 |
| . Equipamento de segurança | 5.701 | (5.256) | 42 | - | (267) | - | 220 |
| . Outro equipamento | 1.173 | (401) | 12 | 18 | (140) | - | 662 |
| . Imobilizado em curso | 210 | - | 1.158 | (101) | - | (67) | 1.200 |
| | <u>66.115</u> | <u>(56.344)</u> | <u>6.177</u> | <u>140</u> | <u>(4.010)</u> | <u>(168)</u> | <u>11.910</u> |
| Outras imobilizações - | | | | | | | |
| . Património artístico | 44 | - | 1 | - | - | - | 45 |
| Total do imobilizado corpóreo | <u>132.134</u> | <u>(77.585)</u> | <u>8.169</u> | <u>41</u> | <u>(5.787)</u> | <u>(342)</u> | <u>56.630</u> |
| | <u>143.363</u> | <u>(85.066)</u> | <u>11.221</u> | <u>-</u> | <u>(7.824)</u> | <u>(691)</u> | <u>61.003</u> |

13. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA FIRME

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os activos cedidos com acordo de recompra firme apresentam o seguinte detalhe:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|---------------------|-------------|-------------|
| Títulos de depósito | - | 16 |
| Outros títulos | 1.275 | - |
| | ----- | ---- |
| | 1.275 | 16 |
| | ===== | == |

Estas operações encontram-se igualmente reflectidas em débitos para com instituições de crédito do passivo.

14. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Depósitos com pré-aviso e a prazo: | | | | |
| · em instituições no estrangeiro | 12.932 | 98.738 | 12.932 | 98.738 |
| · em instituições no país | 114.646 | 13.249 | 114.646 | 13.249 |
| Títulos de depósito no Banco de Portugal (Série B) | 38.166 | 56.103 | 38.166 | 56.103 |
| Mercado monetário interbancário | - | 71.587 | - | 55.000 |
| Operações de compra com acordo de revenda | 28.256 | - | 28.256 | - |
| Descobertos em depósitos à ordem | 115.464 | 71.328 | 115.464 | 3.491 |
| Hot – Moneys | 176.789 | 137.668 | 176.789 | 98.158 |
| Outras aplicações | 3.000 | 129.651 | 3.473 | 129.652 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 489.253 | 578.324 | 489.726 | 454.391 |
| Provisões para risco-país (Nota 25) | (1) | (2) | (1) | (2) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 489.252 | 578.322 | 489.725 | 454.389 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Os títulos de depósito (Série B) vencem juros a uma taxa revista trimestralmente e têm vencimento até 2004. Em 31 de Dezembro de 2002, a taxa de juro anual destes títulos era de 3,28% (3,76% em 31 de Dezembro de 2001).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os prazos residuais dos outros créditos sobre instituições de crédito, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

| | BSP | | Consolidado | |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Até três meses | 422.831 | 427.618 | 423.304 | 371.522 |
| De três meses a um ano | 17.770 | 102.764 | 17.770 | 34.927 |
| De um a cinco anos | 48.652 | 47.942 | 48.652 | 47.942 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 489.253 | 578.324 | 489.726 | 454.391 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Créditos sobre clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Crédito interno: | | | | |
| . Descontos comerciais | 123.655 | 112.574 | 123.655 | 112.574 |
| . Créditos em conta corrente | 523.715 | 495.420 | 523.715 | 495.420 |
| . Outros créditos titulados por efeitos | 46.399 | 39.303 | 46.399 | 39.303 |
| . Descobertos em depósitos à ordem | 312.810 | 294.383 | 312.810 | 294.383 |
| . Habitação | 1.969.939 | 1.588.259 | 1.969.939 | 1.588.259 |
| . Empréstimos a médio e longo prazo | 261.900 | 158.973 | 261.900 | 158.973 |
| . Operações de locação financeira | 4.523 | 9.300 | 4.523 | 149.233 |
| . Operações de factoring | 73.999 | 122.993 | 73.999 | 122.993 |
| . Crédito ao consumo | 486.260 | 359.718 | 486.260 | 359.718 |
| . Outros créditos | 82.079 | 57.016 | 82.079 | 57.016 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 3.885.279 | 3.237.939 | 3.885.279 | 3.377.872 |
| Crédito ao exterior | 291.860 | 270.637 | 291.860 | 270.637 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 4.177.139 | 3.508.576 | 4.177.139 | 3.648.509 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Crédito e juros vencidos | 28.392 | 28.643 | 28.392 | 29.106 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 4.205.531 | 3.537.219 | 4.205.531 | 3.677.615 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Provisões: | | | | |
| . Para crédito e juros vencidos | (15.806) | (12.892) | (15.806) | (13.168) |
| . Para créditos de cobrança duvidosa | (1.436) | (601) | (1.436) | (601) |
| . Para risco país | (471) | (63) | (471) | (63) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | (17.713) | (13.556) | (17.713) | (13.832) |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 4.187.818 | 3.523.663 | 4.187.818 | 3.663.783 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

O movimento nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, durante os exercícios de 2002 e 2001, é apresentado na Nota 25.

Além destas provisões, o Banco dispõe das seguintes provisões para riscos de crédito:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|---|-------------|-------------|
| Provisões para riscos gerais de crédito: | | |
| . Provisão genérica para crédito concedido | 42.882 | 35.937 |
| . Provisão genérica para crédito por assinatura | 2.069 | 1.439 |
| . Provisão para riscos específicos | 668 | 1.685 |
| | ----- | ----- |
| | 45.619 | 39.061 |
| | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os prazos residuais dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

| | BSP | | Consolidado | |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Até três meses | 1.010.870 | 891.618 | 1.010.870 | 905.952 |
| De três meses a um ano | 390.566 | 413.742 | 390.566 | 445.148 |
| De um a cinco anos | 1.044.005 | 331.346 | 1.044.005 | 400.886 |
| Mais de cinco anos | 1.731.698 | 1.871.870 | 1.731.698 | 1.896.523 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 4.177.139 | 3.508.576 | 4.177.139 | 3.648.509 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 a composição da carteira de créditos sobre clientes do BSP por sectores de actividade é a seguinte:

| | 2002 | | | | 2001 | |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Vivo | Vencido | Total | % | Total | % |
| Agricultura e silvicultura | 27.563 | 122 | 27.685 | 0,66 | 31.221 | 0,88 |
| Pescas | 40 | - | 40 | - | 159 | - |
| Indústrias extractivas | 82.604 | 203 | 82.807 | 1,97 | 39.865 | 1,13 |
| Indústrias transformadoras: | | | | | | |
| Alimentação, bebidas e tabaco | 92.616 | 3.359 | 95.975 | 2,28 | 39.842 | 1,13 |
| Têxteis, vestuário e couro | 57.173 | 1.109 | 58.282 | 1,39 | 51.391 | 1,45 |
| Madeira e cortiça | 15.167 | 139 | 15.306 | 0,36 | 12.037 | 0,34 |
| Papel, gráficas e editoriais | 10.966 | 26 | 10.992 | 0,26 | 12.954 | 0,37 |
| Indústria química | 33.235 | 12 | 33.247 | 0,79 | 36.619 | 1,04 |
| Produtos minerais não metálicos | 46.824 | 84 | 46.908 | 1,12 | 42.682 | 1,21 |
| Metalurgia | 30.390 | 134 | 30.524 | 0,73 | 28.021 | 0,79 |
| Máquinas e material de transporte | 38.906 | 317 | 39.223 | 0,93 | 35.456 | 1,00 |
| Electricidade, água e gás | 56.959 | 5 | 56.964 | 1,35 | 12.146 | 0,34 |
| Construção e obras públicas | 152.048 | 790 | 152.838 | 3,63 | 130.160 | 3,68 |
| Comércio e hotelaria: | | | | | | |
| Comércio por grosso | 121.535 | 1.503 | 123.038 | 2,93 | 97.137 | 2,75 |
| Comércio de retalho | 106.548 | 523 | 107.071 | 2,55 | 87.256 | 2,47 |
| Restaurantes e hotéis | 7.711 | 183 | 7.894 | 0,19 | 9.944 | 0,28 |
| Transportes e comunicações | 115.689 | 103 | 115.792 | 2,75 | 115.115 | 3,25 |
| Instituições financeiras não monetárias | 50.417 | - | 50.417 | 1,20 | 46.079 | 1,30 |
| Sector público administrativo | 4.313 | - | 4.313 | 0,10 | 835 | 0,02 |
| Outras empresas de serviços | 249.194 | 206 | 249.400 | 5,93 | 173.659 | 4,91 |
| Crédito a particulares | | | | | | |
| . Habitação | 1.969.939 | 11.124 | 1.981.063 | 47,11 | 1.576.445 | 44,57 |
| . Consumo | 600.208 | 8.360 | 608.568 | 14,47 | 486.068 | 13,74 |
| Crédito ao exterior | 291.860 | - | 291.860 | 6,94 | 85.364 | 2,41 |
| Outros créditos | 15.234 | 90 | 15.324 | 0,36 | 202.798 | 5,74 |
| Créditos sobre clientes - Sucursais | - | - | - | - | 183.966 | 5,20 |
| | <u>4.177.139</u> | <u>28.392</u> | <u>4.205.531</u> | <u>100,00</u> | <u>3.537.219</u> | <u>100,00</u> |

Em 2002 os créditos concedidos pelas Sucursais passaram a ser afectos aos respectivos sectores de actividade.

15. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2002 o efeito das reavaliações do imobilizado corpóreo pode ser demonstrado da seguinte forma:

| | Valor bruto | | | Amortizações acumuladas | | | Valor líquido |
|---|--------------------|--------------|----------------|-------------------------|----------------|-----------------|---------------|
| | Custo de aquisição | Reavaliação | Total | Custo de aquisição | Reavaliação | Total | |
| Imóveis: | | | | | | | |
| De serviço próprio | 42.885 | 2.436 | 45.321 | (8.068) | (494) | (8.562) | 36.759 |
| Despesas em edifícios arrendados | 22.649 | - | 22.649 | (16.229) | - | (16.229) | 6.420 |
| Outros | 76 | - | 76 | - | - | - | 76 |
| Imobilizado em curso | 163 | - | 163 | - | - | - | 163 |
| | <u>65.773</u> | <u>2.436</u> | <u>68.209</u> | <u>(24.297)</u> | <u>(494)</u> | <u>(24.791)</u> | <u>43.418</u> |
| Equipamento: | | | | | | | |
| Mobiliário e material | 8.312 | 817 | 9.129 | (7.736) | (817) | (8.553) | 576 |
| Máquinas e ferramentas | 3.086 | 392 | 3.478 | (2.841) | (392) | (3.233) | 245 |
| Equipamento informático | 38.828 | 2.593 | 41.421 | (34.600) | (2.593) | (37.193) | 4.228 |
| Instalações interiores | 8.056 | 354 | 8.410 | (4.864) | (354) | (5.218) | 3.192 |
| Material de transporte | 3.085 | - | 3.085 | (1.654) | - | (1.654) | 1.431 |
| Equipamento de segurança | 5.300 | 478 | 5.778 | (5.144) | (478) | (5.622) | 156 |
| Outro equipamento | 1.236 | 5 | 1.241 | (678) | (5) | (683) | 558 |
| Imobilizado em curso | 384 | - | 384 | - | - | - | 384 |
| | <u>68.287</u> | <u>4.639</u> | <u>72.926</u> | <u>(57.517)</u> | <u>(4.639)</u> | <u>(62.156)</u> | <u>10.770</u> |
| Outras imobilizações - Património artístico | 45 | - | - | - | - | - | 45 |
| | <u>134.105</u> | <u>7.075</u> | <u>141.135</u> | <u>(81.814)</u> | <u>(5.133)</u> | <u>(86.947)</u> | <u>54.233</u> |

18. DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E PARA COM CLIENTES

Débitos para com instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| À vista: | | | | |
| Depósitos à ordem: | | | | |
| · Do Banco de Portugal | 71 | - | 71 | - |
| · De instituições no país | 7.537 | 15.557 | 7.537 | 15.557 |
| · De instituições no estrangeiro | 22.936 | 342.728 | 22.918 | 342.728 |
| | <u>30.544</u> | <u>358.285</u> | <u>30.526</u> | <u>358.285</u> |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| A prazo ou com pré-aviso: | | | | |
| Recursos do mercado monetário interbancário | 45.000 | 417.000 | 45.000 | 417.000 |
| Depósitos a prazo e outros recursos: | | | | |
| · De instituições no estrangeiro | 246.311 | 659.623 | 246.311 | 659.623 |
| · De instituições no país | 1.550.081 | 156.219 | 1.550.082 | 155.232 |
| Operações de venda com acordo de recompra (Nota 13) | 1.275 | 16 | 1.275 | 16 |
| | <u>1.842.667</u> | <u>1.232.858</u> | <u>1.842.668</u> | <u>1.231.871</u> |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica Débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

| | BSP | | Consolidado | |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Até três meses (inclui pré-aviso) | 1.074.525 | 1.030.498 | 1.074.526 | 1.029.511 |
| De três meses a um ano | 768.142 | 200.601 | 768.142 | 200.601 |
| De um a cinco anos | - | 1.759 | - | 1.759 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 1.842.667 | 1.232.858 | 1.842.668 | 1.231.871 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Débitos para com clientes

Esta rubrica, a nível individual e consolidado, apresenta a seguinte composição de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

| | <u>Depósitos de poupança</u> | | <u>Outros débitos a prazo</u> | |
|------------------------|------------------------------|-------------|-------------------------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Até três meses | 22.939 | 21.663 | 954.509 | 651.984 |
| De três meses a um ano | 47.894 | 43.380 | 81.859 | 185.376 |
| De um a cinco anos | 3.029 | 6.765 | 12.629 | 53.194 |
| Mais de cinco anos | - | - | 79 | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 73.862 | 71.808 | 1.049.076 | 890.554 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

19. DÉBITOS REPRESENTADOS POR TÍTULOS

Esta rubrica, a nível individual e consolidado, tem a seguinte composição:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Obrigações em circulação - | | |
| . Obrigações de caixa | 490.650 | 411.198 |
| | ===== | ===== |
| Outros: | | |
| . Certificados de depósito | - | 5.000 |
| | ===== | ===== |

As condições das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

21. DÉBITOS SOBRE EMPRESAS DO GRUPO E ACCIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais débitos mantidos com empresas do Grupo e os respectivos juros gerados durante os exercícios, eram os seguintes:

| | 2002 | | | 2001 | | | |
|--|--|-------------------|----------------------------|--|-------------------|-------------------|----------------------------|
| | Débitos para com instituições de crédito | Depósitos à ordem | Juros e custos equiparados | Débitos para com instituições de crédito | Depósitos à ordem | Depósitos à prazo | Juros e custos equiparados |
| Santander Central Hispano | 26.990 | - | 6.658 | - | - | - | - |
| Banco Totta & Açores, S.A. | 1.590.682 | - | 37.934 | 441.607 | - | - | 9.217 |
| Crédito Predial Português, S.A. | 94 | - | 253 | 10.289 | - | - | 187 |
| Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. | 135.790 | - | 2.729 | 71.567 | - | - | 64 |
| Foggia - S.G.P.S., S.A. | - | 65.808 | 3.767 | - | 305.462 | - | 26 |
| Santander Imovest, SGFI, S.A. | - | 71 | - | - | 13 | - | - |
| BSN Dealer, Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. | - | 486 | 6 | - | - | - | 1 |
| Santander SGFIM, S.A. | - | 385 | 9 | - | 189 | - | - |
| SCH - Leasing | 2 | - | - | - | - | - | - |
| Banco Totta de Angola, SARL | - | - | 4 | - | - | - | - |
| BCI Factoring | - | - | - | 987 | - | - | - |
| Santander - Rent, Comércio e Aluguer de Bens, S.A. | - | - | - | - | 46 | - | - |
| Siemca - Sociedade Mediadora de Capitais, S.A. | - | - | - | - | 53 | 349 | 2 |
| BSN Assessoria Financeira | - | - | - | - | 67 | - | - |

22. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a nível individual e consolidado, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | |
|--|---------|
| Obrigações de caixa subordinadas | |
| - "BSP Subordinadas/94" – 1ª emissão | 49.880 |
| - "BSP Subordinadas/94" – 2ª emissão | 37.410 |
| Obrigações Perpétuas Subordinadas 2001 | 174.579 |
| | ===== |
| | 261.869 |
| | ===== |

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|---|---------|-----------|-------------|-----------|
| | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 |
| <u>Passivos eventuais</u> | | | | |
| Garantias e avales prestados | 195.297 | 138.697 | 195.297 | 138.697 |
| Créditos documentários abertos | 5.049 | 5.200 | 5.049 | 5.200 |
| Activos dados em garantia | | | | |
| - Banco de Portugal | 46.230 | 46.230 | 46.230 | 46.230 |
| - Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 3.3. I)) | 3.901 | 2.928 | 3.901 | 2.928 |
| - Sistema de indemnização aos investidores | 1.356 | 1.356 | 1.356 | 1.356 |
| - Outros activos | 1.108 | 2.366 | 1.108 | 2.366 |
| Outros | 456 | 631 | 456 | 631 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| | 253.397 | 197.408 | 253.397 | 197.408 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| <u>Compromissos</u> | | | | |
| Linhas de crédito revogáveis | 487.378 | 1.011.286 | 487.378 | 1.011.286 |
| Compromissos irrevogáveis | 88.074 | 63.481 | 88.074 | 70.581 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| | 575.452 | 1.074.767 | 575.452 | 1.081.867 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de Activos dados em garantia ao Banco de Portugal corresponde aos títulos de depósito - Série B dados em penhor como garantia do bom funcionamento do SPGT - Sistema de Processamento de Grandes Transacções.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais a nível individual e consolidado:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|--|-------------|-------------|
| Operações cambiais a prazo (Forward) | | |
| Compras | 303.420 | 335.655 |
| Vendas | 300.552 | 331.550 |
| Operações "Swap" de moeda | | |
| Compras | 14.731 | 13.665 |
| Vendas | 17.651 | 13.635 |
| Operações "Swap" de taxa de juro | | |
| Compras | 385.268 | 593.379 |
| Vendas | - | 593.379 |
| Operações "Swap" de moeda e taxa de juro ("cross currency swaps") | | |
| Compras | 213.671 | 231.784 |
| Vendas | 205.410 | 223.523 |
| Operações a prazo sobre instrumentos financeiros | | |
| Equity Swaps | 333.875 | 371.785 |
| Operações a prazo de taxa de juro (FRA'S) | 20.000 | - |
| Contratos de garantia de taxa de juro | | |
| Sobre taxas activas "caps" | 7.731 | 2.494 |
| Sobre taxas passivas "caps" | - | 2.494 |
| Depósito e guarda de valores | 2.438.882 | 1.940.941 |
| Valores recebidos para cobrança | 60.654 | 16.846 |

Durante o exercício de 2002, o BSP passou a registar em extrapatrimoniais apenas uma das componentes dos "Swaps" de taxa de juro.

No âmbito da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco. Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, "Swaps" de moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou nocional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume de operações.

Em 31 de Dezembro de 2002, a actividade desenvolvida pelo BSP em operações com derivados traduz-se nos seguintes valores:

| | Valor contabilístico | | | Valor de mercado ¹ | | |
|---|----------------------|------------------|------------------|-------------------------------|---------------|---------------|
| | Cobertura | Negociação | Total | Cobertura | Negociação | Total |
| Contratos sobre taxa de câmbio | | | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | | | |
| Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) - Compras | - | 303.420 | 303.420 | - | 238.510 | 238.510 |
| Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) - Vendas | - | 300.552 | 300.552 | - | (236.577) | (236.577) |
| Swaps cambiais - Compras | 14.731 | - | 14.731 | 14.668 | - | 14.668 |
| Swaps cambiais - Vendas | 17.651 | - | 17.651 | (17.535) | - | (17.535) |
| | <u>32.382</u> | <u>603.972</u> | <u>636.354</u> | <u>(2.867)</u> | <u>1.933</u> | <u>(934)</u> |
| Contratos sobre taxa de juro | | | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | | | |
| FRA (forward rate agreements) | 20.000 | - | 20.000 | - ² | - | - |
| Swaps (<i>interest rate swaps</i>) | 177.581 | 207.687 | 385.268 | 1.736 | 7.383 | 9.119 |
| CAPS | 7.731 | - | 7.731 | 1 | - | 1 |
| | <u>205.312</u> | <u>207.687</u> | <u>412.999</u> | <u>1.737</u> | <u>7.383</u> | <u>9.120</u> |
| Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro | | | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | | | |
| Cross currency swaps - compras | - | 213.671 | 213.671 | - | 215.050 | 215.050 |
| Cross currency swaps - vendas | - | 205.410 | 205.410 | - | (206.635) | (206.635) |
| | <u>-</u> | <u>419.081</u> | <u>419.081</u> | <u>-</u> | <u>8.415</u> | <u>8.415</u> |
| Contratos sobre cotações | | | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | | | |
| Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>) | 333.875 | - | 333.875 | 5.026 | - | 5.026 |
| | <u>571.569</u> | <u>1.230.740</u> | <u>1.802.309</u> | <u>3.896</u> | <u>17.731</u> | <u>21.627</u> |

¹ soma algébrica do justo valor das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras decorrente do registo da reavaliação destas operações)

² Tratam-se de dois contratos simétricos com um valor notional de mEuros 10.000 cada.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor, conforme descrito na Nota 3.3.b). Os ganhos e perdas nos derivados de cobertura são compensados por resultados de sinal inverso em operações de balanço.

As maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

| | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|--|----------------|------------------|-------------------|----------------|
| Contratos sobre taxa de câmbio | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | |
| Swaps cambiais - Compras | 14.731 | - | - | 14.731 |
| Swaps cambiais - Vendas | 17.651 | - | - | 17.651 |
| | <u>32.382</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>32.382</u> |
| Contratos sobre taxa de juro | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | |
| FRA (forward rate agreements) | 20.000 | - | - | 20.000 |
| Swaps (<i>interest rate swaps</i>) | 48.582 | 99.671 | 29.328 | 177.581 |
| CAPS | - | 7.731 | - | 7.731 |
| | <u>68.582</u> | <u>107.402</u> | <u>29.328</u> | <u>205.312</u> |
| Contratos sobre cotações | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | |
| Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>) | 136.414 | 197.461 | - | 333.875 |
| | <u>237.378</u> | <u>304.863</u> | <u>29.328</u> | <u>571.569</u> |

As maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

| | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|----------------|------------------|-------------------|------------------|
| Contratos sobre taxa de câmbio | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | |
| Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) - Compras | 303.420 | - | - | 303.420 |
| Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) - Vendas | 300.552 | - | - | 300.552 |
| | <u>603.972</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>603.972</u> |
| Contratos sobre taxa de juro | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | |
| <i>Swaps (interest rate swaps)</i> | - | - | 207.687 | 207.687 |
| Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro | | | | |
| Transaccionados em mercado de balcão (OTC) | | | | |
| Cross currency swaps - compras | - | - | 213.671 | 213.671 |
| Cross currency swaps - vendas | - | - | 205.410 | 205.410 |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>419.081</u> | <u>419.081</u> |
| | <u>603.972</u> | <u>-</u> | <u>626.768</u> | <u>1.230.740</u> |

24. PENSÕES DE REFORMA

As responsabilidades com pensões são apresentadas na Nota 49.

25. MOVIMENTO NAS PROVISÕES

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2002 e 2001, foi o seguinte:

Individual

| | 2002 | | | | | |
|---|-------------------------|------------------------------|-------------------|----------------------|------------|-------------------------|
| | Saldos em 31-12-2001 | Reposições e anulações | Utilizações | Transfe- -rências | Outros | Saldos em 31-12-2002 |
| Crédito vencido e risco país - | | | | | | |
| - aplicações em instituições de crédito (Nota 14) | 2 | 97 | (3) | (95) | - | 1 |
| Crédito e juros vencidos (Nota 14) | 12.892 | 7.049 | (665) | (3.470) | - | 15.806 |
| Créditos de cobrança duvidosa (Nota 14) | 601 | 847 | (208) | - | 196 | 1.436 |
| Risco país - crédito ao exterior (Nota 14) | 63 | 547 | (139) | - | - | 471 |
| Menos-valias em títulos (Nota 10) | 418 | 8.184 | (262) | - | - | 8.339 |
| Risco país - títulos (Nota 10) | 4.999 | - | (4.999) | - | - | - |
| Outras aplicações (Nota 31) | 137 | 564 | - | 1.132 | - | 1.833 |
| Riscos gerais de crédito (Nota 14) | 39.061 | 9.074 | (737) | (451) | (1.328) | 45.619 |
| Outros riscos e encargos | 6.514 | 6.673 | (2.967) | - | 10.580 | 20.800 |
| Provisões para pensões e encargos similares | 1.111 | - | - | - | - | 1.111 |
| Fundo para riscos bancários gerais | 7.790 | 5.449 | (2.658) | - | (10.580) | (1) |
| | <u>73.588</u> | <u>38.484</u> | <u>(12.638)</u> | <u>(4.016)</u> | <u>-</u> | <u>95.416</u> |
| Imobilizações financeiras (Nota 6) | 401 | 244 | (40) | - | - | 588 |
| | <u>73.989</u> | <u>38.728</u> | <u>(12.678)</u> | <u>(4.016)</u> | <u>-</u> | <u>96.004</u> |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

| 2001 | | | | | | | |
|---|-------------------------|----------|------------------------------|-------------|---------------------|--------|-------------------------|
| | Saldos em 31-12-2000 | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Transfe- rências | Outros | Saldos em 31-12-2001 |
| Crédito vencido e risco país - | | | | | | | |
| - aplicações em instituições de crédito (Nota 14) | 2 | 2 | (2) | - | - | - | 2 |
| Crédito e juros vencidos (Nota 14) | 12.353 | 8.222 | (490) | (7.193) | - | - | 12.892 |
| Créditos de cobrança duvidosa (Nota 14) | 422 | 208 | (29) | - | - | - | 601 |
| Risco país – crédito ao exterior (Nota 14) | 56 | 92 | (85) | - | - | - | 63 |
| Menos-valias em títulos (Nota 10) | 427 | 6 | (15) | - | - | - | 418 |
| Risco país – títulos (Nota 10) | 4.956 | 4.999 | (4.956) | - | - | - | 4.999 |
| Outras aplicações (Nota 31) | 157 | - | - | - | (20) | - | 137 |
| Riscos gerais de crédito (Nota 14) | 30.543 | 6.866 | (351) | - | 2.003 | - | 39.061 |
| Outros riscos e encargos | 2.627 | 100 | (381) | - | 4.169 | (1) | 6.514 |
| Provisões para pensões e encargos similares | 1.111 | - | - | - | - | - | 1.111 |
| Fundo para riscos bancários gerais | 10.586 | 11.853 | (8.477) | - | (6.172) | - | 7.790 |
| | 63.240 | 32.348 | (14.786) | (7.193) | (20) | (1) | 73.588 |
| Imobilizações financeiras (Nota 6) | 399 | - | (25) | - | 20 | 7 | 401 |
| | 63.639 | 32.348 | (14.811) | (7.193) | - | 6 | 73.989 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

Consolidado

| 2002 | | | | | | | |
|--|-------------------------|----------|------------------------------|-------------|--|---------------------|-------------------------|
| | Saldos em 31-12-2001 | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Alteração do perímetro de consolidação | Transfe- rências | Saldos em 31-12-2002 |
| Crédito vencido e risco país - | | | | | | | |
| - aplicações em instituições de crédito (Nota 14) | 2 | 97 | (3) | (95) | - | - | 1 |
| Crédito e juros vencidos (Nota 14) | 13.168 | 7.049 | (665) | (3.470) | (276) | - | 15.806 |
| Créditos de cobrança duvidosa (Nota 14) | 601 | 847 | (208) | - | - | 196 | 1.436 |
| Risco país – crédito ao exterior (Nota 14) | 63 | 547 | (139) | - | - | - | 471 |
| Menos-valias em títulos (Nota 10) | 419 | 8.184 | (264) | - | - | - | 8.339 |
| Risco país – títulos (Nota 10) | 4.999 | - | (4.999) | - | - | - | - |
| Outras aplicações (Nota 31) | 139 | 564 | - | - | (2) | 1.132 | 1.833 |
| Riscos gerais de crédito | 40.432 | 9.074 | (737) | (451) | (1.371) | (1.328) | 45.619 |
| Outros riscos e encargos | 6.514 | 6.674 | (2.968) | - | - | 10.580 | 20.800 |
| Provisões para pensões | 1.111 | - | - | - | - | - | 1.111 |
| Fundo para riscos bancários gerais | 7.790 | 5.448 | (2.658) | - | - | (10.580) | - |
| | 75.238 | 38.484 | (12.641) | (4.016) | (1.649) | - | 95.416 |
| Imobilizações financeiras (Nota 6) | 391 | 244 | (29) | - | - | - | 588 |
| | 75.629 | 38.728 | (12.670) | (4.016) | (1.649) | - | 96.004 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

| 2001 | | | | | | | |
|---|-------------------------|----------|------------------------------|-------------|---------------------|--------|-------------------------|
| | Saldos em 31-12-2000 | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Transfe- rências | Outros | Saldos em 31-12-2001 |
| Crédito vencido e risco país - | | | | | | | |
| - aplicações em instituições de crédito (Nota 14) | 2 | 2 | (2) | - | - | - | 2 |
| Crédito e juros vencidos (Nota 14) | 12.709 | 8.353 | (493) | (7.401) | - | - | 13.168 |
| Créditos de cobrança duvidosa (Nota 14) | 423 | 219 | (29) | (12) | - | - | 601 |
| Risco país – crédito ao exterior (Nota 14) | 56 | 92 | (85) | - | - | - | 63 |
| Menos-valias em títulos (Nota 10) | 427 | 8 | (57) | - | - | 41 | 419 |
| Risco país – títulos (Nota 10) | 4.956 | 4.999 | (4.956) | - | - | - | 4.999 |
| Outras aplicações (Nota 31) | 159 | - | (23) | - | - | 3 | 139 |
| Riscos gerais de crédito (Nota 14) | 31.549 | 7.222 | (328) | - | 2.003 | (14) | 40.432 |
| Outros riscos e encargos | 2.627 | 100 | (381) | - | 4.169 | (1) | 6.514 |
| Provisões para pensões | 1.111 | - | - | - | - | - | 1.111 |
| Fundo para riscos bancários gerais | 10.586 | 11.853 | (8.477) | - | (6.172) | - | 7.790 |
| | 64.605 | 32.848 | (14.831) | (7.413) | - | 29 | 75.238 |
| Imobilizações financeiras (Nota 6) | 389 | - | (5) | - | - | 7 | 391 |
| | 64.994 | 32.848 | (14.836) | (7.413) | - | 36 | 75.629 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

26. TÍTULOS DE NEGOCIAÇÃO, INVESTIMENTO E IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Estes critérios de classificação encontram-se explicados nas Notas 3.3 e) e f).

27. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Activo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|---|---------|--------|-------------|--------|
| | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 |
| Proveitos a receber | 44.173 | 43.589 | 44.221 | 41.411 |
| Operações com títulos a regularizar | 151 | - | 151 | - |
| Despesas com custo diferido | | | | |
| · Reformas antecipadas (Nota 49) | | | | |
| - De 2002 | 4.631 | - | 4.631 | - |
| - De 2001 | 775 | 872 | 775 | 872 |
| · Crédito à habitação – “Oferta mobília, Lar e Carro” | 4.402 | 3.899 | 4.402 | 3.899 |
| · Outras | 725 | 760 | 725 | 831 |
| Impostos a recuperar - IRC (Nota 41) | 9.800 | 9.800 | 9.800 | 9.824 |
| Flutuação de valores: | | | | |
| · Perdas actuariais e financeiras (Nota 49) | 7.430 | 468 | 7.430 | 468 |
| · Outras | 1 | - | 1 | - |
| Operações activas a regularizar com clientes | 14.809 | 4.206 | 14.809 | 5.595 |
| Proveitos e custos em suspenso (Nota 3.3 b)) | | | | |
| · Opções compradas | - | 10 | - | 10 |
| · Prémio/desconto em swaps de moeda | 54 | - | 54 | - |
| · Reavaliação da posição cambial a prazo | 1.933 | 2.849 | 1.933 | 2.849 |
| Reavaliação de swaps (Nota 3.3. b)) | 15.798 | 16.594 | 15.798 | 16.594 |
| Economato | 379 | 196 | 379 | 196 |
| Valor a receber do BSNP por gestão de carteira | 14.999 | 9.542 | 14.999 | 9.542 |
| Outras | 1.149 | - | 1.080 | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 121.209 | 92.785 | 121.188 | 92.091 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

A rubrica Crédito à habitação – “Oferta Mobília, Lar e Carro” é referente aos encargos que o Banco suportou com estas campanhas, os quais estão a ser objecto de amortização. O montante amortizado em 2002 ascendeu a mEuros 198.

Passivo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | <u>BSP</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|-------------|-------------|--------------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Custos a pagar: | | | | |
| . Juros | 45.933 | 39.878 | 45.933 | 39.878 |
| . Férias e subsídio de férias | 5.618 | 5.328 | 5.618 | 5.399 |
| . Outras remunerações variáveis | 2.750 | 2.880 | 2.750 | 2.880 |
| . Fundo de Garantia de Depósitos | 611 | 611 | 611 | 611 |
| . Facturas em recepção e conferência | 739 | 3.353 | 739 | 3.353 |
| Outros | 656 | 332 | 667 | 440 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 56.307 | 52.382 | 56.318 | 52.561 |
| Receitas com proveito diferido | 2.750 | 1.374 | 2.750 | 1.390 |
| Proveitos e custos em suspenso (Nota 3.3 b)) | | | | |
| . Amortização de prémio de opções | - | 75 | - | 75 |
| Outras | 116 | 66 | 37 | 154 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 59.173 | 53.897 | 59.105 | 54.180 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

28. IMPUTAÇÃO A RESULTADOS E VALOR DE MERCADO

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

| | <u>BSP</u> | |
|--|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Títulos de investimento e a vencimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso | 1.803 | 2.304 |
| Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso | 15 | 21 |

b) A diferença entre o valor pelo qual estão contabilizados os títulos de investimento e a vencimento o que lhes corresponderia caso a avaliação fosse efectuada com base em valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados), encontra-se detalhada na Nota 10.

29. CAPITAL E PRÉMIOS EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o capital do Banco está representado por 31.116.036 acções com um valor nominal de 5 Euros cada, estando totalmente subscrito e realizado. Nestas datas os principais accionistas do Banco eram os seguintes:

| | <u>Percentagem</u> |
|--|--------------------|
| Foggia – SGPS, S.A. | 82,08% |
| Royal Bank of Scotland (Europe), Limited | 12,75% |
| Petrofinac, SGPS, S.A. | 3,06% |
| Outros | 2,11% |
| | ----- |
| | 100,00% |
| | ===== |

Nos termos do Artigo nº 319 do Código das Sociedades Comerciais, as Assembleias Gerais de Accionistas têm aprovado deliberações que permitem ao Banco adquirir acções próprias até ao limite correspondente de 10% do capital social. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Banco mantinha em carteira 88.444 acções próprias.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

31. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|---|-----------|---------|-------------|---------|
| | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 |
| Aplicações por recuperação de créditos - Imóveis | 1.599 | 547 | 1.599 | 549 |
| Promessas de dação | 1.200 | - | 1.200 | - |
| Bonificações a receber do Estado Português | 9.335 | 2.243 | 9.335 | 2.243 |
| Outras imobilizações financeiras: | | | | |
| - TAFIL – Totta & Açores Finance Ireland, Ltd. | 56.115 | 56.115 | - | - |
| - TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. | 9.899 | 6.274 | 9.899 | 6.274 |
| - AUTOLOC – Aluguer de Autocarros, A.C.E. | 775 | 775 | 775 | 775 |
| - Outras | 53 | 10 | 53 | 10 |
| Contribuições de capital: | | | | |
| - Ausant Merchant | 52.526 | 106.526 | 52.526 | 106.526 |
| Outras disponibilidades | 130 | 444 | 130 | 442 |
| Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística | 40 | 15 | 40 | 15 |
| Operações com o estrangeiro a regularizar | 265 | - | 265 | - |
| Valores a regularizar com o Fundo de Pensões (Nota 49) | 358 | - | 358 | - |
| Impostos a recuperar | 484 | 265 | 484 | 265 |
| IVA a recuperar | - | - | - | 878 |
| Devedores diversos | 2.139 | 5.038 | 2.162 | 5.039 |
| | 134.918 | 178.252 | 78.826 | 123.016 |
| Provisão para outras aplicações (Nota 25) | (1.833) | (137) | (1.833) | (139) |
| | 133.085 | 178.115 | 76.993 | 122.877 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

O saldo da rubrica “Promessas de dação” corresponde a acordos de dação em cumprimento celebrados com clientes, cuja escritura ainda não se encontra formalizada.

Em 2001 o BSP adquiriu uma participação de 25,3% na Ausant Merchant (entidade do Grupo SCH), a qual foi registada na carteira de títulos de investimento. Adicionalmente, o BSP concedeu-lhe contribuições de capital no montante de mEuros 106.526. Este investimento não foi registado pelo método da equivalência patrimonial, dado o BSP não ter influência na gestão. Em 2002, o BSP cedeu ao totta parte das contribuições de capital, no montante de mEuros 54.000.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a provisão para outras aplicações tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Aplicações por recuperação de créditos | | | | |
| - Imóveis | 667 | 137 | 667 | 139 |
| Promessas de dação | 1.166 | - | 1.166 | - |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 1.833 | 137 | 1.833 | 139 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Credores por valores a liquidar | 413 | 8.057 | 413 | 8.646 |
| Credores por operações de factoring | 62.108 | 63.522 | 62.108 | 63.522 |
| Credores por "Oferta mobília, lar e carro" | 1.205 | 508 | 1.205 | 508 |
| Retenção de impostos na fonte | 2.651 | 2.128 | 2.651 | 2.135 |
| Contribuições para a Segurança Social | - | 335 | - | 344 |
| Conta a pagar ao Fundo de Pensões (Nota 49) | - | 468 | - | 468 |
| Impostos sobre lucros a pagar | 6.526 | - | 6.526 | 477 |
| IVA a pagar | 514 | 308 | 514 | 577 |
| Fornecedores | 3.217 | 1.600 | 3.217 | 6.122 |
| Outros | 73 | 10 | 318 | 10 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 76.707 | 76.936 | 76.952 | 82.809 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

33. OPERAÇÕES A PRAZO AINDA NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO

Esta informação encontra-se incluída na Nota 23.

34. EFFECTIVOS

O número de colaboradores do BSP em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 apresenta a seguinte composição:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Direcção | 115 | 99 |
| Chefias e gerência | 237 | 239 |
| Técnicos informáticos | 31 | 36 |
| Outros técnicos | 415 | 401 |
| Administrativos | 216 | 164 |
| Comerciais | 324 | 398 |
| | ----- | ----- |
| | 1.338 | 1.337 |
| | ===== | ===== |

35. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2002 e 2001, as remunerações e outros encargos atribuídos aos Órgãos de Administração e Fiscalização do BSP ascendem a mEuros 719 e mEuros 609, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2002 os adiantamentos ou créditos a membros dos órgãos sociais ascendiam a mEuros 665, concedidos no âmbito da política de crédito habitação definida para todos os colaboradores do Grupo. Não existem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37. MONTANTE GLOBAL DOS ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos e passivos, a nível individual, expressos em moeda estrangeira representam, aproximadamente, 7,53% e 7,95% do valor global do activo e passivo, respectivamente (6% e 4% em 31 de Dezembro de 2001).

38. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS CORRENTES POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a distribuição dos proveitos por mercados geográficos, tem a seguinte composição:

Individual

| <u>Rubrica</u> | 2002 | | | |
|---------------------------------|-----------------|------------------------|----------------|--------------|
| | <u>Europa</u> | | <u>América</u> | <u>Total</u> |
| | <u>Portugal</u> | <u>SFE Madeira</u> | <u>Nassau</u> | |
| Juros e proveitos equiparados | 221.341 | 4.184 | 6.830 | 232.355 |
| Rendimento de títulos | 11.353 | - | - | 11.353 |
| Comissões | 41.176 | - | 72 | 41.248 |
| Lucros em operações financeiras | 40.723 | 19.641 | 1.114 | 61.478 |
| Outros proveitos de exploração | 5.288 | 6 | 21 | 5.315 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 319.881 | 23.831 | 8.037 | 351.749 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

| <u>Rubrica</u> | 2001 | | | |
|---------------------------------|-----------------|------------------------|----------------|--------------|
| | <u>Europa</u> | | <u>América</u> | <u>Total</u> |
| | <u>Portugal</u> | <u>SFE Madeira</u> | <u>Nassau</u> | |
| Juros e proveitos equiparados | 214.230 | 4.981 | 22.591 | 241.802 |
| Rendimento de títulos | 1.740 | - | - | 1.740 |
| Comissões | 29.133 | - | 176 | 29.309 |
| Lucros em operações financeiras | 69.258 | 13.370 | 55 | 82.683 |
| Outros proveitos de exploração | 8.828 | 7 | 18 | 8.853 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 323.189 | 18.358 | 22.840 | 364.387 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Consolidado

| Rubrica | 2002 | | | | |
|---------------------------------|----------|----------------|---------|---------|---------|
| | Europa | | | América | Total |
| | Portugal | SFE Madeira | Irlanda | Nassau | |
| Juros e proveitos equiparados | 221.341 | 4.184 | 2.637 | 6.830 | 234.992 |
| Rendimento de títulos | 8.730 | - | - | - | 8.730 |
| Comissões | 41.176 | - | - | 72 | 41.248 |
| Lucros em operações financeiras | 40.723 | 19.641 | 4 | 1.114 | 61.482 |
| Outros proveitos de exploração | 5.288 | 6 | - | 21 | 5.315 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 317.258 | 23.831 | 2.641 | 8.037 | 351.767 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

| Rubrica | 2001 | | | | |
|---------------------------------|----------|----------------|---------|---------|---------|
| | Europa | | | América | Total |
| | Portugal | SFE Madeira | Irlanda | Nassau | |
| Juros e proveitos equiparados | 215.965 | 4.981 | 2.297 | 22.591 | 245.834 |
| Rendimento de títulos | 488 | - | - | - | 488 |
| Comissões | 29.133 | - | - | 176 | 29.309 |
| Lucros em operações financeiras | 69.258 | 13.370 | 29 | 55 | 82.712 |
| Outros proveitos de exploração | 9.401 | 7 | - | 18 | 9.426 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 324.245 | 18.358 | 2.326 | 22.840 | 367.769 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== | ===== |

39. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS DE EXPLORAÇÃO E GANHOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------|-------|-------------|-------|
| | 2002 | 2001 | 2002 | 2001 |
| <u>Outros custos de exploração</u> | | | | |
| Quotizações e donativos | 60 | 62 | 60 | 62 |
| Despesas relacionadas com cartões | 132 | 62 | 132 | 62 |
| Despesas de utilização de sistema | 1.463 | 1.229 | 1.463 | 1.229 |
| Outros | 601 | 529 | 601 | 581 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 2.256 | 1.882 | 2.256 | 1.934 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| <u>Outros proveitos de exploração</u> | | | | |
| Recuperação de créditos incobráveis | 1.480 | 1.071 | 1.480 | 1.071 |
| Prestação de serviços diversos | 1.208 | 4.168 | 1.208 | 3.464 |
| Reembolso de despesas | 1.953 | 2.781 | 1.953 | 3.852 |
| Mais valias em bens de locação financeira | - | - | - | 206 |
| Rendimento de imóveis | 9 | 20 | 9 | 20 |
| Aluguer de terminais de pagamento automático | 490 | - | 490 | - |
| Outros | 175 | 813 | 175 | 813 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 5.315 | 8.853 | 5.315 | 9.426 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

| | <u>BSP</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|-------------|-------------|--------------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| <u>Perdas extraordinárias</u> | | | | |
| Liquidações adicionais de IRC | 2.306 | 1.736 | 2.306 | 1.736 |
| Alienação de créditos | 196 | - | 196 | - |
| Menos-valias na realização de valores imobilizados | 13 | 14 | 13 | 14 |
| Multas e penalidades | 138 | 444 | 138 | 444 |
| Encargos com reformas antecipadas (Nota 49) | 179 | 97 | 179 | 97 |
| Indemnizações por passagem à reforma antecipada | 234 | - | 234 | - |
| Outras perdas extraordinárias | 908 | 5 | 913 | 10 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 3.974 | 2.296 | 3.979 | 2.301 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |
| <u>Ganhos extraordinários</u> | | | | |
| Juros e comissões de exercícios anteriores | 121 | - | 121 | - |
| Excesso de estimativa de IRC | 4.893 | - | 4.893 | - |
| Reembolso de despesas | 590 | - | 590 | - |
| Mais-valias na venda de imóveis | 50 | 42 | 50 | 42 |
| Outros ganhos extraordinários | 96 | 9 | 58 | 99 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 5.750 | 51 | 5.712 | 141 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

40. ENCARGOS IMPUTADOS E PAGOS NO PERÍODO RELATIVOS A PASSIVOS SUBORDINADOS

Os encargos imputados e pagos no exercício de 2002, relativos às obrigações de caixa subordinadas e às obrigações perpétuas subordinadas foram os seguintes:

| | <u>BSP</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------------|----------------------|-----------------------------------|----------------------|-----------------------------------|
| | <u>Valores pagos</u> | <u>Valores imputados a custos</u> | <u>Valores pagos</u> | <u>Valores imputados a custos</u> |
| Obrigações de caixa subordinadas | 3.437 | 3.259 | 3.437 | 3.259 |
| Obrigações Perpétuas Subordinadas | 9.576 | 9.072 | 9.152 | 8.798 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 13.013 | 12.331 | 12.589 | 12.057 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

41. IMPOSTOS

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionado daquela dotação, foi a seguinte:

| | <u>BSP</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|-------------|-------------|--------------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Dotações para impostos sobre lucros | 6.500 | 4.988 | 6.790 | 5.409 |
| Lucro do período adicionado da dotação para impostos sobre lucros | 39.607 | 30.787 | 41.135 | 32.240 |
| Carga fiscal (%) | 16,41% | 16,20% | 16,51% | 16,78% |

Para a redução da carga fiscal face à taxa normal em 2002 contribuiu, nomeadamente, a actividade isenta desenvolvida através da sucursal financeira exterior na região autónoma da Madeira, os prejuízos apurados por Agrupamentos Complementares de Empresas em que o Banco participa, os benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos e as responsabilidades relativas a reformas antecipadas efectuadas em anos anteriores.

As autoridades fiscais têm a faculdade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, podendo resultar dessa revisão, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1999 a 2002.

As Autoridades Fiscais analisaram, em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Imposto do Selo, a situação tributária referente aos exercícios até 1999.

Relativamente aos exercícios até 1998, inclusivé, o BSP deduziu reclamações graciosas, tendo aderido em alguns casos ao Plano Mateus, mediante pagamento dos valores liquidados. Em resultado das citadas reclamações, o BSP tem registado um valor a receber de mEuros 9.800 (Nota 27).

O BSP foi notificado de correcções referentes ao exercício de 1999, as quais se traduziram numa liquidação adicional de mEuros 2.289 (Nota 39). Durante o exercício de 2002, procedeu ao pagamento do montante liquidado e ao respectivo registo em custos extraordinários. No entanto, apresentou reclamação graciosa relativamente à maioria das correcções efectuadas, no montante de mEuros 1.993.

Para fazer face ao diferencial entre os valores reclamados e os pagos e a outras contingências, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o BSP tem constituídas provisões em outros riscos e encargos e no fundo para riscos bancários gerais, respectivamente.

Na opinião do Conselho de Administração do BSP, não é previsível que qualquer outra liquidação adicional, relativamente aos exercícios de 1999 a 2002, seja significativa para as demonstrações financeiras.

43. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais do BSP são consolidadas com as do totta, as quais se encontram disponíveis na Rua do Ouro nº 81, em Lisboa.

45. OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes das operações de locação financeira são os seguintes:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|-------------------|-------------|-------------|
| Crédito concedido | 4.523 | 9.300 |

49. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Em 1988 o BSP constituiu um Fundo de Pensões que se destina a fazer face às responsabilidades do Banco relativamente a pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência para a totalidade do seu pessoal.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BSP relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Mundial – Confiança, S.A..

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|--|-------------|-------------|
| Estimativa das responsabilidades por serviços passados: | | |
| - Empregados no activo | 45.273 | 41.727 |
| - Reformados e pensionistas | 2.150 | 1.080 |
| - Reformados antecipadamente | 32.896 | 26.369 |
| | ----- | ----- |
| | 80.319 | 69.176 |
| | ===== | ===== |
| Cobertura das responsabilidades: | | |
| - Valor patrimonial do | | |
| Fundo, fornecido pela entidade gestora | 80.677 | 68.708 |
| - Valores a regularizar com o Fundo de Pensões (Nota 31) | (358) | - |
| - Outros passivos (Nota 31) | - | 468 |
| | ----- | ----- |
| | 80.319 | 69.176 |
| | ===== | ===== |
| Despesas com custo diferido (Nota 27) | 5.406 | 872 |
| | ===== | ===== |
| Estimativa das responsabilidades por serviços futuros | 82.512 | 79.389 |
| | ===== | ===== |

Ao abrigo das disposições transitórias em vigor quando da introdução do Aviso nº 12/2001, o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para relevar contra reservas livres o acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro.

As despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas apresentaram o seguinte movimento:

| | |
|--|-----------|
| Contribuições efectuadas para o Fundo de Pensões: | |
| · Em 2002 | 4.713 |
| · Em 2001 | 3.981 |
| | ----- |
| | 8.694 |
| | ----- |
| Amortização das despesas com custo diferido em 2002 (Nota 39): | |
| · Reformas antecipadas de 2002 | (82) |
| · Reformas antecipadas de 2001 | (97) |
| | ----- |
| | (179) |
| | ----- |
| Amortização das despesas com custo diferido em 2001 (Nota 39) | (97) |
| | ----- |
| Amortização por reservas em 2001 de custos com reformas antecipadas de (Nota 51) | (3.012) |
| | ----- |
| Despesas com custo diferido em 31 de Dezembro de 2002 | 5.406 |
| | ===== |

No exercício de 2001, o BSP passou a registar as amortizações das despesas com custo diferido em "Perdas extraordinárias".

De acordo com o Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2002 e 2001, os custos com pensões registados na rubrica “Custos com pessoal” tem a seguinte composição (Nota 55):

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|--|-------------|-------------|
| Custo dos serviços correntes | 3.269 | 2.550 |
| Custo dos juros | 4.151 | 2.929 |
| Rendimento esperado | (4.194) | (3.057) |
| | ----- | ----- |
| | 3.226 | 2.422 |
| | ----- | ----- |
| Custos relativos a perdas actuariais e financeiras | - | 1.571 |
| | ----- | ----- |
| | 3.226 | 3.993 |
| | ===== | ===== |

Em 2001 o BSP optou por reconhecer em custos com o pessoal parte das perdas actuariais e financeiras existentes no final do exercício e provisionar o valor remanescente, reflectido em flutuação de valores, no âmbito da rubrica “Provisões para riscos e encargos”.

Em 2002 o BSP decidiu usar a faculdade de diferimento dos desvios actuariais e financeiros permitida pelo Aviso nº 7/2002, não tendo registado o respectivo custo. A evolução na flutuação de valores durante o exercício de 2002, é a seguinte:

| | |
|--|-------|
| Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2001 | 468 |
| . Perdas actuariais e financeiras, líquidas, geradas durante o exercício de 2002 | 6.962 |
| | ----- |
| Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2002 (Nota 27) | 7.430 |
| | ===== |

O Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal não permite a consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades com pensões de empregados no activo. Esta alteração implicou um aumento das responsabilidades com pensões em 31 de Dezembro de 2001, no montante de mEuros 12.159. Ainda em 2001 o BSP, após ter obtido autorização do Banco de Portugal, registou este montante por contrapartida de reservas (Nota 51).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma e o que efectivamente se verificou nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

| | <u>Pressupostos</u> | <u>Valores efectivamente verificados</u> | |
|---------------------------------|-----------------------|--|-------------|
| | | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Método actuarial | Projected Unit Credit | - | - |
| Tábua de mortalidade | TV 73/77 | - | - |
| Taxa de rendimento do Fundo | 6% | (2,99%) | 0,37% |
| Taxa de crescimento salarial | 3% | 3,2% | 3,85% |
| Taxa de crescimento das pensões | 2% | 3,2% | 3,85% |
| Taxa de rotação | Nula | - | - |

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os serviços de Assistência Médico - Social (SAMS).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BSP. Nesta data o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Empregados no activo | 1.327 | 1.319 |
| Reformados e pensionistas | 23 | 16 |
| Reformados antecipadamente | 110 | 91 |
| | ----- | ----- |
| | 1.460 | 1.426 |
| | ===== | ===== |

O movimento no Fundo de Pensões durante os exercícios de 2001 e 2002 foi o seguinte:

| | |
|---|-----------|
| Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2000 | 50.080 |
| - Contribuições dos empregados | 254 |
| - Contribuição do BSP | 20.126 |
| - Rendimento líquido do Fundo | (110) |
| - Pensões pagas | (1.642) |
| | ----- |
| Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2001 | 68.708 |
| | ----- |
| - Contribuições dos empregados | 288 |
| - Contribuição do BSP | 15.719 |
| - Rendimento líquido do Fundo | (2.018) |
| - Pensões pagas | (2.020) |
| | ----- |
| Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2002 | 80.677 |
| | ===== |

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
|---------------------|-------------|-------------|
| Imóveis arrendados | 5.427 | 4.303 |
| Obrigações de caixa | 4.692 | 5.223 |
| | ----- | ----- |
| | 10.119 | 9.526 |
| | ===== | ===== |

50. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A informação requerida por esta Nota encontra-se descrita nas Notas 3.3 f) e 6.

51. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

O movimento nas rubricas de reservas e nos resultados transitados durante os exercícios de 2001 e 2002 foi o seguinte:

Individual

| | <u>Reservas</u> | | | <u>Lucro do exercício</u> |
|--|-----------------|---------------|--------------|---------------------------|
| | <u>Legal</u> | <u>Outras</u> | <u>Total</u> | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2000 | 10.980 | 11.882 | 22.862 | 30.219 |
| Distribuição do lucro do exercício de 2000: | | | | |
| . Transferências para reservas | 3.022 | 27.197 | 30.219 | (30.219) |
| Amortização de reformas antecipadas e alteração de pressupostos actuariais | - | (15.171) | (15.171) | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | 25.799 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2001 | 14.002 | 23.908 | 37.910 | 25.799 |
| Distribuição do lucro do exercício de 2001: | | | | |
| . Transferências para reservas | 2.580 | 23.219 | 25.799 | (25.799) |
| Lucro do exercício | - | - | - | 33.107 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2002 | 16.582 | 47.127 | 63.709 | 33.107 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BSP ao abrigo das disposições legais e destinam-se à cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital (Nota 3.3. g)).

Consolidado

| | <u>Legal</u> | <u>Reservas</u> <u>Outras</u> | <u>Total</u> | <u>Lucro do</u> <u>exercício</u> |
|--|--------------|----------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2000 | 10.980 | 12.936 | 23.916 | 30.681 |
| Distribuição do lucro do exercício de 2000: | | | | |
| . Transferências para reservas | 3.022 | 27.659 | 30.681 | (30.681) |
| Amortização de reformas antecipadas e alteração de pressupostos actuariais | - | (15.171) | (15.171) | - |
| Outros | - | 3 | 3 | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | 26.831 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2001 | 14.002 | 25.427 | 39.429 | 26.831 |
| Distribuição do lucro do exercício de 2001: | | | | |
| . Transferências para reservas | 2.580 | 24.251 | 26.831 | (26.831) |
| Alteração do perímetro de consolidação | - | (1.133) | (1.133) | - |
| Lucro do exercício | - | - | - | 34.345 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2002 | 16.582 | 48.545 | 65.127 | 34.345 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

Nos exercícios de 2002 e 2001, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

| | <u>Percentagem</u> <u>do BSP</u> | |
|--|-------------------------------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Lucro do exercício do BSP individual | 33.107 | 25.799 |
| Lucro líquido - | | |
| - TAFIL | 2.610 | 1.700 |
| - SCH – Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | 1.242 | - |
| - Santander Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. | - | 393 |
| - Anulação de dividendos | (2.624) | (1.466) |
| - Resultado das restantes empresas do Grupo e outros | 10 | 405 |
| | 34.345 | 26.831 |
| | ===== | ===== |

52. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Caixa | 21.540 | 23.115 | 21.540 | 23.116 |
| Depósitos à ordem no Banco de Portugal | 38.843 | 107.516 | 38.843 | 107.518 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 60.383 | 130.631 | 60.383 | 130.634 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes, estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

53. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Cheques a cobrar | 42.818 | 83.018 | 42.328 | 82.299 |
| Depósitos à ordem: | | | | |
| - Em instituições no país | 297 | 25.291 | 836 | 25.585 |
| - Em instituições no estrangeiro | 5.009 | 322.319 | 5.009 | 322.319 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 48.124 | 430.628 | 48.173 | 430.203 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

54. RENDIMENTO DE TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Títulos de investimento de rendimento variável - | | | | |
| . Ausant Merchant | 5.802 | - | 5.802 | - |
| . EDP | 2.430 | - | 2.430 | - |
| . Outros | 478 | - | 478 | 214 |
| Imobilizações financeiras - | | | | |
| . TAFIL | 2.624 | 1.466 | - | - |
| . Outras | 19 | 274 | 20 | 274 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 11.353 | 1.740 | 8.730 | 488 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

55. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | BSP | | Consolidado | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <u>2002</u> | <u>2001</u> | <u>2002</u> | <u>2001</u> |
| Salários e vencimentos | | | | |
| - Órgãos de Direcção e Fiscalização | 719 | 609 | 719 | 609 |
| - Empregados | 34.591 | 33.259 | 34.591 | 33.723 |
| - Outras remunerações variáveis | 4.787 | 5.141 | 4.787 | 5.141 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 40.097 | 39.009 | 40.097 | 39.473 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Encargos sociais | | | | |
| - Encargos com pensões de reforma (Nota 49): | | | | |
| - Custo do exercício | 3.226 | 2.422 | 3.226 | 2.422 |
| - Perdas actuariais e financeiras | - | 1.571 | - | 1.571 |
| - Pensões pagas | - | 40 | - | 40 |
| - Custos com a segurança social | 214 | 31 | 214 | 31 |
| - SAMS | 1.867 | 1.811 | 1.867 | 1.811 |
| - Caixa abono de família | 3.429 | 3.421 | 3.429 | 3.421 |
| - Outros encargos sociais | 716 | 489 | 716 | 595 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 9.452 | 9.785 | 9.452 | 9.891 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Outros custos com o pessoal | | | | |
| - Indemnizações contratuais | 642 | 568 | 642 | 568 |
| - Outros | 94 | 101 | 94 | 101 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 736 | 669 | 736 | 669 |
| | ----- | ----- | ----- | ----- |
| | 50.285 | 49.463 | 50.285 | 50.033 |
| | ===== | ===== | ===== | ===== |

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (NOTA 19)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| Títulos emitidos | Moeda | Valor emitido | Taxa de juro | Data de vencimento | Indexante |
|--|-------|----------------|--------------|--------------------|--|
| Santander 2008 | EUR | 14.964 | Variável | 09-Jul-08 | Yield benchmark das OT a 10 anos |
| Euro Equilíbrio Santander | EUR | 15.000 | Variável | 10-Fev-04 | Euribor 6M |
| Euro Futuro Santander | EUR | 5.000 | Variável | 10-Fev-09 | Euribor 12M |
| Euro Rendimento Semestral | EUR | 7.883 | Variável | 25-Abr-03 | Euribor 6M |
| Super Aplicação Milénio III | EUR | 10.000 | Variável | 03-Jan-03 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Super Aplicação Milénio V | EUR | 7.575 | Variável | 26-Fev-03 | Índice PSI 20 |
| Investimento Europa 2003 | EUR | 10.033 | Variável | 26-Jun-03 | Índices Dow Jones Eurostoxx Bank e Dow Jones Eurostoxx Technology |
| Cabaz BPES | EUR | 13.345 | Variável | 31-Jan-03 | Cabaz de acções SCH, PT, EDP e Sonae SGPS |
| Rendimento Garantido 30 Meses | EUR | 11.250 | 4,80% | 31-Jan-03 | - |
| BSP Cupão zero - Agosto 2000 | EUR | 2.300 | Cupão zero | 20-Mai-03 | - |
| Santander 50-30-20 | EUR | 4.211 | Variável | 20-Nov-03 | Índice PSI 20, IBEX 35 e DAX |
| Santander 50-30-20, Taxa Garantida | EUR | 9.273 | Variável | 20-Nov-03 | Índice PSI 20, IBEX 35 e DAX |
| Santander Plano Novo Investidor 9 Mais | EUR | 15.000 | Variável | 31-Mar-04 | Índice Nasdaq 100 |
| BSP Cupão zero - Fev. 2001 | EUR | 9.600 | Cupão zero | 27-Fev-04 | - |
| PSI 20 Rendimento Seguro | EUR | 12.381 | Variável | 10-Mar-04 | Índice PSI 20 |
| PSI 20 110% | EUR | 7.863 | Variável | 10-Mar-04 | Índice PSI 20 |
| Europa Top 50 | EUR | 15.881 | Variável | 02-Out-03 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Banca Europa | EUR | 10.000 | Variável | 07-Ago-03 | Índice Dow Jones Eurostoxx Bank |
| Rentabilidade Garantida | EUR | 10.000 | Variável | 11-Dez-03 | Índice Standard & Poor's 500 |
| Super Taxa Garantida | EUR | 10.000 | Variável | 13-Dez-04 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Telecomunicações | EUR | 8.695 | Variável | 20-Abr-04 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Investimento Plus - Out2001 | EUR | 5.000 | Variável | 01-Out-04 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Taxa Fixa 2002 | EUR | 125.000 | 5,30% | 02-Mai-09 | - |
| Crescimento Garantido | EUR | 7.731 | Variável | 28-Mai-05 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Crescente | EUR | 15.493 | 3,50% | 08-Abr-04 | - |
| Euro Preço/Valor | EUR | 27.559 | Variável | 28-Jan-05 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Multisatisfação | EUR | 17.978 | Variável | 14-Jun-05 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Max 4 | EUR | 11.972 | Variável | 29-Abr-04 | Cabaz de acções Sony Corp, Nokia OYJ, BMW e Coca-Cola Co |
| Max Desporto | EUR | 15.596 | Variável | 08-Jul-04 | Cabaz de acções Reebok Internacional LTD, Nike INC e Adidas – Salomon AG |
| Santander Real Estate | EUR | 7.992 | Variável | 04-Ago-05 | Haus-Invest |
| Santander Duplo Rendimento | EUR | 5.000 | Variável | 16-Dez-05 | Cabaz de acções British Petroleum, Sony Corp, Mc Donald's Corp e Groupe Danone |
| Crescimento Europa 22 | EUR | 9.456 | Variável | 07-Dez-05 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Euro Dolar Valorização | EUR | 6.964 | Variável | 17-Dez-04 | Taxa de câmbio EUR/USD |
| Santander Valor Europa | EUR | 7.500 | Variável | 07-Out-05 | Índice Dow Jones Eurostoxx 50 |
| Santander Valor Oriente | EUR | 9.257 | Variável | 04-Nov-05 | Taxa de câmbio EUR/JPY |
| Santander Investimento Banca | EUR | 7.898 | Variável | 16-Jan-06 | Cabaz de acções de Banco Popular Espanol, Unicredito Italiano Spa e Abbey National |
| | | <u>490.650</u> | | | |

Este anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002



BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A.

CONDIÇÕES DOS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 (NOTA 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

| <u>Títulos emitidos</u> | <u>Moeda</u> | <u>Valor emitido</u> | <u>Taxa de juro</u> | <u>Maturidade</u> | <u>Reembolso antecipado a partir de:</u> |
|--|--------------|----------------------|---------------------|-------------------------|--|
| Obrigações de Caixa Subordinadas BSP/94 1ª | EUR | 49.880 | 4,56% | 22 de Fevereiro de 2004 | - |
| Obrigações de Caixa Subordinadas BSP/94 2ª | EUR | 37.410 | 4,75% | 26 de Maio de 2004 | 26 de Maio de 1999 |
| Obrigações Perpétuas subordinadas 2001 | EUR | 174.579 | 5,88% | Perpétuas | 23 de Fevereiro de 2011 |
| | | <u>261.869</u> | | | |

9. RELATÓRIOS E PARECERES

MAGALHAES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de mEuros 5.253.217 e capitais próprios de mEuros 283.631, incluindo um resultado líquido de mEuros 34.345, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a mEuros 6.962 (Notas 3.3 h), 27 e 49).
7. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa Certificação Legal das Contas datada de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de mEuros 15.171 (Notas 3.3 h), 49 e 51).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

MAGALHAES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de mEuros 5.250.414 e capitais próprios de mEuros 280.975, incluindo um resultado líquido de mEuros 33.107, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 7 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo em mEuros 2.803, num aumento das reservas em mEuros 1.418 e num aumento do lucro do exercício em mEuros 1.238.
7. No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a mEuros 6.962 (Notas 3.3 h), 27 e 49).
8. As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa Certificação Legal das Contas datada de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de mEuros 15.171 (Notas 3.3 h), 49 e 51).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

**Aos Accionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Santander Portugal, S.A.**

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 4 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.
4. No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a mEuros 6.962 (Notas 3.3 h), 27 e 49).
5. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras, datado de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de mEuros 15.171 (Notas 3.3 h), 49 e 51).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

**Aos Accionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Santander Portugal, S.A.**

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

1. Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras individuais.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 4 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 5 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.
4. As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo em mEuros 2.803, num aumento das reservas em mEuros 1.418 e num aumento do lucro do exercício em mEuros 1.238.
5. No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo Aviso nº 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a mEuros 6.962 (Notas 3.3 h), 27 e 49).

6. As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras datado, de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de mEuros 15.171 (Notas 3.3 h), 49 e 51).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco e das empresas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do Banco do exercício de 2002, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o Relatório de Gestão do exercício de 2002 elaborado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, analisámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas vogal deste Conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

O Conselho Fiscal

António Mendo Castel-Branco Borges
Presidente

A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados, SROC
Representada por Fernando Jorge Marques Vieira
Vogal

Magalhães, Neves E Associados, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães
Vogal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas do
Banco Santander Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S.A. (Banco), os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do Banco do exercício de 2002, as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o Relatório de Gestão do exercício de 2002 elaborado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, analisámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas vogal deste Conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerados os assuntos descritos nos parágrafos 6 e 7 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, os documentos de prestação de contas individuais do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

O Conselho Fiscal

António Mendo Castel-Branco Borges
Presidente

A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados, SROC
Representada por Fernando Jorge Marques Vieira
Vogal

Magalhães, Neves E Associados, SROC
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães
Vogal

10. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- **Prevenção de Branqueamento de Capitais**

O Banco Santander Portugal identifica-se com a sociedade e as autoridades dos diferentes países ao reconhecer a importância da prevenção e combate contra o branqueamento de capitais, por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade.

É objectivo fundamental do Banco Santander Portugal o estrito cumprimento das leis contra o branqueamento de capitais, assim como as recomendações emitidas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional, pelas autoridades nacionais e internacionais.

O Banco Santander Portugal entende que a melhor forma de cumprir com o seu compromisso implica o estabelecimento de normas e procedimentos internos eficazes, desenvolver a actividade bancária de acordo com rigorosas regras deontológicas, implantar padrões de actuação e sistemas de controlo e de comunicação, a fim de impedir que as suas Unidades sejam utilizadas no branqueamento de capitais e garantir que todos os colaboradores do Banco observam as políticas e procedimentos instituídos.

Neste sentido, o Banco está dotado de normas internas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais, tem uma estrutura orgânica assignada a esta matéria, utiliza procedimentos automatizados de informação e análise de operações de risco e procedimentos de comunicação de operações eventualmente suspeitas.

2002 foi um ano particularmente intenso na realização de acções de formação em prevenção de branqueamento de capitais, uma delas corporativa, cujo módulo abrangeu praticamente a totalidade do quadro de pessoal e pela realização de acções de refrescamento para os responsáveis de prevenção dos Balcões.

Também foram criados procedimentos de KYC e de revisão de operações na Banca de Correspondentes e foi levado a efeito um programa de revisão e enriquecimento dos expedientes individuais dos clientes de Banca Privada, com vista a comprovar o cumprimento dos exigentes padrões em matéria de conhecimento do Cliente.

O Banco mantém um esforço permanente de actualização e utilização das melhores práticas conhecidas no mercado e, nesse sentido, está a aperfeiçoar a automatização dos procedimentos de análise e controlo de operações de risco em branqueamento de capitais e a detecção automatizada de entidades referenciadas pela União Europeia, em conformidade com o Regulamento (CE) nº 2580/2001 do Conselho de 27 de Dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades.

- **Estrutura Orgânica por Pelouro**

António Horta Osório

Dir.Auditoria Interna

Dep.Riscos Operativos
Dep.Riscos de Crédito
Dep.Riscos Financeiros

Gab.Presidente Comissão Executiva**Nuno Manuel Amado**

Dir.Coord.Particulares e Negócios - Norte

Dir.Com.Particulares e Negócios Norte 1
Dir.Com.Particulares e Negócios Norte 2
Dir.Com.Particulares e Negócios Norte 3
Dep.Apoio Negócio Norte

Dir.Coord.Particulares e Negócios - Sul

Dir.Com.Particulares e Negócios Sul 1
Dir.Com.Particulares e Negócios Sul 2
Dir.Com.Particulares e Negócios Sul 3
Dir.Com.Particulares e Negócios Sul 4
Dep.Apoio Negócio Sul

Dir.Coord. Dinamização e Seguimento de Negócios**Gab.Controlo de Morosidade****Dir.Coord.Recursos Humanos**

Gab.Informação e Compensação
Gab.Apoio Desenvolvimento Tecnológico
Dep.Gestão de Recursos Humanos
Dep.Formação Desenvolvimento Profissional
Dep.Administração Recursos Humanos
Dep.Gestão de Recursos Humanos - BSNP e Participadas

José Benigno Perez Rico

Dir.Coord.Empresas - Norte

Dir.Com.Empresas - PORTO 1
Dir.Com.Empresas - PORTO 2
Dir.Com.Empresas - AVEIRO
Dir.Com.Empresas - BARCELOS
Dir.Com.Empresas - COIMBRA
Dir.Com.Empresas - GUIMARÃES
Dir.Com.Empresas - VISEU
Dir.Com.Empresas - BRAGA

Dir.Coord.Empresas - Sul

Dir.Com.Empresas - LISBOA 1
Dir.Com.Empresas - LISBOA 2
Dir.Com.Empresas - LISBOA 3
Dir.Com.Empresas - LEIRIA
Dir.Com.Empresas - TORRES VEDRAS
Dir.Com.Empresas - LISBOA 4
Dir.Com.Empresas - ALGARVE
Dir.Com.Empresas - MADEIRA

Dir.Coord.Empresas Ibéricas**Dir.Coordenação de Fomento à Construção**

Dir. Comercial de Fomento à Construção Norte
Dir. Comercial de Fomento à Construção Sul

Dir.Banca Transaccional**Dir.Cientes Institucionais, Marketing de Empresas e Protocolos**

Gab.Marketing Empresas
Dep.Protocolos e Crédito Protocolado
Dep.Institucionais

Miguel Pereira de Bragança

Dir.Coord.Planeamento, Orçamento e Controlo

Dep.Planeamento Estratégico
Dep.Orçamento e Controlo de Gestão

Dir.Coord.Contabilidade

Dep.Contabilidade e Prestação de Contas
Dep.Informação e Desenvolvimento
Dep.Consolidação

Dir.Coord.Financeira

Gab.Relações c/Institucionais e Investidores
Dep.Finanças Corporativas
Dep.Fiscalidade
Dep.Participações Financeiras
Dep.Gestão Activos e Passivos

Dir.Análise de Competitividade Estratégica e Qualidade

Dep.Cartões

A.L.C.O. (Assets and Liabilities Comitee)

José Carlos Sítima

Dir.Coord.da Assessoria Jurídica do Negócio

Adjunto da Dir.Coord.(DCAJN)
Dep.da Assessoria do Negócio

Dir.Coord.Assuntos Institucionais e Cumprimento

Dir.dos Serviços de Secretário da Sociedade

Gab.Inspecção

Unid.Prevenção Branqueamento Capitais

Luís Bento dos Santos

Gab.Imagem, Comunicac.Externa e Interna

Gab.Informação e Seguimento

Gab.Relações Públicas e Eventos

Núc.Apoio ao Conselho de Administração

António Vieira Monteiro

Gab.Universidades

Dir.Coord.Recuperações

Gab.Controlo de Gestão
Dep.Telecobranças
Dep.Gestão de Recuperações
Dep.Casos Especiais

Dir.Coord.Riscos de Crédito

Conselho Superior de Crédito

Carlos Amaral de Pinho

Dir.Coord.Canais Complementares

Dep.Canais Telefónico
Dep.Self-Banking
Dep.NetB@nco

Dir.Coord.Organização, Optimização de Custos e Logística

Adjunto da Dir.Coord.(DCOOCCL)
Dep.Desenvolvimento de Processos
Dep.Organização das Redes e Projectos Especiais
Dep.Compras, Comunicações e Transportes
Dep.Logística
Dep.Optimização e Controlo de Custos

Dir.Coord.Tecnologias e Sistemas

Gab.Planeamento e Controlo
Gab.Projectos Especiais
Dep.Canais e Arquitectura NET
Dep.Informação Gestão e Sistemas Distribuídos
Dep.Desenvolvimento de Negócio

Dep.Infoestrutura Tecnológica
Dir.Coord.Imóveis e Segurança
Gab.Segurança
Dep.Obras
Dep.Estudos, Projectos e Património
Dep.Serviços Técnicos
Dir.Coord.Operações
Gab.Assessoria Técnica
Dep.Estrangeiro e Pagamentos
Dep.Operacional de Crédito
Dep.Títulos
Dep.Operacional da Sala de Mercados
Dep.Crédito Hipotecário

António Palma Ramalho

Dir.Coord.Private Banking
Dir.Com.Private Banking Norte
Dir.Com.Private Banking Sul
Dir.Coord. Promotores Externos
Gab. Técnico
Dir. Promotores Norte (BSP)
Dir. Promotores Sul (BSP)
Dir.Internacional
Dep.Instituições Internacionais
Dep.Gestão e Controlo da Rede
Dep.Comercial de Emigração

Luís Alexandre

Dir.Coord. Marketing Central
Planeamento e Adj.Direcção
Gab.Produtos Particulares
Gab.Produtos Pequenos Negócios
Gab.Comunicações
Gab.Assessores
Dir.Coord. Produtos e Serviços
Gab.Produtos Activo
Gab.Produtos Passivo
Gab.Serviços e Preçário
Gab.Assessores Comerciais
Dir.Qualidade, Estudos e Informações a Clientes
Gab.Controlo Orçamental e Preçário
Gab.Apoio Clientes
Gab.Estudos e Informação a Clientes
Gab.Certificação e Autoavaliação
Gab.Estudos e Bases de Dados

José Manuel Elias da Costa

Dir.Coord.Grandes Empresas Norte
Dir.Com.Grandes Empresas Norte 1
Dir.Com.Grandes Empresas Norte 2
Dir.Com.Grandes Empresas Norte 3
Dir.Coord.Grandes Empresas Sul
Adjunto da Dir.Coord.(DCGES)
Dir.Com.Grandes Empresas Sul 1
Dir.Com.Grandes Empresas Sul 2
Dir.Com.Grandes Empresas Sul 3
Dir.Coord.Tesouraria e Rendimento Fixo
Dep.Trading / Market Making
Dep.Tesouraria - Sala de Mercados
Dep.Corporate

- **Movimento de acções e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artº 447º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a), do Artigo 6º, do Regulamento 11/2000 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelo membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao exercício de 2002, foram os seguintes:

Conselho de Administração

António Mota de Sousa Horta Osório – Presidente

Posição de acções

Em 31.12.2001, detinha:

50.288 acções do Banco Santander Central Hispano
4.918 acções do Banco Santander Portugal, S.A.
1.974 acções do Banco Totta & Açores, S.A.
2 acções do BSN - Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de acções:

| | | | |
|------------|-----------------|--------------------|----------|
| 31.07.2002 | Aquisição Bolsa | 25.000 acções BSCH | 6,33 Eur |
| 06.08.2002 | Aquisição Bolsa | 35.000 acções BSCH | 5,80 Eur |
| 24.09.2002 | Aquisição Bolsa | 15.000 acções BSCH | 5,07 Eur |

Em 31.12.2002, detinha:

125.288 acções do Banco Santander Central Hispano
4.918 acções do Banco Santander Portugal, S.A.
1.974 acções do Banco Totta & Açores, S.A.
2 acções do BSN - Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.

Posição de Obrigações

Em 31.12.2001, detinha:

100 Obrigações Port. CPP –Euro Valorização
50 Obrigações Port. CPP –Euro Banca
50 Obrigações Port. CPP –Euro Yen Valorização
25 Obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +
50 Obrigações Port. CPP –Euro Seguradoras
25 Obrigações Port. CPP – Europa +

25 Obrigações Port. CPP – Euro Yen
 25 Obrigações Port. CPP - Duplinvest
 5 Obrigações BSP – Cx Milénio V
 50 Obrigações BSP – Cx Euro Crescimento
 50 Obrigações BSP – Cx Inv. Europa 2002
 50 Obrigações BSP – Cx 50,30,20
 25 Obrigações BSP – Cx Aplic 9+
 25 Obrigações BSP-CxPSI-20 Rend. Seguro
 25 Obrigações BSP-Cx Europa TOP 50
 25 Obrigações BSP-Cx Banca Europa
 25 Obrigações BSP-Super Taxa Gar.Euro
 100 Obrigações Pte TOTTA Rend.Euro-0/02
 100 Obrigações Pte TOTTA Rend.Valorização 2,00%
 100 Obrigações Pte TOTTA Seleção Europa 3,00%
 50 Obrigações Pte TOTTA + Rendimento 3,30% 20
 50 Obrigações Pte TOTTA + Valorização
 50 Obrigações Pte TOTTA Banca Europeia 2,00%
 25 Obrigações Pte TOTTA Novo Invest.9+ 3,00%
 25 Obrigações TOTTA Max20 –01/03 2,50 2
 25 Obrigações TOTTA Max28 –CX01/04 3,00
 25 Obrigações TOTTA V Men. V

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de obrigações:

| | | | |
|------------|------------|--|-----------|
| 03.04.2002 | Reembolso | 50 Obrigações BSP Euro Crescimento | 50,00 Eur |
| 27.06.2002 | Reembolso | 50 Obrigações BSP Santander Inv. Europa | 50,00 Eur |
| 04.11.2002 | Subscrição | 50 Obrigações BSP Valor Oriente | 50,00 Eur |
| 28.01.2002 | Subscrição | 50 Obrigações BTA-Totta Europreço | 50,00 Eur |
| 25.02.2002 | Subscrição | 250 Obrigações BTA-TOTTA Mundial 2002 | 50,00 Eur |
| 29.04.2002 | Subscrição | 50 Obrigações TOTTA Max 4 | 50,00 Eur |
| 11.06.2002 | Subscrição | 50 Obrigações BTA – Multisatisfação | 50,00 Eur |
| 04.10.2002 | Subscrição | 50 Obrigações BTA –TOTTA Valor Europa | 50,00 Eur |
| 21.10.2002 | Reembolso | 100 Obrigações TOTTA Rend.Euro-0/02 | 50,00 Eur |
| 02.12.2002 | Subscrição | 100 Obrigações BTA–TOTTA Cres. Europa | 50,00 Eur |
| 30.12.2002 | Subscrição | 50 Obrigações BTA – TOTTA Inv. Banca | 50,00 Eur |
| 01.08.2002 | Reembolso | 50 Obrigações Port. CPP Euro Yen Valorização | 50,00 Eur |

Em 31.12.2002, detinha:

100 Obrigações Port. CPP –Euro Valorização
50 Obrigações Port. CPP –Euro Banca
25 Obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +
50 Obrigações Port. CPP –Euro Seguradoras
25 Obrigações Port. CPP – Europa +
25 Obrigações Port. CPP – Euro Yen II
25 Obrigações Port. CPP - Duplinvest
5 Obrigações BSP – Cx Milénio V
50 Obrigações BSP – Cx 50,30,20
25 Obrigações BSP – Cx Aplic 9+
25 Obrigações BSP-CxPSI-20 Rend. Seguro
25 Obrigações BSP-Cx Europa TOP 50
25 Obrigações BSP-Cx Banca Europa
25 Obrigações BSP-Super Taxa Gar.Euro
50 Obrigações BSP-Valor Oriente
100 Obrigações Pte TOTTA Rend.Valorização 2,00%
100 Obrigações Pte TOTTA Selecção Europa 3,00%
50 Obrigações Pte TOTTA + Rendimento 3,30% 20
50 Obrigações Pte TOTTA + Valorização
50 Obrigações Pte TOTTA Banca Europeia 2,00%
25 Obrigações Pte TOTTA Novo Invest.9+ 3,00%
25 Obrigações TOTTA Max20 –01/03 2,50 2
25 Obrigações TOTTA Max28 –CX01/04 3,00
25 Obrigações TOTTA V Men. V
50 Obrigações BTA-Totta Europeço
250 Obrigações BTA-TOTTA Mundial 2002
50 Obrigações TOTTA Max 4
50 Obrigações BTA – Multisatisfação
50 Obrigações BTA – TOTTA Valor Europa
100 Obrigações BTA – TOTTA Cresc. Europa
50 Obrigações BTA – TOTTA Inv. Banca

Miller Roy McLean – Vice Presidente

Em 31.12.2001, detinha 30 acções do Banco Santander Portugal, S.A..

Não efectuou qualquer transacção durante o exercício de 2002.

MetLife-Metropolitan Life Insurance Company**Posição de Acções****Em 31.12.2000 detinha:**

952.955 acções Banco Santander Portugal

Durante o ano de 2001 efectuou a seguinte transacção de acções:

| | | | |
|----------|-------|--------------------|-----------|
| 28.12.01 | Venda | 952.955 acções BSP | 23,81 Eur |
|----------|-------|--------------------|-----------|

Em 31.12.2002:

Não detém acções.

Eduardo José Stock da Cunha – Vogal**Posição de Acções****Em 31.12.2002 detinha:**

1.742 acções do Banco Santander Central Hispano

1.310 acções do Banco Santander Portugal, S.A.

Em 31.12.2001, detinha:

10 Obrigações CPP-EURO-YEN II

10 Obrigações BSP-Cx.Rent.Garantida

10 Obrigações BSP-Cx. Super Taxa GAR.Euro

10 Obrigações BSP-Cx. Telecomunicações

10 Obrigações BSP-Cx. Plus

25 Obrigações TOTTA Max 28

10 Obrigações TOTTA Mensal

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções:

| | | |
|------------|---|-----------|
| 28.01.2002 | 60 Obrigações BSP–Santander Euro Valor | 50,00 Eur |
| 28.01.2002 | 60 Obrigações BSP-Santander Euro Preço | 50,00 Eur |
| 28.03.2002 | 30 Obrigações CPP-Crédito Predial Crescente | 50,00 Eur |

| | | | |
|------------|-----|--|-----------|
| 29.04.2002 | 20 | Obrigações CPP-Crédito Predial Max 4 | 50,00 Eur |
| 01.08.2002 | 150 | Obrigações CPP-Real Estate | 50,00 Eur |
| 25.03.2002 | 10 | Obrigações BTA-Totta Crescente | 50,00 Eur |
| 29.04.2002 | 10 | Obrigações Totta Max 4 | 50,00Eur |
| 11.06.2002 | 10 | Obrigações BTA – Totta Multisatisfação | 50,00 Eur |
| 25.02.2002 | 20 | Obrigações BTA – Totta Mundial 2002 | 50,00 Eur |
| 04.10.2002 | 20 | Obrigações BTA – Totta Valor Europa | 50,00 Eur |
| 02.12.2002 | 20 | Obrigações BTA – Totta Crescimento Europa 22 | 50,00 Eur |
| 30.12.2002 | 10 | Obrigações BTA – Totta Investimento Banca | 50,00 Eur |

Em 31.12.2002 detinha:

10 Obrigações BSP-Cx.Rent.Garantida
 10 Obrigações BSP-Cx. Super Taxa Gar.Euro
 10 Obrigações BSP-Cx. Telecomunicações
 10 Obrigações BSP-Cx. Plus
 60 Obrigações BSP–Santander Euro Valor
 60 Obrigações BSP-Santander Euro Preço
 10 Obrigações CPP-Euro-Yen II
 30 Obrigações CPP-Crédito Predial Crescente
 20 Obrigações CPP-Crédito Predial Max 4
 150 Obrigações CPP – Real Estate
 25 Obrigações TOTTA Max 28
 10 Obrigações TOTTA Mensal
 10 ObrigaçõesTOTTA Max 4
 10 Obrigações BTA-Totta Crescente
 10 Obrigações BTA – Totta Multisatisfação
 20 Obrigações BTA – Totta Mundial 2002
 20 Obrigações BTA-Totta Valor Europa
 20 Obrigações BTA-Totta Crescimento Europa 22
 10 Obrigações BTA-Totta Investimento Banca

Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha - Vogal

Posição de Acções:

Em 31.12.2002, detinha:

1.000 acções do Banco Santander Central Hispano
 1.000 acções do Banco Santander Portugal

Posição de Obrigações**Em 31.12.2001, detinha:**

- 50 Obrigações Cx.BSP-Euroacções/98
- 10 Obrigações Cx.BSP-Inv.Europa/03
- 2 Obrigações Cx.BSP-Euro PSI-20
- 1 Obrigação Cx.BSP-Euro Rend. Semestral
- 20 Obrigações Cx.BSP-Banca Europa
- 20 Obrigações Cx.BSP-PSI-20 Rend Seg.
- 20 Obrigações Cx.BSP-PSI-20 110%

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de obrigações:

| | |
|--|-----------|
| 02.01.2002 Reembolso 50 Obrigações Cx.BSP-Euroacções/98 | 50,00 Eur |
| 02.05.2002 Reembolso 2 Obrigações Cx.BSP-Euro PSI-20 | 50,00 Eur |
| 11.06.2002 Subscrição 20 Obrigações BSP Multisatisfação | 50,00 Eur |
| 10.07.2002 Subscrição 20 Obrigações BTA – Totta Mundial 2002 | 50,00 Eur |
| 01.08.2002 Subscrição 10 Obrigações BSP Real Estate | 50,00 Eur |
| 04.11.2002 Subscrição 10 Obrigações BSP Valor Oriente | 50,00 Eur |

Posição de Obrigações**Em 31.12.2002, detinha:**

- 10 Obrigações Cx.BSP-Inv.Europa/03
- 1 Obrigação Cx.BSP-Euro Rend. Semestral
- 20 Obrigações Cx.BSP-Banca Europa
- 20 Obrigações Cx.BSP-PSI-20 Rend Seg.
- 20 Obrigações Cx.BSP-PSI-20 110%
- 20 Obrigações BSP Multisatisfação
- 10 Obrigações BSP Real Estate
- 10 Obrigações BSP Valor Oriente
- 20 Obrigações BTA – Totta Mundial 2002

José Benigno Perez Rico - Vogal**Posição de Acções****Em 31.12.2001 detinha:**

- 45.902 acções do Banco Santander Central Hispano
- 2.100 acções do Banco Santander Portugal

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

| | | | | |
|------------|-----------|--------|-------------|----------|
| 21.02.2002 | Aquisição | 666 | acções BSCH | 8,68 Eur |
| 21.02.2002 | Aquisição | 9.000 | acções BSCH | 8,72 Eur |
| 21.02.2002 | Aquisição | 100 | acções BSCH | 8,74 Eur |
| 21.02.2002 | Aquisição | 107 | acções BSCH | 8,75 Eur |
| 21.02.2002 | Aquisição | 127 | acções BSCH | 8,76 Eur |
| 24.07.2002 | Aquisição | 10.000 | acções BSCH | 7,35 Eur |
| 26.07.2002 | Aquisição | 5.833 | acções BSCH | 7,12 Eur |

Em 31.12.2002 detinha:

71.735 acções do Banco Santander Central Hispano

2.100 acções do Banco Santander Portugal

Posição de Obrigações

Em 31.12.2001, detinha:

50 Obrigações Caixa BSP – Euro PSI-20

250 Obrigações Caixa BSP Euro Crescimento

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

03.04.2002 Reembolso 250 Obrigações Caixa BSP Euro Crescimento 50,00 Eur

02.05.2002 Reembolso 50 Obrigações Caixa BSP Euro Crescimento 50,00 Eur

Posição de Obrigações

Em 31.12.2002, detinha:

Não detém Obrigações

Luís Alberto Ponciano Alexandre

Posição de Acções

Em 31.12.2001, detinha:

10 acções do Banco Santander Central Hispano

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de acções:

15.04.2002 Venda 10 Acções BSCH 9,50 Eur

Em 31.12.2002, detinha:

Não detém acções.

Posição de Obrigações**Em 31.12.2002, detinha:**

- 1 Obrigação Port. BSP – Euro Futuro
- 3 Obrigações Port. BSP – Euro Rend. Semestral

Miguel de Campos Pereira de Bragança – Vogal**Posição de Acções****Em 31.12.2002, detinha:**

- 2.500 acções do Banco Santander Central Hispano
- 1.310 acções do Banco Santander Portugal

Posição em Obrigações**Em 31.12.2002, detinha:**

- 200 Obrigações BSP-Cx.Europa TOP-50

Nuno Manuel Silva Amado – Vogal**Posição de Acções****Em 31.12.2001 detinha:**

- 3.976 acções do Banco Santander Central Hispano
- 2.100 acções do Banco Santander Portugal

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

- | | |
|--|----------|
| 30.09.2002 Aquisição Bolsa Estrangeiro 5.000 Acções BSCH | 5,05 Eur |
| 30.09.2002 Aquisição 5.000 Acções BSCH | 5,25 Eur |

Em 31.12.2002 detinha:

- 13.976 acções do Banco Santander Central Hispano
- 2.100 acções do Banco Santander Portugal

Posição de Obrigações**Em 31.12.2001, detinha:**

- 300 Obrigações BSP-Cx.Euroacções Cap.Gar.98
- 10 Obrigações BSP-Cx.Euro Rend.Semestral
- 6 Obrigações BSP-Cx.Milénio III
- 300 Obrigações BSP-Cx. Euro Crescimento

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

- | | |
|---|-----------|
| 02.01.2002 Reembolso 300 Obrigações BSP-Euro Acções Capital Gart. | 50,00 Eur |
|---|-----------|

| | | |
|------------|---|-----------|
| 04.04.2002 | Reembolso 300 Obrigações BSP-Cx.Euro Crescimento | 50,00 Eur |
| 28.01.2002 | Subscrição 100 Obrigações BSP-Santander Euro Valor | 50,00 Eur |
| 28.01.2002 | Subscrição 200 Obrigações BSP- Euro Preço | 50,00 Eur |
| 11.06.2002 | Subscrição 300 Obrigações BSP-Santander Multisatisfação | 50,00 Eur |
| 28.01.2002 | Subscrição 200 Obrigações BTA-Totta Euro Preço | 50,00 Eur |

Em 31.12.2002, detinha:

10 Obrigações BSP-Cx.Euro Rend.Semestral
 6 Obrigações BSP-Cx.Milénio III
 100 Obrigações BSP-Santander Euro Valor
 300 Obrigações BSP-Santander Multisatisfação
 200 Obrigações BSP- Euro Preço
 200 Obrigações BTA-Totta Euro Preço

- **Participações qualificadas**

Anexo ao relatório Anual do Órgão de Administração a que se refere o nº 4 do artº 448º do Código das Sociedades Comerciais e o artigo 6º, alínea e), do Regulamento 11/2000 da CMVM

Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 4 do artº 448º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 6º, alínea e), do Regulamento 11/2000 da CMVM, informa-se que:

São accionistas com 10% ou mais do capital social:

| | Nº de acções | % do capital social | % do direito de voto |
|-------------------|--------------|---------------------|----------------------|
| FOGGIA, SGPS | 25.538.705 | 82,08% | 82,08% |
| R.B.S.G., Limited | 3.964.876 | 12,75% | 12,75% |

EXTRACTO DA ACTA Nº 6

Aos oito dias do mês de Maio de 2003, pelas 9:00 horas, nas instalações da Sede Social do Banco Santander Portugal, S.A., sita na Praça Marquês de Pombal, nº 2, em Lisboa, reuniram, em Assembleia Geral, os accionistas do Banco Santander Portugal, S.A., Pessoa Colectiva nº 501 592 245, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 7 536, com o capital social de 155.580.180 Euros, devidamente convocados por avisos publicados no Diário da República III Série, nº 77 / 2003, de 1 de Abril, Boletim de Cotações de 2 de Abril, no jornal “A Capital” de 31 de Março de 2003 e divulgado no Sistema de Difusão da CMVM no dia 28 de Março de 2003, cujos exemplares ficam arquivados na Sociedade como documentos anexos à presente acta e que aqui se dão como reproduzidos.

Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente eleito, Senhor Engenheiro Eurico Silva Teixeira de Melo, secretariado pelo Senhor Francisco de Assis Rodrigues de Magalhães, Secretário da mesma Mesa e a Dra. Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes, Secretária da Sociedade, que verificaram estar presentes ou representados accionistas, possuidores de 30.679.503 acções, correspondentes a 98,5979 % do capital social.

Assim, tendo a Assembleia sido tempestiva e devidamente convocada pelos avisos acima citados, o Presidente da Mesa declarou a Assembleia legalmente constituída e em condições de deliberar validamente sobre todos os pontos da Ordem do Dia.

(...)

Ponto 1 da Convocatória: Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2002, bem o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício de 2002.

(...) o Presidente da Mesa colocou à votação o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e o Balanço e Contas relativos ao exercício de 2002, bem como o Relatório Consolidado de Gestão do Conselho de Administração e o Balanço e Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2002, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa passou, de imediato, ao **ponto 2 da Convocatória: Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2002.**

O Senhor Presidente da Mesa informou os senhores accionistas que sobre este tema tinha duas propostas que se complementam, uma apresentada pelo Conselho de Administração e outra pelo accionista maioritário.

(...)

O Senhor Presidente da Mesa informou, ainda que estas propostas, dado que se completam, serão submetidas a votação em conjunto sendo o resultado da sua junção o seguinte:

| | |
|------------------|---|
| 3.310.719 Euros | para Reserva Legal |
| 604.866 Euros | aos administradores com imputação individual a fazer pela Comissão de Vencimentos |
| 29.191.609 Euros | para Resultados Transitados |

(...)

O Senhor Presidente da Mesa submeteu a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 306.286 a favor, representativos de 98,43529% do capital social e uma abstenção do accionista Sr. Dr. António Saldanha Gomes Mota, titular de 506 votos, representativos de 0,1626% do capital social e nenhum voto contra.

Logo após, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao **ponto 3 da Convocatória: Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.**

O Senhor Presidente da Mesa passou a ler a proposta apresentada pelo accionistas Sr. Francisco Assis Magalhães que propôs, “em nome e representação da sociedade Produtos Sarcol, S.A. um voto de louvor e confiança na Administração e Fiscalização da Sociedade e em cada um dos seus membros pela actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2002 e, neste contexto, inteiramente justificado pelos resultados ora aprovados por esta Assembleia”.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente da Mesa foi esta proposta aprovada por unanimidade.

(...)

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada esta sessão pelas 10:00 horas e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa, Secretário da Mesa e pela Secretária da Sociedade.